

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**O SILÊNCIO DO SAGRADO: MENINAS ABUSADAS SEXUALMENTE
PELA FIGURA PATERNA EM GOIÂNIA**

CARMEN REGINA PARO

GOIÂNIA

2003

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**O SILÊNCIO DO SAGRADO: MENINAS ABUSADAS SEXUALMENTE PELA
FIGURA PATERNA EM GOIÂNIA**

CARMEN REGINA PARO

ORIENTADOR:

Prof.^o Dr. Valmor da Silva

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Ciências da Religião, como
requisito para obtenção do Grau de Mestre.

GOIÂNIA

2003

Aos meus filhos Cauê e Caio.

Às meninas abusadas sexualmente.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica de Goiás pela concessão da bolsa para o mestrado e pela confiança depositada em meu estudo.

Ao meu orientador Prof.^o Dr.^o Valmor da Silva, coordenador do mestrado em Ciências da Religião, que com serenidade e determinação me possibilitou dividir dúvidas e inquietações que surgiram nessa caminhada.

Às professoras e professores do mestrado em Ciências da Religião que sempre atenderam prontamente minhas solicitações sobre o tema.

Aos membros da banca de qualificação Prof.^a Dr.^a Carolina Teles Lemos e Prof.^a Dr.^a Sandra de Faria, que na leitura atenta e crítica, proporcionaram reflexões importantes na construção deste trabalho.

Às professoras Dr.^a Simone Sobral Sampaio e Dr.^a Carolina Teles Lemos por se disponibilizarem a compor a banca de defesa desta dissertação.

À Geyza, secretária do programa, pelo atendimento e atenção dispensada durante o curso.

Aos amigos e amigas, companheiros de trabalho do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, pela convivência e reflexão contínua em minha trajetória profissional.

Aos docentes do departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás pelo apoio na discussão histórico-teórico-metodológica do trabalho.

Aos companheiros e companheiras do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que sempre estimularam e fortaleceram minha caminhada em defesa da infância.

Aos profissionais/educadores dos Conselhos Estadual, Municipal de Direitos e Tutelares pela disponibilização de documentos.

Aos colegas do mestrado por compartilharem dos desafios e das alegrias.

À Serli pela contribuição nas operações do computador.

À Francisca C. Vaz (Chiquita) pela revisão deste texto.

À minha família por compreender a pouca convivência nesse momento.

Ao apoio afetivo de Sr.^a Marta, Sr. José, Rosa, Ieda, Salete, Sr.^a Jandira e Ricardo.

Às famílias das crianças e dos adolescentes que estão ou participaram na Aldeia Juvenil pelo convívio.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
Do campo de pesquisa: O Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil- CEPAJ.....	18
Estrutura da dissertação	21
CAPÍTULO I	23
A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	23
1.1. O significado de Deus em meninas abusadas sexualmente pela figura paterna.....	28
1.2. As meninas em questão	30
1.3. Deus nas falas e nos desenhos das meninas.....	33
1.3.1. Em Deus, o Pai	34
1.3.2. Eu e Deus	42
1.3.3. Deus e a família	50

CAPÍTULO II.....	59
A FACE DA INFÂNCIA NAS MARCAS DA DESIGUALDADE E DA RELIGIÃO...	59
2.1. Desigualdade: a construção da violência	61
2.2. Família: a mediação entre o simbólico e o real	63
2.3. Infância: situando-a na história	81
2.4. Violência sexual intrafamiliar na infância	92
2.5. No fio do sagrado: o tabu	98
CAPÍTULO III	103
A FIGURA DE DEUS-PAI E O ABUSO SEXUAL EM MENINAS	103
3.1. Construindo relações: a regulação pelo tabu	119
3.2. Gênero: uma categoria social	128
3.3. Menina: o segredo e o sagrado	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

RESUMO

PARO, Carmen Regina. *O silêncio do sagrado: meninas abusadas sexualmente pela figura paterna em Goiânia*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2003.

A proposta de estudo do Silêncio do Sagrado: meninas abusadas sexualmente pela figura paterna, em Goiânia, traz a discussão da criança na sociabilidade burguesa, considerada historicamente como ser incapaz, onde sua condição de menina põe a categoria de gênero, numa relação de poder do homem, sobre a mulher, convertendo a diferença em desigualdade.

Apresenta como objetivo principal compreender se a figura de Deus-Pai presente nas crianças-meninas, atendidas pelo Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, tem contribuído na manutenção do silêncio presente no abuso sexual cometido por pais contra filhas.

Para tal investigação foram analisados seis casos de meninas, na faixa etária de seis a onze anos, em situação de violência sexual intrafamiliar cujo silêncio foi quebrado a partir da revelação a uma pessoa adulta que deu credibilidade à fala das crianças. Essas meninas foram definidas, não apenas pelo critério do pai biológico, mas também pela figura masculina que exerce este papel.

Como constitutivo dessa realidade tem-se a mediação do campo religioso cuja divindade suprema está em Deus, masculino, pai, hierarquicamente superior, revestido de potencialidade absoluta, inquestionável, sagrado, intocável que irá compor o *ethos* cultural de nossa sociedade. Estes atributos reforçam o poder masculino e aprisionam a menina abusada por meio do silêncio.

ABSTRACT

PARO, Carmen Regina. *The silence of the sacred: little girls sexually abused by the father figure in Goiânia*. Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 2003.

The aim of the study of the Silence of the Sacred: little girls sexually abused by the father figure in Goiânia brings the discussion about the child in the bourgeois sociability, historically considered as an incapable being where her conditions of little girl places the gender category in a relation of the man's power over the woman, converging the difference in inequality.

It has the main goal of understanding if the God-Father figure that is present in the children –girl, who are seen by Aldeia Juvenil Center of Study and Research, has contributed to the maintenance of the silence that is present in the sexual abuse committed by fathers against daughters.

For such investigation, six cases of girls in the ages of six to eleven years old, in situation of sexual violence interfamily whose silence was broken by the revelation to an adult person who believed them were analyzed. These were defined not only by the criteria of the biological father but also by the masculine figure who plays this role.

As a constitutive of this reality one has the mediation of the religious field whose supreme divinity is in God, masculine, father, from a superior hierarchy, covered of absolute potentiality, not questionable, sacred, untouchable who is going to compose the cultural *ethos* of our society. These attributes reinforce the masculine power and keep the abused girl in a prison through the silence.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira ao longo de seu processo histórico tem registrado, pelo modelo autoritário e excludente, a violação dos direitos fundamentais que expressam formas de dominação onde a violência torna-se uma possibilidade sempre presente.

Certamente, encontra-se, nesse contexto, a família tida como espaço privado cuja autonomia administrativa é atribuída aos pais, embora seus componentes historicamente ficam submetidos ao poder da figura masculina. Isso nos remete às práticas autoritárias reproduzidas nas relações intrafamiliares que culturalmente foram sendo construídas em nossa sociedade e utilizadas pelas várias classes sociais.

Um dos segmentos que registra cotidianamente marcas autoritárias é a criança que com frequência é submetida às imposições e arbitrariedade dos adultos, muitas vezes sob o disfarce do “amor”, da “educação” e da “correção” em cuja perspectiva tal opressão é silenciada.

Nessa maneira de conceber a criança é que uma das formas de violência encontrada é a sexual, com índices maiores sobre as meninas, fato este

que compõe a história brasileira, embora não tenha sido explicitado, afirmado e assumido pelo Estado até no final da década de 70 do século XX. Com o fortalecimento do processo de democratização no país, vão surgindo principalmente nos anos 80, movimentos organizados na sociedade civil¹ cuja preocupação na área da infância e adolescência estava voltada para a perspectiva de proteção, indicando a necessidade de ser assegurada na legislação constitucional.

Diante da articulação de entidades governamentais e não governamentais e a organização dos movimentos em defesa da criança, em todo o país, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 227, assegurou com absoluta prioridade os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Registra-se:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A partir do referido artigo, as articulações prosseguem no sentido de regulamentá-lo em lei – Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13.07.90, Lei n.º 8069. Em seguida, denúncias sobre prostituição infantil, exploração sexual, abuso sexual intrafamiliar se avolumam e recebem cobertura da imprensa, em todo território brasileiro, com destaque para as cidades do norte, Fortaleza (CE), Maceió (AL), Santos (SP), Salvador (BA), Campo Grande (MS), Aracaju (SE) e Goiânia (GO).

Assim, essa questão é trazida para o debate público, sendo instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal para investigar a

¹ Movimentos de abrangência nacional que surgem na década de 80 em defesa da criança e do adolescente: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985), Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1988).

prostituição infanto-juvenil, no Brasil (1993-1994). Foram criados também os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, órgãos de defesa e proteção da criança e do adolescente.

Nesse período, registra-se também a produção de trabalhos acadêmicos² com discussões centradas na criança e no adolescente como sujeitos de direitos e o reordenamento institucional necessário para dar respostas a essa concepção, resguardando a sua condição de ser em desenvolvimento.

No bojo desse movimento histórico, várias ações foram sendo construídas, apresentando significativos rebatimentos em toda sociedade, destacando-se: Campanha nacional pelo fim da violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes (1995)³; Seminário contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Américas (1996)⁴; Congresso mundial contra exploração sexual comercial de crianças (1996)⁵ e Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil (2000)⁶.

² Sobre pesquisas acadêmicas relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes ver LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil*. Brasília: Cecria, 2002. Com relação ao atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes temos o trabalho de FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva T. S. (orgs.). *Circuito e curto-circuitos*. São Paulo: Veras, 2001. Em Goiânia, ver SOUSA, Sônia M. G. *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992 - 1996)*. Goiânia: Cerne, 1997. Sobre violência na família ver ROURE, Glacy Queiroz. Família e violência, historicidade de uma prática. In: *Estudos*, Goiânia, v. 16, n.º 1, jan. jun., 1999. Sobre Comissão Especial de Inquérito ver SANTOS, Joselino Vieira. *A exploração sexual comercial de adolescentes na região metropolitana de Goiânia: um estudo de depoimentos da CEI*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002. Em se tratando de violência doméstica ver MONTEIRO, Luiza Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

³ A Campanha Nacional foi assumida pelo governo federal em parceria com a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Visão Mundial, a Casa Renascer (RN), o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁴ Evento realizado em Brasília, preparatório ao Congresso Mundial.

⁵ Realizado em Estocolmo (Suécia) onde a delegação brasileira esteve representada pela sociedade civil e pelo governo brasileiro. O Brasil se filiou ao *End Child Prostitution in Asia Tourism* (ECPAT).

⁶ O referido plano foi aprovado, em Natal (RN), em junho/2000, compondo o ECPAT e conclamando a participação governamental, poder legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, poder judiciário, Ministério Público, polícias civil, militar, federal organizações internacionais e da Sociedade civil.

No Estado de Goiás, em 1995, é constituído o Fórum Goiano pelo Fim da Violência, Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil, em parceria com a Assessoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de Goiânia e com a Sociedade Cidadão 2000, sendo composto por cinquenta entidades governamentais e não governamentais de atendimento e defesa de crianças e adolescentes⁷. O propósito do referido Fórum é articular a sociedade civil e a sociedade política na defesa, atendimento e promoção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência sexual, congregando ações de enfrentamento a tal problemática⁸. Esse Fórum participa ainda da Comissão Interestadual de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil da Região Centro-Oeste – CIRCO, juntamente com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal através do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA.

Outra ação importante desse Fórum diz respeito à articulação para criação, implantação e implementação da Delegacia de Investigação dos Crimes Cometidos Contra Crianças e Adolescentes – DICCA, em funcionamento desde 2001 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Em se tratando do município de Goiânia, em 1997, foi instalada a Comissão Especial de Inquérito pela câmara de vereadores para diagnosticar a situação de violência sexual contra crianças e adolescentes, na cidade, cujo relatório foi divulgado, em 1998. Essa ação articulada com as organizações governamentais e não governamentais resultou no atendimento em sistema de rede composta por entidades privadas e secretarias municipais de natureza pública além dos conselhos

⁷ A coordenação do Fórum Goiano tem como responsáveis a Secretaria de Cidadania e Trabalho, Ministério Público do Estado de Goiás, Grupo Transas do Corpo e Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil da Universidade Católica de Goiás.

⁸ Registros sobre o Fórum Goiano estão contidos em: SANTOS, Joselino Vieira. *A exploração sexual comercial de adolescente na região metropolitana de Goiânia: um estudo de depoimento* da CEI. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade federal de Goiás, Goiânia, 2002.

tutelares e conselho municipal de direitos que formula políticas para o enfrentamento de tal situação.

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, mais especificamente o abuso sexual intrafamiliar cometido pela figura masculina contra meninas, põe a questão de gênero atingindo todas as classes sociais independente da faixa etária, etnia, credo religioso e nacionalidade, solicitando por parte do Estado e da sociedade a assunção enquanto política pública e não apenas de âmbito privado, interpessoal.

O presente tema mantido sob segredo, escondido “entre quatro paredes”, no Brasil começa a ser publicado, na década de 90, do século XX, dentro de um contexto visto nas páginas anteriores, causando impactos em toda a sociedade dado o crescente volume de denúncias. Tal violência não é possível precisar se aumentou, em número, porque, no passado, denunciar não era algo comum ou se atualmente a visibilidade é maior, tendo como um dos motivos a ampliação dos canais e registros de tal situação.

É preciso ressaltar que o abuso sexual intrafamiliar não é um fato novo, em nossa realidade, mas sua discussão no campo público é recente e nessa direção o que nos chama atenção para este trabalho é o fato de que historicamente a violência foi utilizada na construção de uma sociabilidade do gênero humano, perpassando nesse processo a família e a religião que conjuntamente se modifica mas se faz muito presente, na vida dos indivíduos. Sendo assim, é possível desvendar os mecanismos adotados pela religião cristã-ocidental, que contribuem para manter o silêncio no abuso sexual?

A família enquanto espaço mediador na socialização da criança, de âmbito privado, mantida sob a aura do sagrado tem apontado práticas violentas

principalmente contra a mulher e a criança, sendo esta última alvo ainda maior pelo poder do adulto atribuído em nossa cultura.

Concretamente, a criança e a mulher foram postas em condição de inferioridade, facilitando a violência do homem sobre a mulher. Isso não se dá ao acaso, pois é preciso considerar as relações macroestruturais que se fundam na desigualdade social, na repressão sexual, no patriarcalismo, no consumo, na supremacia do mercado, da propriedade e no poder do adulto sobre a criança.

No campo do sagrado, é preciso também considerar nossa herança cristã que põe um modelo ideal de ser homem, mulher, criança, hierarquizando e atribuindo papéis a partir das figuras de José, Maria e Jesus cuja supremacia é de Deus-Pai.

Compreendendo que esses elementos compõem a realidade, instala-se uma lógica onde o lugar em que a criança-menina é colocada, torna-a mais exposta à violência e à imposição da obediência, submissão e, em nome da sagrada família, para o bem de sua manutenção muitas coisas a serem ditas devem ser adormecidas pelo silêncio.

Trazer essa discussão, buscando contribuir na leitura do objeto é a tarefa proposta, árdua pelas dimensões postas na construção do gênero humano.

O tema do abuso sexual intrafamiliar cometido contra meninas não é fácil de ser abordado, pois não existe explicação única para o mesmo: carrega ambigüidades, polarizações, onde as várias teorias trazem abordagens sócio-culturais, psicológicas, econômicas, ideológicas que contribuem para compreender o tema em sua complexidade.

Um elemento importante para investigar tal questão é localizar tal violência em um contexto histórico-estrutural que se expressa nas relações sociais e

interpessoais, atingindo a sexualidade das crianças-meninas inseridas em um contexto familiar, religioso num determinado Estado.

Retirar essa violência do espaço privado para o público implicou na mobilização da sociedade, enfatizando a discussão sobre os direitos da infância, no horizonte dos direitos humanos, por tratar-se de violação da criança enquanto ser em desenvolvimento.

Observa-se que a rede (Estado, família, sociedade), que deveria proteger a criança, tem demonstrado fragilidades diante das inúmeras situações de violência a que tem sido submetida a infância. Segundo Leal (2002, p.24),

“Quando se trata da exploração sexual de crianças e adolescentes (violência sexual), a questão da sexualidade se reveste da maior importância para a discussão contemporânea, à medida que revela como este tema ainda se esconde atrás de uma concepção repressora e moralista que são hegemônicas e se perpetuam através de relações culturais de poder e força, seja no campo interpessoal, social e estrutural. Essa contradição determina o olhar autoritário e totalitário da sociedade em relação ao corpo, à sexualidade e ao desejo, o que impede a construção de uma sexualidade como direito e fortalece as práticas sexuais violentas”.

Tais considerações atribuídas à exploração sexual também estão presentes no abuso sexual, pois a hegemonia de uma concepção perpassa as relações intrafamiliares. É nessa direção que a religião enquanto universo simbólico que compõe o *ethos* dos seres humanos, imprime uma concepção de mundo que se verticaliza nas relações interpessoais.

Compreendendo que a religião cristã, em nossa sociedade, se faz fortemente presente é que apontamos o seguinte problema: sendo que a representação de Deus desempenha um papel relevante no estabelecimento e na regulação das relações sociais, que papel desempenha essa representação na manutenção do silêncio sobre o abuso sexual intrafamiliar?

Com tal indagação, levanta-se a seguinte hipótese: a representação de Deus-Pai, poderoso, misterioso, na religião é construída em consonância com a perspectiva dominante, onde a figura feminina fica submetida à masculina, a criança ao adulto, o que poderá favorecer o silêncio pela criança e pela mãe.

Do campo da pesquisa: O Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ

O referido Centro⁹ é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil - Proex, da Universidade Católica de Goiás, o qual começa a ser gestado, no ano de 1982, com o propósito de construir metodologias alternativas de trabalho com crianças e adolescentes advindos das camadas populares priorizando, dado o contexto da época, jovens “infratores”.

Tal iniciativa se deu por professores das áreas de psicologia e antropologia os quais com um grupo de alunos assumem a proposta na perspectiva de contraposição aos chamados modelos oficiais/governamentais de atendimento.

Diz Borges (2001, p.24),

“A proposta apresentada foi a de construir um espaço laboratório, onde jovens marginalizados e delinquentes juvenis infratores e toxicômanos pudessem participar de uma comunidade organizada, dentro dos princípios da cultura indígena, cabocla e regional, vivendo em um local aberto, organizado comunitariamente. Portanto, a idéia era de que os princípios e valores dessas culturas contribuíssem para vivências terapêuticas, capazes de superar a condição de marginalização desses jovens”.

⁹ O registro histórico do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil encontra-se em: BORGES, Zélia Maria. Aldeia Juvenil: um olhar sobre sua história. In: SOUSA, Sônia M. G. (org.) *Infância, adolescência e família*. Goiânia: Cànone, 2001.

Diante disto, em 1983, cria-se o Projeto Aldeia Juvenil – PAJ¹⁰, que durante sua trajetória, por compreender que seu vínculo acadêmico tem como uma das responsabilidades a produção do conhecimento, foi modificando, a partir das demandas postas pela realidade, o enfoque contido na problemática da infância e adolescência, preservando suas investigações e estudos no referido segmento.

Nesse sentido, tem sua história marcada por quatro fases: implantação, 1983-1984; repropondo a Aldeia, 1984-1990; CEPAJ, 1990-1998 e violência contra crianças e adolescentes, 1999 até a presente data.

Durante sua existência, 20 anos, o CEPAJ constituiu-se como campo de estágio para os cursos de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem e Design, articulando a discussão sobre infância e adolescência nos referidos departamentos, continuamente organiza seminários, participa de conferências, debates, realiza cursos de capacitação para educadores de organizações governamentais e não governamentais, assume disciplinas em cursos de especialização, compõe as instâncias de formulação de políticas públicas à infância e adolescência (Conselhos), fortalece e articula os processos políticos em defesa dos direitos da criança e do adolescente, desenvolve pesquisas¹¹, mantém vínculo com segmentos organizados nos bairros circunvizinhos e órgão do poder judiciário e realiza atendimento às crianças, adolescentes e famílias, em situação de violência encaminhadas pelo Conselho tutelar centro-sul, Juizado da infância e juventude, Ministério Público e escolas da região.

¹⁰ Tem sua localização na Chácara São José, hoje Campus II da Universidade Católica de Goiás.

¹¹ Está sendo realizada a pesquisa: *Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*, iniciada no ano 2000 em parceria com a Universidade Santa Úrsula – RJ. A respeito da primeira fase da pesquisa ver: SOUSA, Sônia M. G.; RIZZINI, Irene. *Desenhos de família: Criando os filhos, a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone, 2001.

O CEPAJ, no curso de sua história, acumulou conhecimentos que em consonância aos desafios postos pela realidade, define como objetivos¹² para atender o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes:

- ser um centro dedicado ao estudo e à intervenção junto à infância e à adolescência das camadas populares, vítimas de violência física, sexual e psicológica, permitindo a reflexão conjunta dos profissionais interessados no estudo e na compreensão dessa temática;
- compreender a questão da violência contra a criança e o adolescente em suas diferentes manifestações, desenvolvendo estudos e pesquisas nas diversas áreas do saber, com o propósito de ampliar o conhecimento existente, de subsidiar intervenções e de colaborar com a proposição de políticas públicas voltadas para essa temática;
- desenvolver metodologias de atendimento individual e grupal com famílias, crianças e adolescentes vítimas de violência;
- promover ações de sensibilização voltadas para públicos específicos, visando a prevenção da violência contra crianças e adolescentes;
- desenvolver uma ação sistemática e contínua de capacitação para diversos grupos que estudam e pesquisam e/ou atuam com crianças e adolescentes;
- constituir campo de estágio curricular e extra-curricular para os diversos cursos da Universidade Católica de Goiás;
- contribuir para a conquista da cidadania de crianças e adolescentes que sofrem violência, em consonância com os princípios norteadores da política geral de estágio e extensão da UCG e das suas finalidades comunitárias,

¹² Para o conhecimento desse projeto ver: *Proposta de atuação na problemática física, sexual e psicológica contra a criança e o adolescente*. CEPAJ, Goiânia, 1999, (Mimeo).

expressas no estatuto da mantenedora da Universidade, em relação aos segmentos específicos das crianças e adolescentes empobrecidas e as famílias desses grupos.

Tendo em vista a dimensão técnico-operativa desses objetivos, o CEPAJ, atualmente, está estruturado em três núcleos que se articulam e integram a coordenação geral dos trabalhos, sendo eles:

- Atendimento: tem suas ações voltadas para atender crianças, adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 4 a 17 anos, que vivenciam situações de violência, residentes na região centro-sul de Goiânia. Para tanto conta com as áreas de atendimento psicoterápico, pedagógico e comunitário (famílias, escolas, conselho tutelar e bairros);
- Capacitação: desenvolve o trabalho de formação continuada com educadores, profissionais e alunos/estagiários do CEPAJ e instituições governamentais e não governamentais de atendimento à infância e adolescência;
- Pesquisa; tem constituído em seu interior o Núcleo de Pesquisa Infância, Adolescência e Família – NIAF, vinculado à Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa (Prope), da Universidade Católica de Goiás.

Cabe ressaltar que o tema a que nos propusemos estudar, apresentado neste trabalho, está vinculado ao núcleo de atendimento do CEPAJ, por compormos a equipe do mesmo.

Estrutura da dissertação

Com o propósito de discutir a temática deste trabalho numa dimensão

teórico-metodológica, buscamos organizar nossa dissertação em três capítulos onde, no primeiro, abordamos o percurso metodológico da pesquisa. No segundo, procuramos trazer o campo simbólico na constituição da família e da criança, localizadas em um contexto sócio-histórico permeado por uma concepção de família organizada que culturalmente define o lugar do homem, da mulher e da criança em nossa sociedade.

Essa compreensão remete-nos para a discussão sobre violência, mais especificamente no campo intrafamiliar e nesta o abuso sexual cometido pela figura paterna contra meninas.

No terceiro capítulo, procuramos trazer alguns mitos presentes nas religiões cristãs ocidentais (Deus, Maria e Jesus), a forma de inserção deles em nossa cultura, visando investigarmos sua contribuição em manter o silêncio encontrado no abuso sexual dada a distância existente entre o ideal e real. Para tanto, nos apoiamos em referenciais sociológicos, antropológicos e na análise dos conteúdos advindos da pesquisa de campo.

Por último, tecemos as considerações finais, tendo como marco a sociabilidade burguesa e o campo religioso cristão na formação cultural de nossa sociedade e sua relação com o silêncio pactuado no abuso sexual intrafamiliar.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

“Deus é meu Pai, meu pai do céu. Ele castiga, mas, quando a gente passa dos limites ele castiga forte. Não pode desobedecer” (criança C).

A presente pesquisa que tem como objetivo buscar compreender se a figura de Deus presente nas crianças atendidas, no Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ, tem contribuído na manutenção do silêncio encontrado no abuso sexual cometido por pais contra filhas, faz parte de uma discussão sobre o abuso sexual intrafamiliar ocorrido em crianças do sexo feminino, na faixa etária de 6 a 11 anos, tendo como agressor a figura paterna ou o adulto que ocupa essa função. Tem como questão central compreender a tendência da religião em manter ou romper o silêncio que aí se instala a partir da figura de Deus-Pai.

A decisão metodológica dessa pesquisa trouxe-nos, a princípio, questionamentos sobre a originalidade e pertinência do tema bem como o alcance de sua sistematização enquanto contributo ao processo de compreensão do objeto.

Diante disso, procuramos discutir com profissionais da área, professores e o orientador oportunidade em que reunimos reflexões importantes para prosseguirmos nosso trabalho.

É importante ressaltar que se compreende por metodologia, “o estudo dos princípios e dos métodos de pesquisa” (Laville, Dione, 1999, p.13), onde a ciência busca encontrar não apenas a explicação mas o princípio que a fundamenta. Requer, para tanto, a apreensão do movimento da realidade, onde sujeito e objeto se colocam numa relação de conhecimento cuja historicidade revela a complexidade das relações humanas que se articulam, em vários níveis de interdependência entre si. Nesse sentido, são as diferentes determinações que vão constituir as pessoas e, portanto, os sentidos e significados produzidos e reproduzidos nas relações sociais.

A escolha dessa abordagem para pesquisar tal objeto de estudo se faz por entendermos que o abuso sexual, em crianças, vem ocorrendo ao longo da história e uma das mediações que aí se põem enquanto regulação diz respeito ao campo simbólico. Por isso, percebemos que essa especificidade é uma maneira de aproximação do objeto.

Considera-se, na pesquisa, a criança na sua singularidade, inserida numa dada estrutura, buscando a partir dela, dando-lhe voz, ouvidos e reconhecendo seu testemunho como confiável, compreender como os componentes de uma dada situação, no caso o abuso sexual, se inter-relacionam, no contexto Deus-Pai e figura paterna.

Entende-se aqui que por ser a realidade um processo em construção, o pesquisador participa dela numa perspectiva histórica onde os dados advêm da interação com as meninas de maneira a possibilitar o desvelamento das questões

ocultas a partir do movimento que ultrapassa a aparência e vai na direção da essência.

Em se tratando do abuso sexual, o silêncio é um dado que pede o reconhecimento de suas manifestações e, para tanto, é importante que o pesquisador tenha aproximação com as crianças pesquisadas no sentido de reunir elementos que compõem o universo das meninas que vivenciaram tal situação de Pviolência, visando estreitar o diálogo entre teoria e realidade, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o objeto.

Requer, assim, considerar que a criança detém um saber, uma explicação e uma interpretação que a qualifica como pessoa singular, concebendo-a numa outra direção.

Segundo Galzerani (2002, p.64), é preciso

“... alterar imagens de infância construídas desde Platão até nossos dias; imagens que acabam por localizar a criança seja como território do pecado, como ente a ser moralizado, seja como elemento naturalmente maravilhoso, *locus* da verdade, do paraíso, da ingenuidade”.

Compreender a criança-menina, em suas situações cotidianas, buscando apreender sua complexidade através de suas várias manifestações põe a necessidade de instrumentais que elucidem e subsidiem a explicação das relações contidas no objeto.

Nessa direção, na fase exploratória, foram selecionadas bibliografias para mapeamento das concepções teóricas sobre violência sexual, sociologia da religião, gênero, infância e família, considerando os recortes epistemológicos dos diversos autores, buscando clarear e ampliar as considerações acerca do objeto aqui estudado.

O trabalho de campo foi realizado, no Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ, com meninas de 6 a 11 anos, sexualmente abusadas pela figura paterna. Foi considerada, no universo pesquisado a faixa etária das crianças que já participam do CEPAJ, ou seja, se a criança tem 6 anos é possível que o abuso tenha ocorrido numa faixa etária anterior, significando que a idade em que vivenciou tal violência não foi a determinante deste estudo, pois computou-se o tempo necessário da criança em se aproximar e se vincular ao CEPAJ. A partir de tal definição valemo-nos do levantamento¹³ disponibilizado, no CEPAJ, observando o critério do abuso sexual pela figura paterna.

Cabe ressaltar que a proposta desta pesquisa foi apresentada e discutida com a equipe técnica do CEPAJ, oportunidade em que recebemos contribuições significativas em relação aos procedimentos metodológicos da investigação.

Tomamos a decisão de realizá-la em três momentos:

Primeiro:

- mapeamento das crianças por faixa etária cujo abuso sexual foi cometido pela figura paterna ou que exercia este papel;
- amostra aleatória de uma criança, em cada faixa etária, totalizando o número de seis meninas;
- visitas domiciliares aos responsáveis pelas meninas para informá-los sobre a pesquisa, o anonimato e a autorização para realizá-la;

¹³ Levantamento de dados sobre as crianças é relativo ao ano de 2002 sendo feito pelas psicólogas integrantes da equipe técnica do CEPAJ, Maria Luiza Moura e Mônica Barcellos Café, para fins de estudos no Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e em Educação Brasileira Na Universidade Federal de Goiás no ano de 2003.

- encontro da pesquisadora com cada uma das crianças para diálogo sobre a pesquisa;
- encaminhamento da pesquisa e documentos necessários ao comitê de ética da Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa da UCG.

Segundo:

- Encontro da pesquisadora com cada criança para produção de desenhos. Foi solicitado que desenhassem Deus, Deus e a família da criança e Deus e a criança. Em seguida perguntamos se gostaria de dizer algo sobre as produções e se poderíamos gravar as falas.
- Transcrição das fitas gravadas, associando as falas a cada desenho para análise. Os desenhos e as falas receberam uma letra, o mesmo atribuído a cada menina com o propósito de assegurar o anonimato.

Terceiro:

- Tratamento do material e discussão do mesmo com técnicos que atendem as crianças no CEPAJ, ampliando a análise.

A decisão em trabalharmos com desenhos e a expressão oral das crianças sobre os mesmos se deu por compreendermos que estes proporcionam uma abordagem lúdica, onde a criança tem liberdade de manifestar sentimentos e percepções sobre o tema posto. Tivemos como preocupação evitar que as meninas retornassem diretamente às marcas do abuso sexual.

Valemo-nos de materiais tais como: lápis coloridos, preto n.º 2, folhas brancas e do espaço físico da biblioteca infanto-juvenil do CEPAJ, onde rotineiramente participam de atividades pedagógicas. Observamos que as crianças

no momento em que faziam os desenhos já teciam alguns comentários que também foram registrados pela pesquisadora.

Quinteiro (2002), em seu texto “Infância e educação no Brasil”, discute metodologicamente pesquisas com a infância, procurando compreender a concepção de tal segmento sobre o mundo. Recomenda, para tanto, o “descentramento do olhar do adulto como condição essencial para perceber a criança” (p.29) e reconhece não ser uma tarefa fácil por se tratar de um “campo de pesquisa em construção, sujeito ainda a muitos equívocos e ambiguidades, tanto no que tange à definição dos procedimentos de pesquisa quanto à análise de dados” (p.29).

Procuramos, assim, contribuir com esse processo de construção trazendo a própria criança para o universo que lhe diz respeito, buscando referenciais nas ciências sociais que possam interpretar o conteúdo advindo delas, tendo presente o contexto em que vivem e que estas expressam uma concepção sobre Deus.

Durante o trabalho com as crianças tivemos presente a história familiar delas, reunindo elementos que compõem seus contextos o que possibilitou uma maior análise das produções e uma contribuição no sentido de apreender as mediações existentes entre a divindade Deus-Pai e o silêncio do abuso sexual a partir de um percurso que pudesse revelar a lógica presente no campo simbólico e os mecanismos que contribuem para silenciar a criança.

1.1. O significado de Deus em meninas abusadas sexualmente pela figura paterna

A concepção de infância construída historicamente se põe numa rede de dominação, tendo como contraposição sua potencialidade como sujeito,

tendência esta que ainda hoje se faz presente em nossa cultura. Se nos diferentes momentos conjunturais de nossa sociedade a criança tida como pecado, ora como força de salvação, na sociabilidade burguesa, onde o individualismo, a individualidade é uma marca constante nas relações do gênero humano, a criança enquanto ser em formação torna-se o “outro”, tendo-se aí a dificuldade em reconhecê-la como ser capaz.

É possível observar que as manifestações advindas das crianças são pouco ou quase nunca consideradas pelos adultos e até suas “curiosidades” são, na maioria das vezes, sufocadas e reprimidas, fato este que deve ser computado pelos pesquisadores porque vai indicar a necessidade de um relacionamento próximo, construído na liberdade de expressão, confiabilidade e respeito.

Segundo Demartini (2002, p.10),

“Desde o período em que Florestan Fernandes (1979) fez aquele estudo clássico sobre as trocinhas, naquela nota de rodapé metodológica que ele coloca, ele chama a atenção para a importância que representou, para ele, poder ter acesso à observação e intercâmbio com as crianças. Não só ouvir as críticas das crianças às observações que ele fazia. Naquela época, ele já recorria às críticas das crianças sobre aquilo que ele estava refletindo. Nós usamos pouco as falas das crianças e menos ainda as críticas das crianças”.

Compreendendo que essa situação está posta, quando se trata do abuso sexual não é diferente, pelo contrário, a tendência é, na maioria das vezes, não “dar ouvidos” ou repreendê-la, deixando como possibilidade única calar-se.

Romper e insistir na revelação é um caminho árduo para a criança pois implica por parte dos adultos reconhecerem que a família, a casa, não é só espaço de “amor”, mas de poder, dominação instalado no mundo privado que se publiciza. É o desmoronamento do ideal romântico para o real, onde os valores culturais, afetivos sofrem um abalo pelo não reconhecimento da criança como sujeito.

Há que se considerar ainda que a maioria dos adultos culpabilizam a menina por tal violência (assanhada, curiosa, provocante), desconsiderando, então, sua condição de anjo e inocente proposta no campo sagrado. Observa-se que ao atribuir essas qualidades à criança, é retirada a dimensão histórica que lhe confere condições concretas de ser enquanto tal, depositando no patamar individual ou no ideal uma forma de ser e existir.

Admitindo que a criança expressa seu pensamento, suas ações e estabelece suas relações embasadas numa cultura e que o campo religioso assume importância, nesse contexto, tendo como personagem suprema Deus, é que procuramos compreender os elementos de confluência na figura do pai.

1.2. As meninas em questão

Trata-se de seis crianças advindas de constituições familiares diferentes, histórias de vida singulares, todas abusadas sexualmente por adultos com os quais estabeleceram vínculos paternos. Segue abaixo um breve histórico familiar.

Criança A, 6 anos, foi encaminhada ao CEPAJ pelo Conselho Tutelar Centro-Sul; frequenta a fase de educação infantil em uma escola pública; reside com a avó materna, tem duas irmãs e um irmão de pais diferentes; a irmã mais velha mora com o pai em outro Estado e os outros dois com a mãe e o padrasto. O abuso sexual ocorreu quando a criança tinha três anos, sendo o agressor a pessoa que está atualmente na companhia da mãe de A. Nessa época, a irmã da criança A, que tinha seis meses também foi abusada. A mãe da criança A aos três anos foi abusada

sexualmente pelo avô paterno. Os comportamentos apresentados por A foram de medo, insegurança, agressividade, choro e insônia.

Criança B, 7 anos, encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia; cursa a 1ª série do ensino fundamental; mora com a avó materna, a mãe e uma irmã mais nova. O pai e a mãe são separados. B, sofreu abuso sexual aos três anos de idade pelo avô paterno. Apresentou as seguintes atitudes: agressividade, choro freqüente, irritabilidade, pesadelos e gritos durante o sono.

Criança C, 8 anos, encaminhada pelo Conselho Tutelar Centro-Sul; cursa a 2ª série do ensino fundamental em escola pública; mora com a mãe e três irmãos sendo um do sexo masculino e dois do sexo feminino. A mãe de C residia e trabalhava como empregada doméstica, em outro Estado, quando foi abusada sexualmente pelo filho dos patrões. Casa-se com outra pessoa, nascendo dessa união dois filhos. Separou-se, veio para Goiânia com os filhos, ocasião em que trabalhou como “garota de programa”. Envolveu-se em um segundo relacionamento cujo parceiro era portador do vírus HIV, nascendo a criança, em pauta. O companheiro morre. A mãe de C muda para uma cidade do interior de Goiás, envolve-se no terceiro relacionamento, tendo o quarto filho. Este companheiro abusou das três meninas. Com a revelação do abuso sexual pelas meninas, a mãe se separa e retorna para Goiânia. Conhece o quarto companheiro, passa a morar com ele e o relacionamento se dissolve quando descobre que esse parceiro também estava abusando da criança C. O primeiro abuso sexual de C ocorreu quando tinha três anos e seu comportamento era de choro, insônia e apego excessivo à mãe.

Criança D, 9 anos, encaminhada pelo Conselho Tutelar Centro-Sul; frequenta a 3ª série do ensino fundamental, em escola pública; reside com a mãe e uma irmã mais velha. A mãe de D casou-se aos 18 anos e dessa união nasceu a

filha mais velha. Viveu com esse companheiro um ano e separou-se. Constitui o segundo relacionamento, convivendo por seis anos, período em que nasceu a criança D. O pai de D rejeitou a gravidez e quando alcoolizado agredia a companheira. Abusou sexualmente da enteada e da filha, à época com seis anos. Após a revelação feita pelas filhas, a mãe deixa o companheiro, passa a morar com um dos irmãos até reunir condições para manter sua casa. O pai de D foi assassinado em outra cidade. As atitudes manifestadas por D foram de agressividade, gritos, autoritarismo. A mãe de D também foi abusada sexualmente na infância.

Criança E, 10 anos, encaminhada pelo Conselho Tutelar Centro-Sul; cursa a 3ª série do ensino fundamental, em escola pública; reside com a mãe, o padrasto e três irmãs. Aos treze anos a mãe de E foi morar com o primeiro companheiro (pai das quatro filhas) e aos catorze anos teve a primeira filha. O companheiro queria um filho e sempre que nasciam as filhas agredia a mãe. Quando a criança D tinha um ano e meio ocorre a separação do casal e as filhas ficam na companhia paterna e este pai frequentemente cometia violência física contra elas. As crianças moravam próximas dos avós paternos que “auxiliavam” nos cuidados das netas. O pai contraiu novo relacionamento e entregou as filhas à ex-companheira há dois anos. Na companhia da mãe e da avó materna, revelam o abuso sexual a que foram submetidas pelo avô paterno e por um vizinho desde que tinha quatro anos de idade. Os comportamentos apresentados por E foram de agressividade, inquietação, isolamento e medo por homens adultos.

Criança F, 11 anos, encaminhada pelo Conselho Tutelar Centro-Sul; cursa a 4ª série do ensino fundamental; mora com a mãe, uma irmã mais velha e um irmão mais novo. A mãe foi cuidada por uma família substituta, teve três filhos

advindos de relacionamentos diferentes. Após o nascimento dos filhos a mãe envolveu-se com um vizinho o qual cometeu abuso sexual contra as duas meninas, sendo que F tinha seis anos. A avó materna (substituta) traz a mãe e as crianças para sua companhia ocasião em que solicita ao Juizado da Infância e da Juventude que as crianças possam ser abrigadas em uma instituição por medida de proteção, sendo o pedido aceito. Após um ano as crianças retornam para a companhia da mãe, permanecendo até a presente data. F apresentou difícil contato com a realidade, desavenças freqüentes com os irmãos e inquietação.

1.3. Deus nas falas e nos desenhos das meninas

Os registros apresentados a seguir tiveram duas preocupações que dizem respeito à inscrição das próprias crianças, em suas vivências, e a outra, em compreendê-las como produtoras de significado e não apenas receptoras do que é produzido.

Compreende-se por significado a lógica interna do processo que pode ser entendido como real, como transformação, diferentemente da ficção e da aparência. Assim, os desenhos e as falas não devem ser analisados como expressão do real, em si mesmo, mas como meio de apreender o processo de construção social da figura de pai.

As produções das crianças encontradas neste trabalho podem se constituir em análise para outras áreas do saber pois a ênfase dada pela pesquisadora é a de compreender como a lógica do processo simbólico traz o silêncio no abuso sexual.

Segundo Gobbi (2002, p.83),

“Essa forma de trabalho pode ser percebida como aparente semelhança e ressonância com os estudos da psicologia do desenvolvimento e psicologia infantil. Contudo, essas áreas têm em sua forma de abordagem certos limites que caminham para encontrar as fases do desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças para um trabalho terapêutico posteriormente, o que não é a busca quando temos como interlocutores o instrumental teórico oferecido pelas ciências sociais e história”.

Cabe ressaltar que o material das seis meninas foi agrupado em três momentos: Deus; Deus e a criança; Deus e a família, como proposta de estudo cujo cuidado foi não fragmentá-lo, mas vê-lo no todo.

1.3.1. Em Deus, o Pai

A compreensão cristã de Deus como divindade suprema está intimamente ligada a sua condição de perfeição, poder absoluto, sagrado e, portanto, capaz de conduzir poder para as pessoas. Tais atributos possibilitam a submissão aos preceitos divinos uma vez que, Deus traz a salvação cuja conquista implica em percorrer um modo de ser. Permeia a relação com o ser supremo a noção de mistério ou seja, algo que não é possível prever, explicar e que pode surpreender.

Conforme Otto (1985, p.30), “... aquilo que nos é estranho e surpreende, o que está fora do domínio das coisas habituais, compreensíveis, bem conhecidas e portanto familiares; é aquilo que se opõe à ordem conhecida das coisas e, por isso mesmo, nos enche de surpresa e nos paralisa”.

O sobrenatural que carrega em si o mistério provoca um aprisionamento visto que, seu poder está para além da realidade dos humanos e portanto, os sentimentos de medo e insegurança passam a rondá-los. Por outro

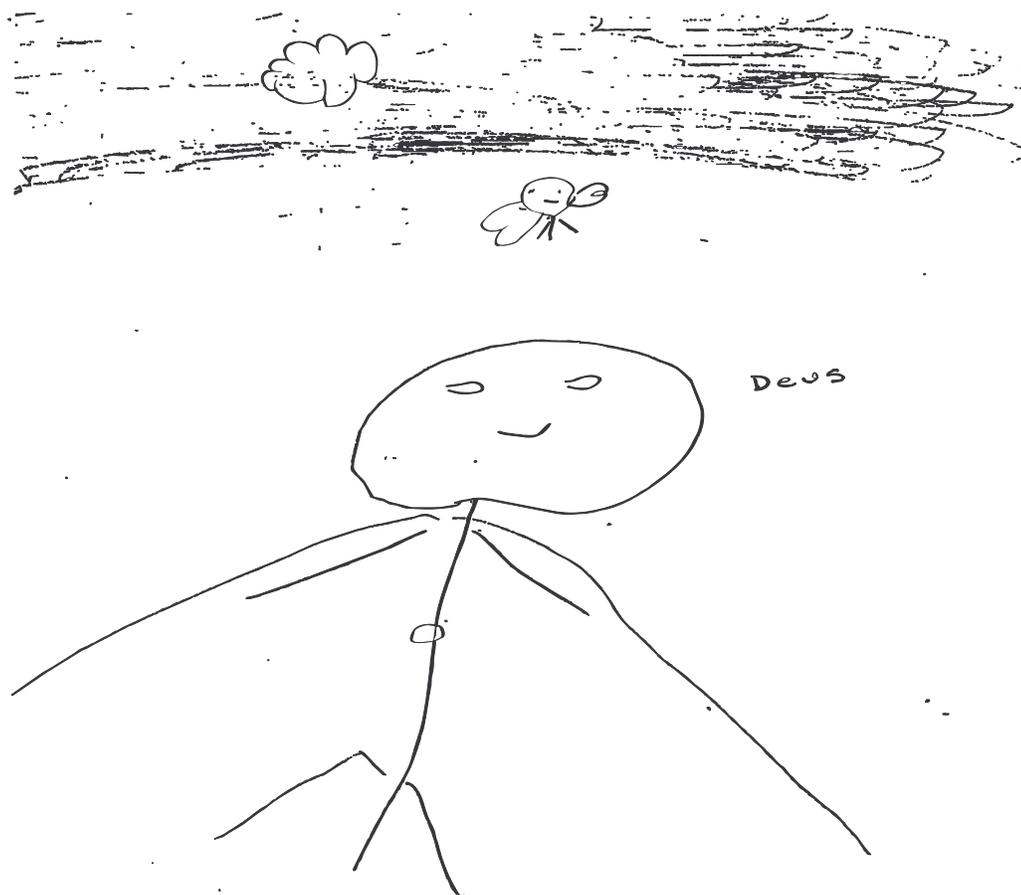
lado, esse mesmo sobrenatural desperta para a proteção e para o fascínio do mundo transcendental, instalando, nesse contexto, o temor e a atração.

A relação bipolar cotidiana na divindade pode ser vista nos desenhos (a seguir) e nas expressões orais das crianças pesquisadas, pois ocupa um patamar superior, de grandeza, uma base. Assume traços físicos humanos e se diferencia pela potencialidade.

Dizem as crianças ao olharem para seus desenhos:

Criança A,

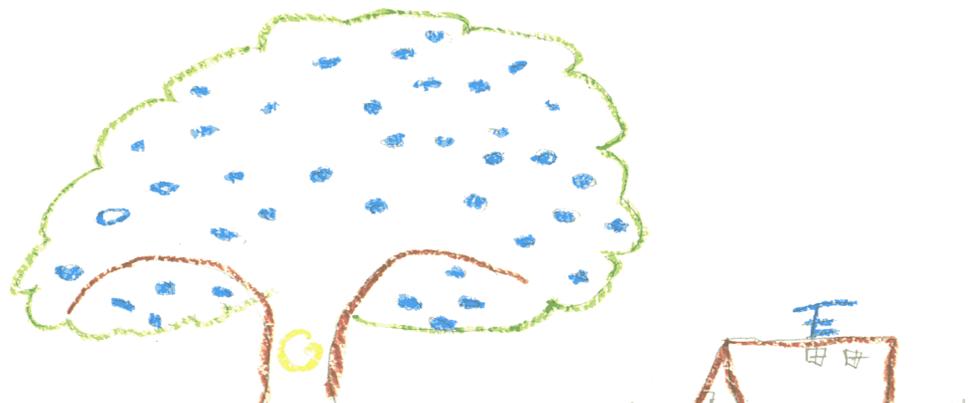
“Deus tem cabeça, olho, tem tudo igual a gente mas ele é mais diferente porque ele é santo. Eu não tenho medo de Deus mas ele castiga. Quando alguém faz uma coisa de mal ele castiga e não leva para o céu. Deu é meu pai”.



Criança B,

“Deus parece um anjo. Ele é muito bonito e muito charmoso. Então Deus é bom e ajuda as pessoas que está acontecendo coisa ruim com elas. Eu não tenho medo de Deus. Deus castiga quem é teimoso, quem é mau. Eu sou teimosa mas eu gosto de Deus. Eu tenho medo do castigo de Deus mas eu não sou mau com Deus. Eu gosto de Deus mas um dia vou aparecer no céu e vou conhecer Deus muito mais direito. Deus é como pai para mim. Eu só não gosto do filho dele que tá lá embaixo ele tinha que ser bom, muito bom com Deus. O filho dele que tá lá embaixo é ruim. Deus parece meu pai, mas ele não é, mas quando eu chegar lá no céu um dia ele vai ser meu pai. Quando eu morrer vou levar isso aqui (desenho) para ele”.

CRIANÇA B



Criança C,

“Deus está sozinho no céu abençoando os pássaros. Ele é transparente, é muito, muito bom. Tem cabelo comprido, tem uma asa muito grande e vestido que antigamente usava. Deus é meu pai, meu pai do céu. Ele castiga, mas, quando a gente passa dos limites ele castiga forte. Não pode desobedecer. O castigo dele é tipo assim: queremos, queremos uma coisa mas ele não deixa acontecer”.



Criança D,

“Esse daqui é Deus que tá alegre porque a criança ao invés de tá roubando ela tá na escola obedecendo o papai e a mamãe. Ele tem cabelo comprido até no ombro, tem barba, bigode, o cabelo dele é preto, ele é branco e tem um coração mole, não tem um coração duro. Não tenho medo de Deus, ele castiga. Se gente grande mata uma pessoa quando morrer vai para o céu, mas, quando vai entrar no céu, Deus manda para o inferno e lá ele é queimado. Quero falar pra todas as crianças do Brasil que não pode desobedecer o papai, a mamãe, principalmente os idosos”.



Criança E,

“Esse aqui é Deus. Ele tá triste. A cruz dói. Ele é do céu. Eu não vi ele. É de vestido e cabelo grande. Eu não tenho medo dele. Ele ajuda a gente quando fazemos coisa errada, mas também acho que ele castiga. Deus ajuda a gente quando alguma coisa está difícil, quando briga ele ajuda. Ele é meu pai”.

*Deus**criança E**Deus*

Criança F,

“Esse aqui é Deus. Ele ensina as coisas que ajuda nós, só ele que pode fazer as coisas mais ninguém. Deus é poderoso, muda a nossa vida. Ele não é igual o demônio. Ele é salvador e tá acima de nós e pode fazer as coisas por nós: se tá faltando comida em casa ele pode fazer é só você crer. Se nós quiser aceitar ele nós aceita senão ele sai. Eu não tenho medo de Deus e Deus não castiga. Deus é meu salvador”.

criança F



Observa-se que o lugar ocupado por Deus nas meninas é de proteção, de acolhimento mas também, de castigo. Isso fica condicionado ao “ser boa menina” ou não, fato este que exige obediência e submissão ao adulto dada a hierarquia que se estabelece: Deus-adulto-criança onde quem detém o saber sobre certo-errado se dá na mesma ordem. Afastar-se de Deus, do adulto implica na aproximação do mal.

Outra consideração importante é a separação feita entre “em cima e embaixo” onde o primeiro traz a promessa de tudo ser bom e o segundo trata-se do que é ruim.

Ainda, nesse sentido, alguns desenhos trazem Deus como uma imagem feminina, indicando que a salvação é feita pela mulher e não pela figura masculina. Isso aponta para o modelo patriarcal do campo simbólico onde a mãe tem como papel a ternura, o amor infinito e, portanto, a proteção, enquanto o pai tem o poder de repreensão. Essa mesma lógica é encontrada nas sociedades cujos modelos são patriarcais.

Nos depoimentos, Deus simboliza o pai cujo valor está na sua grandeza pelo poder que detém, papel este que o põe em um lugar comum, pelas crianças pesquisadas. Ao associarem Deus, como Pai, enquanto expressão simbólica, é possível que a figura paterna esteja revestida, em nossa cultura, de um código que perpetua o poder.

A relação proteção-castigo presente, na fala das meninas, como algo inerente à figura de Deus, no abuso sexual a que são submetidas, o pai também se põe, nessa direção, visto que, para seduzi-las demonstra excesso de cuidados (proteção) para que a violência fique silenciada (castigo). “Eu tenho medo do castigo de Deus mas eu não sou mau com Deus” (criança B).

Cabe também evidenciar que a consideração de Deus como salvador, (criança F), traz a compreensão de que Ele age em relação a ela e, sendo assim, as soluções do reino humano ficam remetidas para o campo transcendental, podendo ocasionar o conformismo de uma situação, no caso, o abuso, que se coloca em compasso de espera prorrogando o silêncio instalado.

Segundo Otto (1985, p.158), “o evangelho repousa na espera da redenção que Deus realizará a seu tempo e que deve ser, desde agora, experimentada. Ele repousa nesta espera na medida em que é a promessa do reino de Deus”.

Diante do exposto, a vinculação Deus-Pai pode se dar também no pai-deus revestido de um poder que dificilmente é contestado, pois amedronta e provoca uma privação: a de falar.

1.3.2. Eu e Deus

A criança enquanto ser indefeso, dependente é associada às condições de inferioridade e, portanto, tratada como apêndice do mundo adulto. Sua maneira de pensar e de ser é quase sempre desprezada, pouco considerada, sendo-lhe reservada a imposição, o ajustamento e a doutrinação.

Tal compreensão sobre a criança, ainda hegemônica, em nossa sociedade, é um dos fatores impeditivos de vê-la como capaz de participar, de entender o mundo, de dialogar e com possibilidades de questionar normas estabelecidas. É rotineiro os adultos dizerem entre si: “que atitude infantil” quando se encontram em situações embaraçosas cujas respostas fogem aos padrões determinados/esperados numa cultura. É possível ver nessa expressão para onde o

infantil, a infância é remetida ou seja, para uma condição de objeto e no caso das meninas abusadas sexualmente, objeto de desejo.

Nesse sentido, o silêncio que se imprime à menina pela figura paterna e muitas vezes pela família traduz-se numa omissão que acaba por manter e reproduzir o abuso sexual.

As autoras Mattos e Miyhara (2002), afirmam que a síndrome do segredo é determinada por:

- ameaças que o agressor faz à criança onde os elementos de submissão, medo e identificação com o mesmo levam-na a sentir-se culpada, ansiosa e não confiante em seus próprios sentimentos;
- mecanismos de anulação do abuso ou seja, após o ato o adulto e a criança estabelecem um corte na realidade como se não tivesse acontecido.

Para as citadas pesquisadoras o abuso sexual “não cria primariamente uma experiência prazerosa, mas serve de alívio de tensão e é um processo conduzido pela compulsão à repetição” (p.80).

O silêncio por parte da criança advém também pelo medo de provocar a separação familiar, decepcionar a mãe, de ser culpada pela prisão da figura paterna, de ser morta pelo mesmo ou receber outras agressões e provocar a morte do agressor.

Tomando tais elementos somados à figura de Deus tido como Pai cujas considerações são tecidas, no decorrer deste trabalho, observa-se que a menina permanece no silêncio por não ter alternativa pois que, sua liberdade e individualidade ficam submetidas a condições perversas que não lhe oportunizam

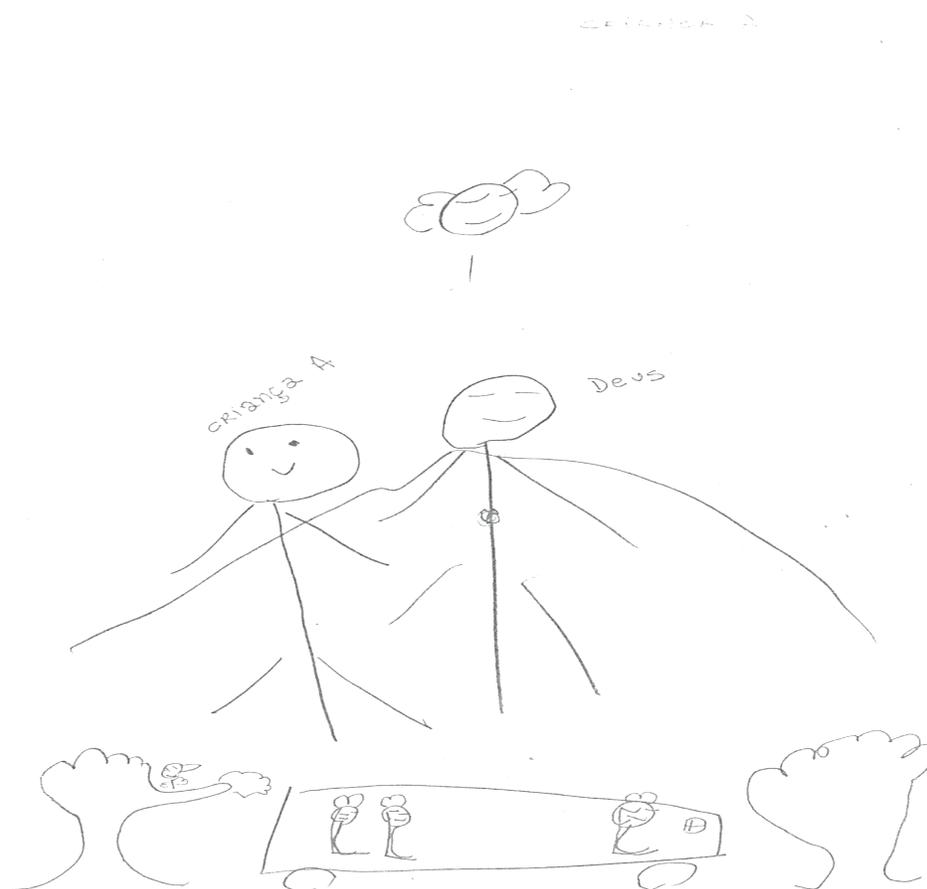
escolhas, instalando ainda, em sua vida, dificuldade em se deslocar de si para se reconhecer no outro enquanto gênero humano situado historicamente.

Perpassam, nesse contexto, sentimentos de abandono, de estar sozinha, “sem saída”, pela complexidade da situação. O desgaste da figura paterna na menina é algo a se considerar e, Deus-Pai como santidade pode contribuir para uma idealização de pai que se esgarçou pela relação abusiva.

Depoimentos e desenhos (abaixo) apontam para isso e expressam ainda o forte interesse de estarem com o pai não abusivo, mas o pai com as qualidades divinas.

Criança A,

“Aqui Deus está perto de mim me dando a mão”.



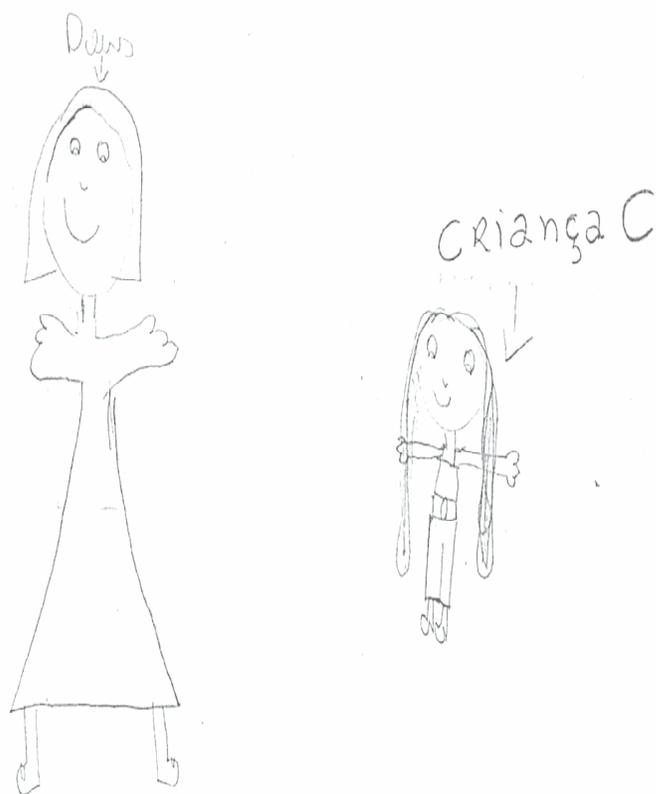
Criança B,

“Essa sou eu que tô aqui no céu com Deus de mão dada. Todo o sol e a nuvem está me vendo. Eles estão felizes”.



Criança C,

“Esse daqui é Deus pegando e me dando a mão”.



Criança D,

“Aqui é eu e papai do céu que é Deus. Ele tá falando assim que quando a gente faz um pecado tem sempre que falar para ele. Quando Deus faz alguma coisa a gente tem que agradecer. Se faltar pão tem que falar: eu agradeço por tudo mas por favor manda alguma coisa, algum dinheiro pra comprar um lanchinho para o café da manhã que nós tamo precisando muito e quando você não gosta de alguma coisa deve agradecer ao Pai do céu que você tem essa comida”.



Criança D

Criança E,

“Esse é Deus, eu e a casa. Ele tá segurando a minha mão. Ele tá alegre. Eu achei meu desenho bonito. Esse é um coração e tá perto de mim”.

criança E



Criança F,

“Aqui tá eu e Deus. Ele tá pedindo pra mim ficar do lado dele e que eu não posso desobedecer meu pai, minha mãe nem meu irmão e que eu não posso brigar nem bater nas pessoas”.



Deus



criança F

As meninas trazem muitos elementos, mas alguns são comuns como: a necessidade de proteção, a relação de passividade, o desejo de estar com o pai, o único capaz de oferecer uma base de atitudes de agradecimentos. Nota-se ainda que esses desenhos mostram uma outra possibilidade (desenho colorido, expressões alegres) ao se igualarem a Deus (perto) como forma de aproximação, numa relação mais equilibrada mas não plena.

Vê-se, aqui, Deus-Pai e a figura paterna, em um movimento onde elementos de um transitam para o outro numa relação marcadamente protetiva e punitiva, verticalizada e nesse processo as meninas apontam pela idealização, como querem e como gostariam que fosse o pai. Dizem de uma relação, adulto-masculino-criança, vivenciada onde põe-se a crítica ao apontar o devir.

1.3.3. Deus e a família

A divindade suprema, Deus, adquire importância fundamental enquanto mediação na família dada a sua condição sagrada, capaz de oferecer por meios simbólicos orientações para convivência entre seus integrantes.

Para tanto, a circunstância em ser feliz está quase sempre associada à participação religiosa onde Deus é o conforto e a força para superação das dificuldades cotidianas, dentre elas, as que ameaçam a harmonia do lar. Também aqui, Deus tem um papel mediador, enquanto possibilidade de prover o bem estar espiritual à família. A adesão familiar à religião constitui-se, portanto, numa força para acomodar as relações interpessoais, conformar os papéis estabelecidos e orientar a estrutura desse grupo a partir dos parâmetros contidos numa determinada doutrina.

Machado (1996), em sua obra “Carismáticos e pentecostais: uma adesão religiosa na vida familiar”, observa que ocorre uma modificação comportamental no homem em relação ao alcoolismo, prostituição, violência e na mulher, na medida em que reforça atitudes de abnegação e os valores morais da família. Ressalta o elemento da “endemonização” nos pentecostais para explicar desvios de uma ordem vigente, “os pentecostais em geral interpretam os comportamentos desviantes (traição, agressão física, alcoolismo e outros vícios) como sintomas de uma crise espiritual” (p.109).

Em se tratando do abuso sexual intrafamiliar tem como uma das interpretações, atitudes ligadas à “tentação”, ao diabólico onde a resolução deixa de estar na vida terrena para se localizar na disputa Deus-Satanás. Explicações dessa ordem velam a violência presente no campo social, tendo uma de suas expressões a criança-menina.

Ao estabelecer a guerra, no campo simbólico, bem-mal, percebe-se uma relação na família que se constrói revestida nesses parâmetros, onde a aproximação com Deus indica o afastamento do diabólico. Assim, a figura paterna que comete o abuso tem sua imagem vinculada ao mal e Deus considerado Pai, simbolicamente, ocupa esse lugar não só na criança, mas na família. Parece-nos que nessa mudança de lugares a figura paterna fica subsumida à figura de Deus-Pai, minimizando o vazio do pai terreno. Mesmo que isso ocorra observa-se que as meninas almejam o pai revestido dos elementos divinos. É como se isso estivesse invertido.

Os desenhos e depoimentos das meninas mostram constituições familiares diferenciadas e o lugar ocupado por Deus. Ao remetê-los à história de vida

de cada uma delas é possível compreender porque posicionam Deus em lugares diferenciados.

Criança A,

“Amo minha família e Deus”.



A exclui de seu desenho as figuras masculinas do padrasto e do irmão mais novo, registrando as figuras femininas e Deus como masculino no alto, mantendo distância delas e protegendo-as. A família para ela aparece de forma idealizada.

Criança B,

“Esse desenho é a família de Deus que fica lá no céu. Eu vou conhecer essa família um dia”.

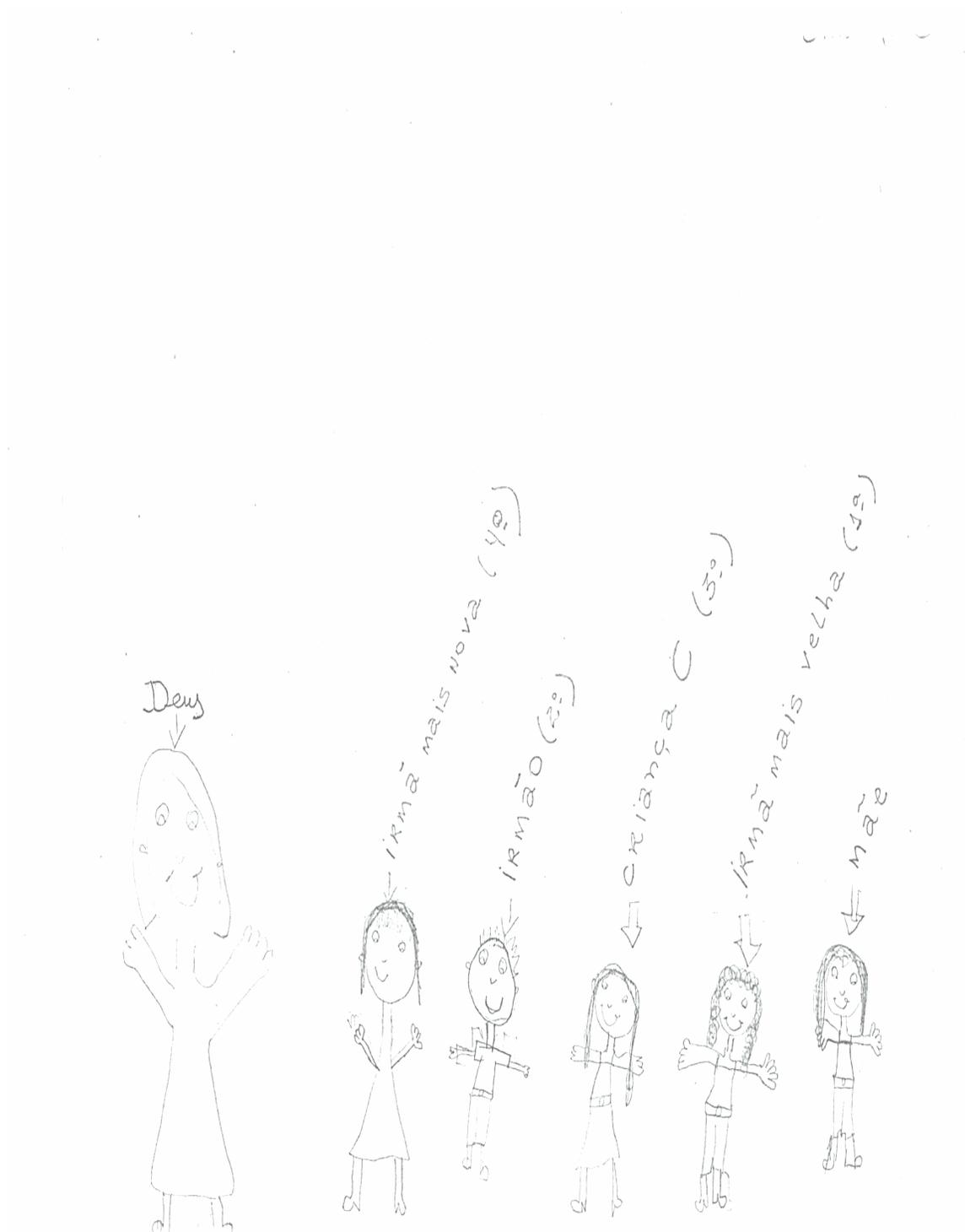


criança B

Em seu desenho, B traz a família que ela idealiza, substituindo a avó materna presente em sua vida pelo pai, na figura de Deus. A família aparece sorrindo.

Criança C,

“Esse é Deus e minha família (cita a mãe e o nome das irmãs e do irmão).
Minha família é muito legal, muito boa e eu agradeço a Deus”.



A imagem feminina de Deus mostra que a salvação está na mulher para C.

Criança D,

“Aqui é eu, minha irmã, papai do céu meu Deus, minha mãe e meu padrasto. Deus falou assim: Vamo se arrumá pra ir na igreja porque hoje vai tê uma festa por causa que as crianças não tá fazendo mal e nem o errado, tá fazendo certo”.



Essa criança mostra a imposição de um discurso sobre Deus que não lhe é próprio. Deus é posto ao meio, fazendo a ligação familiar porque é pelo viés religioso que tem se dado a conexão no sistema parental.

Criança E,

“Esse é Deus, a gente e minha família. Ele tá achando bom porque nossa família tá unida. Ele tá alegre”.



A menina, E, desenha Deus no mesmo plano que ela e as irmãs, separando a mãe e o padrasto desse espaço. Mostra que para ela proteção está em Deus e nas irmãs e não na relação paterna e materna, revelando o que ocorre em sua vida ou seja, se organiza com as irmãs para sobreviver.

Criança F,

“Aqui tá minha família toda unida e Deus abençoando minha família. Minha família tá em paz e alegria. Eu gosto muito da minha família mas é que minha família fica só brigando. Minha mãe bate na minha irmã porque ela teima e não obedece. Minha família sei lá... só sabe brigar”.



O desenho de F mostra a hierarquia familiar e Deus, pintado na cor branca, é posto em outro lugar, fora da família. “Ele é salvador e tá acima de nós”. Em sua fala diz como é a família e como gostaria que fosse: espaço de paz e alegria.

A partir desse material, as crianças mostram o lugar que ocupam e os laços estabelecidos com as figuras adultas de seu primeiro grupo social, apontam limites nas relações intrafamiliares e dizem de como gostariam que fosse a convivência. Ao idealizarem a família, trazem as faltas vividas no cotidiano que dificilmente são colocadas a esses adultos, pois designaram às crianças a não “darem palpites”. Tal impedimento desde cedo vai ensinando-a a não dizer o que teria para ser dito se processando “lições” de silêncio.

Para as meninas que vivenciam situações de abuso sexual, o silêncio que lhe é imposto engessa sua liberdade e no esgarçamento da figura paterna que aí acontece, o pai simbólico é tido em Deus, também masculino, de infundável poder, com preponderância sobre o feminino. É esse masculino que recobre a família de proteção cuja condição é fazer o “certo”, na ótica estabelecida por ele. Deixá-lo “feliz” e agradá-lo é ter proteção cujo elemento de troca é a submissão ao seu poder.

Configura-se com tais elementos uma moldura histórica de pai que pode tornar-se uma camisa de força à criança abusada.

CAPÍTULO II

A FACE DA INFÂNCIA NAS MARCAS DA DESIGUALDADE E DA RELIGIÃO

“Deus tem cabeça, olho, tem tudo igual a gente mas ele é mais diferente porque ele é santo”
(criança A).

A sociedade em que vivemos é demarcada por desigualdades sociais, fruto de uma estrutura, onde o ter se sobrepõe ao ser e as relações se convertem em mercadoria, assegurando uma determinada reprodução que se constitui a partir de sentidos e significados produzidos historicamente. O ser humano, incompleto, cria relações sociais, novas necessidades que são exteriorizadas numa dada realidade, trazendo na sua constituição conflitos, relações de poder sob o mito da unidade na formação social. Essa busca tende a ser feita como forma de controle de uma ordem social que aprisiona o “desconhecido”, evitando a violência, que se expressa na incapacidade de articular interesses num processo social. Assim, numa sociedade de classes, há um constante embate por mudanças e transformações na sua organização estrutural e na medida em que o processo se fragiliza, a possibilidade de comportamentos violentos torna-se mais presente.

Segundo Kuyumjian (1998, p.25),

“Violência por outro lado, é um ato que provoca constrangimento físico e moral, que corresponde à coação e ao uso da força e que significa que a ruptura que se estabeleceu em uma relação cujo fim depende do jogo do confronto direto, extermínio necessário do mais fraco”.

Em um sentido mais amplo, a violência se manifesta numa relação de dominação (burguês - proletário, adulto - criança, homem - mulher, branco – negro) que, embora não sendo explícita, é encontrada em determinadas culturas, normalizando o social quer no campo privado ou público. Essa forma de violência adquire visibilidade quando materializada no âmbito comunitário e familiar, na inter-relação entre grupos e nas relações intrafamiliares.

Como forma de controle dessa violência, vários mecanismos foram adotados por parte do Estado brasileiro, sobretudo ao longo do século XX, a partir da década de 30, onde a família tornou-se um dos alvos dessa política de enfrentamento seja pela integração, ou pela relação de trabalho. As políticas sociais ao darem centralidade a esse segmento, carregam para ele problemas de ordem social que, pelas condições estruturais não resolvidas, põem para a família uma série de atributos (alfabetização, desemprego, abuso), onde muitas vezes ela não dispõe de condições morais, intelectuais, culturais para enfrentar o que está colocado como responsabilidade social.

Trata-se de observar que em países cuja estrutura viola os direitos fundamentais de um povo (saúde, alimentação, habitação, educação, transporte, lazer) remete-se para dentro das relações familiares elementos que a reproduzem com diferentes contornos. Isso se dá numa relação dialética cujas contradições estruturais perpassam pelas várias dimensões da realidade humana, as quais não podem ser compreendidas isoladamente. Portanto, cabe pensar quais são as conexões que existem entre a violência estrutural e familiar cuja convivência e dinâmica vêm se modificando num processo acelerado marcadamente inscrito no individualismo em contraposição coletiva.

2.1. Desigualdade: a construção da violência

A construção social humana tem registrado o uso da força ao longo de seu processo como forma de estabelecer e ou definir uma relação de poder que impõe uma decisão sobre outra. Requer para tanto, a existência do diferente que se localiza num determinado sistema de relações sociais que tem como um de seus elementos constitutivos o espaço das tensões.

Nesse sentido, considera-se que a violência é também construída em determinados contextos históricos que se alteram e modificam conforme conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais cuja correlação de forças designa “modelos” de dominação que se abrem a partir do movimento e da dinâmica dos sujeitos que constituem a sociedade.

As denominadas sociedades contemporâneas que se firmam sob a hegemonia de um modo de produção capitalista supõem desigualdades sociais, pois nelas há o controle de um lado, a dominação, a subordinação de um que é a força de trabalho para o outro que é o capital, estabelecendo no campo ideológico um estado permanente de confrontos onde os universos simbólicos possibilitam legitimar valores, crenças e comportamentos comuns que orientam os sistemas de troca e reciprocidade que se tornam passíveis de negociação quando se estabelece minimamente a noção de justiça. Aliado a desigualdade, encontra-se ainda um esvaziamento dos conteúdos culturais, éticos que sustentam a interação entre os indivíduos, afetando o sistema de relações sociais que coloca em relevância o individualismo como marca cotidiana (Velho,1996).

Conforme Velho (1996, p.19),

“A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais”.

Diante do esgarçamento desse sistema que quebra valores comuns e a ineficiência nas políticas sociais em atender as demandas básicas da população brasileira, pode-se observar uma crescente violência que não consegue ser controlada pelos órgãos repressores do Estado e que associada ao sentimento de impunidade traduz a ausência de justiça e a presença do medo.

O pesquisador Lima (1996) analisa a organização e a forma de funcionamento do sistema judiciário brasileiro que procura em suas ações punir conflitos e não resolvê-los uma vez que suas fórmulas são aplicadas diferentemente às pessoas, situações e categorias sociais, impedindo sua adequada compreensão pela sociedade, implicando aí uma crise de legitimidade. Refere-se ainda à competitividade existente entre as agências do sistema criminal que coloca o descrédito na outra, fragmentando os circuitos oficiais.

Um outro fator que move a violência é o conflito que se dá no campo simbólico, pois visões de mundo que se contrastam podem ser “negociadas” ou não e ainda serem transformadas em segredo, pois determinados fatos podem ser considerados violentos para alguns grupos e não para outros.

Nesse complexo fenômeno da violência, encontra-se o segmento família compreendida não apenas como receptora mas também como produtora de violência por estar engendrada nas relações que compõem a sociedade. Discutir, portanto, a família onde o consumo e a sedução demarcam espaços de conflito torna-se uma questão inadiável, pois notícias, pesquisas e estudos vêm apontando

uma fragilidade no enfrentamento e na compreensão de seu papel enquanto proteção, formação de identidade e lugar de compartilhar e socializar a convivência.

Compreende-se que a violência traz na sua composição elementos de subjetividade que em condições objetivas se externalizam. Isso quando remetido para a família, a violência doméstica, aponta para os processos de fragmentação e exclusão aprofundados nas últimas décadas. Conforme relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999, o patrimônio das duzentas pessoas mais ricas do mundo passou de US\$ 440.000.000, em 1994, para US\$ 1.042.000.000.000, em 1998, mostrando tal dado a intensificação da desigualdade social com expressivos rebatimentos nos “países periféricos” como o Brasil. Diz ainda sobre uma forma violenta de apropriação de uma sociedade organizada para tal.

2.2. Família: uma categoria de mediação entre o simbólico e o real

A palavra família tem ao longo da história, representado um grupo de pessoas aparentadas por laços de consangüinidade, ascendência, linhagem, estirpe ou adotivas e segundo Engels (1978), esse termo é derivado de familiares – escravo doméstico, expressão esta criada pelos romanos para identificar uma nova organização social que se caracterizava pela existência de um chefe com poder de vida e morte sobre mulheres, os filhos e um certo número de escravos. As mudanças na sua organização e nas diferentes formas de combinação revelam sua permanência em todas sociedades mesmo em momentos de crise.

Buscar, portanto, compreender um tipo de organização familiar exige localizá-la na história, numa dada cultura, onde a teoria deve revelar a historicidade

que compõe a realidade cujas manifestações se dão em um determinado modo de produção e em todas as esferas da vida. Assim, é fundamental ter presente os processos estruturais de uma sociedade, visando apreender as relações de interdependência socialmente construídas. Entende-se, portanto, que a produção da família está subordinada a produção da materialidade – um modo de vida.

Estudar a família a partir desse entendimento requer aprender as mediações que a constituem enquanto realidade concreta que se recria no presente, a partir do que foi significativo no passado. Implica ainda perceber que a vida familiar compõe o mundo real e simbólico de todas as pessoas, onde os valores morais, religiosos e ideológicos se fazem presentes nas relações que se estabelecem por sangüinidade e afinidade numa rede de parentesco importante na dinâmica intrafamiliar. Definir o lugar que tal segmento ocupa numa sociedade é considerá-lo dentro de uma ordem social, cultural, historicamente construída onde os indivíduos fazem sua experiência de vida baseada em normas e valores.

Requer neste sentido, situar o referido segmento no movimento da história onde o autor Ariès (1978), em sua pesquisa sobre a sociedade européia mostra as diferentes formas de organização familiar que na modernidade estabelecem os limites entre o familiar e o social. Nessa época, desenvolveu a idéia de privacidade, “o sentimento de casa”, e assim o sentimento familiar (advindo da aristocracia burguesa) estendeu-se por toda a sociedade até os dias atuais.

Em Prost e Vicente (1992), discute-se a família na relação público – privado a partir da sociedade francesa pós-guerra cujos espaços foram sendo construídos com as mudanças no mundo do trabalho, na dissociação família e empresa, constituindo a família de hoje com direito a autonomia, a vida privada individual.

Nos séculos XVII e XVIII¹⁴, se instalou no mundo o processo de expansão capitalista, culminando na busca de novos territórios, sendo um deles o brasileiro cujos atrativos principais eram o ouro, as pedras preciosas e a madeira. Impõe-se aqui uma nova colônia que no processo de urbanização levou a população, principalmente os homens, a se deslocarem internamente entre as regiões, proporcionando as várias formas de constituições familiares, embora os europeus trouxessem um modelo de família nuclear, reconhecida pelo “casamento na igreja”.

A Igreja Católica, no Concílio de Trento (Itália, 1545), definiu que a família deveria servir de instrumento contra a Reforma Protestante e a difusão do catolicismo nos novos territórios, onde apenas no sagrado matrimônio se poderia cristãmente educar os filhos. A família tornou-se um eixo no processo de colonização norteado pela tradição patriarcal portuguesa, onde o pai ocupava a posição de chefe.

Na zona rural, na unidade familiar, estavam incluídos os afilhados, os filhos de criação, empregados, as relações de compadrio e os escravos, compondo a chamada família extensa, onde era enfatizada a autoridade do marido, cabendo à esposa cuidar do esposo, dos filhos e da casa. Na área urbana, se encontravam mais facilmente as famílias pequenas, as mães com filhos sem pai, os viúvos, os solteiros.

Ao lado do modelo da família nuclear, conviviam outros arranjos familiares principalmente entre os brancos e negros, denominados “amancebamentos” tendo como resultante os mestiços e mulatos além de uniões entre brancos com índios os quais, não tinham no seu pressuposto o casamento na

¹⁴ Informações oriundas da palestra “A história da família no Brasil”, proferida por PRIORI, Mary Del, no dia 21/05/02, durante o Seminário Família e Cotidiano das Ações Profissionais, promovido pela

igreja. Essa forma de união era mais fortemente encontrada na zona rural e na classe pobre urbana porque a cerimônia do casamento tinha um custo alto e a igreja era algo para a elite, pois para as camadas populares homens e mulheres viviam juntos, "amigados".

Entre os escravos as uniões se davam dentro de um mesmo grupo étnico, a chamada endogamia, mantendo as afinidades culturais, religiosas, os hábitos e tradições de uma mesma região da África cuja solidariedade entre eles era norteadada pela vida espiritual. Em muitos casos as uniões eram interrompidas com a venda do escravo, pois nem sempre era permitido à mulher escrava acompanhá-lo.

Nas grandes famílias patriarcais, não raramente os donos das terras tinham filhos com as escravas os chamados "bastardos" ou "ilegítimos" por nascerem fora do casamento e sem direito a herdar dotes.

Essas relações foram se modificando a partir da sociedade industrial que nos processos de urbanização e industrialização exigiram outros arranjos familiares como forma de sobrevivência, onde alguns valores mudaram: namoro, uso da sexualidade, casamento, livre escolha do cônjuge, divórcio, o ingresso da mulher no mercado.

As mudanças sócio-econômico-políticas da sociedade provocaram alterações significativas na dinâmica intrafamiliar, mas é ela o campo de destaque na transmissão de valores e tradições nas suas diversas formas: pais e mães com poucos filhos, mãe com filhos, avós com netos, filhos de uniões que se recombinaem e outras. Na ótica do modelo nuclear dominante, essas famílias foram consideradas "desestruturadas" e para dar uma resposta a esta nomeação, Lopes (1994, p.8),

"aponta duas tendências analíticas: a primeira, que explica a desestruturação como pressuposto das relações organizacionais da sociedade e a segunda, que

percebe como mudança nos processos valorativos que permitem aos indivíduos conceber as relações sexo-afetivas em que se envolvem”.

É fato que encontramos hoje várias composições familiares e segundo Romanelli (1995), até 1987 a família nuclear era predominante, apresentando um índice de 71%. Posteriormente, as famílias matrifocais passaram de 9,5% - 1970, para 14,4% em 1987.

Conforme dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a união consensual em que os cônjuges não se casam nem no religioso, nem no civil representa 28,3% do total das uniões. Essa porcentagem aumentou em relação a 1991 que era de 18,3%, mas a forma de união mais comum continua sendo o casamento civil e religioso com 50,1% dos casos, número este que decresceu em relação a 1991 que era de 57,8%. O casamento religioso diminuiu de 5,2% para 4,3% e o número de divórcios e separações judiciais cresceu 32,5%.

Em Goiânia, a pesquisa “Desenhos de família, (2001), criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais”, registra que das 1272 famílias entrevistadas, 712 são casadas e 118 amasiadas, predominando como renda mensal até três salários mínimos. Do total das famílias, 680 possuem filhos menores de 18 anos, o que mostra um número significativo de crianças e adolescentes sob os cuidados de suas famílias. Os genetogramas desta mesma pesquisa permitiram visualizar as diversas composições familiares que não se encontram no modelo nuclear:

- A mãe é solteira e os três filhos, de pais diferentes, são cuidados por ela e pela avó materna;
- O casal é amasiado e os filhos do pai, de 3 e 5 anos, são criados pela atual companheira;

- O casal é amasiado e cria três filhos dos ex-parceiros;
- O casal cria oito filhos, cinco da mulher e três do homem;
- A mãe é solteira e cria sozinha os dois filhos;
- A avó materna cria cinco netos.

É possível observar que um determinado modelo de desenvolvimento econômico interfere na forma de ser família, redefinindo-a uma vez que se insere nas relações de mercado, acesso às políticas públicas, à informação, ao consumo, à ação da mídia, ocupando papéis diferenciados: mãe, pai, filhos, além da divisão homens, mulheres, adultos e crianças. Advêm desse processo novos desenhos onde as relações de parentesco não são definidas pelos laços de consangüinidade, mas pelos papéis que são desempenhados nas diversas composições.

Cabe ressaltar que a mulher, antes limitada no espaço doméstico, sufocava sua individualidade e na era moderna tornou-se necessário segundo Kehl (1992, p.136), “de pensar a feminilidade, a sexualidade feminina, alguma espécie de identidade que possa definir a mulher independente do espaço doméstico, de exigências, papéis e limitações colocadas a partir das relações com os filhos”.

A autora Pateman (1993), em seu texto “O contrato sexual”, registra que a partir do momento em que na história se regula as relações pelos contratos, o casamento torna-se um deles, onde os indivíduos desfrutam da mesma condição civil, porém não mencionam a dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, enquanto o contrato social é traduzido em liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição que se legitima no viés matrimonial. Se todos os indivíduos nascem livres e iguais, a relação deve surgir por meio de acordos que se materializam em contratos que regularizam a vida cotidiana e por encontrar-se inserida numa estrutura de produção exploradora, coloca o direito de controle nas mãos de uma

das partes contratantes como acontece no matrimônio: o homem com direitos sobre a mulher.

Nesse sentido, a mulher faz parte da esfera privada considerada alicerce para a vida pública. O casamento se torna a base da vida social e por ser um pacto desigual, a esposa ao obedecer o marido recebe como troca a proteção. Também no campo simbólico é possível observar isso, pois em *Gênesis* 3,16, “Deus estabeleceu que Adão dominará sua mulher e os desejos dela estarão submetidos aos dele”. A idéia de proteção fica remetida à incapacidade para o exercício do campo civil pela mulher, atribuindo a ela uma capacidade apenas na esfera privada sob o poder masculino.

Instala-se aí uma divisão no papel social dos indivíduos, onde a legislação civil pode ser compreendida a partir da sujeição das mulheres cuja liberdade e igualdade são atributos da fraternidade que exerce o direito masculino sobre o feminino. A apregoada liberdade da mulher casar ou não, vela uma coação coletiva, pois há uma pressão social para que ela se torne esposa, uma vez que as mulheres solteiras ficam sem posição aceitável e definida; tornar-se a esposa de um homem é ainda o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida.

Em Pateman (1993, p.265),

“O motivo pelo qual as mulheres precisam participar do contrato de casamento é que, embora elas não tenham um papel no contrato social, as mulheres devem ser incorporadas à sociedade civil – a cidadania, o trabalho e o casamento – são constituídos por meio de um contrato. Para que as relações livres que caracterizam a sociedade civil sejam estendidas a todas as esferas sociais, o casamento também tem que ser originado em um contrato”.

A lógica da dominação existente no contrato de casamento também se dá na subordinação do trabalhador ao capitalista, porém no que diz respeito à

mulher, isso acontece de forma mais intensa porque fica sob o controle do homem, onde este se apropria de sua capacidade de trabalho como esposa, na categoria não remunerado.

Nessa discussão, Engels (1991), afirma que o marido é o burguês e a mulher o proletariado, havendo relação de opressão/dominação, onde a esposa é a “principal criada”, cujas relações conjugais são como as relações de mercado ou seja, o interesse de um marido na subordinação de sua mulher é exatamente como o de qualquer capitalista que faz outro homem trabalhar para ele. Aqui, encontra-se um elemento de análise que precisa ser acrescido, pois uma dona-de-casa não contrata sua capacidade de trabalho com seu marido, não recebe um salário e isso traz diferença do contrato empregatício.

O trabalho doméstico não é considerado trabalho porque torna-se implícito como contrapartida na relação conjugal uma vez que, o homem é provedor. Quando as mulheres vão para o trabalho remunerado não deixam de ser dona-de-casa e tornam-se “esposas que trabalham”.

Se para o contrato social o casamento tem um significado que diz respeito às relações patrimoniais, para o sacramento religioso cristão, o significado está na sacralização da família como lugar de procriação, legitimação para relação sexual e orientação moral. Nos dois campos a mulher é designada para uma posição de inferioridade e no casamento enquanto símbolo do sagrado que se dá através de rituais específicos, marca uma passagem que altera a situação da pessoa, aproximando-a mais dos “ensinamentos divinos”. Esse ritual proporciona um lugar mais definido e com uma identidade mais explícita na sociedade.

Segundo Lemos (2001, p.635),

“João Paulo II após situar a família na sociedade atual afirma que o matrimônio deve ser indissolúvel, procriador, lugar exclusivo para o exercício do sexo; sendo que a fidelidade conjugal é uma exigência para a garantia de seu caráter monogâmico”.

Assim, na religião católica, o presépio traduz a imagem da família sagrada que se coloca nas figuras de José, Maria e Menino Jesus, cujo significado carrega uma intensidade, um sentido qualitativamente diferente do cotidiano, tendo como atribuição ser referência a uma dada rotina. Essas três pessoas apresentam uma essência que as diferencia das demais, assumindo um caráter de perfeição cujo modelo deve ser seguido, incorporado como um comportamento e um hábito; torna-se um símbolo que estabelece um padrão cultural que faz sentido a uma realidade porque vivido de maneira intensa. Implica na adesão de indivíduos e grupos aos valores contidos neste símbolo que, por sua vez, traz o sentimento de pertencer a uma determinada coletividade e direciona suas ações de forma a expressar o conteúdo do campo sagrado.

Cohen (1978) registra que os símbolos trazem ambigüidades por conterem significados diferentes atribuídos a partir de uma relação que se estabelece pela intensidade de sentimentos que evocam. Eles integram processos ideológicos: a cosmovisão de um grupo que é materializada por duas categorias simbólicas: do parentesco e do ritual as quais não se separam, mas interagem na estrutura de uma realidade cujas relações sociais são desenvolvidas e mantidas por meio deles. Os valores, normas, regras, conceitos se fazem presentes por meio dos símbolos onde os homens tomam consciência deles, compreendem-nos e os relacionam na sua vida cotidiana inclusive como definidor de papéis.

Na família, assim como na sociedade, a definição de papéis está intimamente ligada às relações de poder que hierarquizam uma determinada organização política de funcionamento e conforme Cohen (1978, p.93), “em toda

parte os modelos de casamento são inerentes à distribuição e manutenção do poder entre grupos”. Diz ainda que o poder numa sociedade está associado ao modelo de casamento que nela se institui por compor a estruturação política de uma organização social, portanto, sempre relacionado à hierarquia e articulação de interesses entre os diferentes grupos.

Sendo assim, o casamento se dá mediante um ritual que traz como significado a ligação entre os grupos, criando unidade, reduzindo áreas de tensão entre os mesmos e integrando-os num campo ideológico, traduzindo um comportamento simbólico que fornece à estrutura organizacional de uma sociedade o processo de interação que tem por base um padrão cultural¹⁵.

O pesquisador Turner (1974) traz a relação dialética entre estrutura simbólica e estrutura social onde o ritual faz a mediação entre ambas, visando ajustar os conflitos a partir de uma ordem ideal. Para compreender como um determinado grupo interpreta seus símbolos é preciso apreender a estrutura interna das idéias contidas no rito. Propõe para tanto um esquema de classificação que contém três fases que se interagem: pré-liminar (saída da estrutura social), liminar (estrutura simbólica em ação) e pós-liminar (retorno à estrutura social). O trânsito que ocorre entre essas três fases, produz efeitos que são expressos na vida cotidiana e podem manter uma ordem ou aprofundar um processo de crise que gere conteúdo novo ou ressignifique o que está posto.

A família, nessa ótica, tem sua constituição marcada na estrutura social onde o campo simbólico, na especificidade de nossa cultura, apresenta pela religião uma imagem da família como sagrada, intocável, espaço do amor e do castigo, onde a unidade deve ser preservada incondicionalmente. No documento “Sobre a função

da família cristã no mundo de hoje” (1982, p.23), emitido pelo Papa João Paulo II, lê-se:

“A comunhão conjugal caracteriza-se não só pela unidade mas também pela sua indissolubilidade: Essa união íntima, já que é dom recíproco de duas pessoas, exige do mesmo modo que o bem dos filhos, a inteira fidelidade dos cônjuges e a indissolubilidade da sua união...Radicada na doação pessoal e total dos cônjuges e exigida pelo bem dos filhos, a indissolubilidade do matrimônio encontra sua verdade última no desígnio que Deus manifestou na Revelação: Ele quer e concede a indissolubilidade matrimonial como fruto, sinal e exigência do amor absolutamente fiel que Deus Pai manifesta pelo homem e que Cristo vive para com a igreja”.

A idéia de família contém valores que influenciam uma estrutura social de forma significativa, pois é ela o indicador de como as pessoas pensam e se colocam no mundo. Nesse sentido, as relações entre simbólico e social dialogam entre si num movimento dinâmico, construindo espaços significativos de possibilidades que se transformam em realidades efetivas. Aqui, entende-se que na articulação entre ambos, o simbólico cria sentido à necessidade social e esta o realimenta não em um processo simbiótico, mas de interação que se recria pela dinâmica humana.

Sendo assim, religião e família se interagem, expressando um estilo de vida, uma organização onde o núcleo familiar se constitui em símbolo da sociedade, fundamental para continuidade na reprodução de valores, hábitos e tradições que mantêm uma identidade coletiva e o controle de um grupo social. É na família, enquanto instituição que compõe o todo, o espaço que contém uma eficácia significativa na apreensão de um modelo social dada a estreita relação que se estabelece entre seus membros na formação de sentidos e atribuição de valores postos num contexto.

¹⁵ Cohen (1978), registra que a cultura não é um sistema independente mas uma coleção de normas, valores, crenças, práticas e símbolos que, interferindo uns sobre os outros, acabam por ser

Para a cultura, a família é um *locus* privilegiado na perpetuação de uma doutrina, de uma concepção de mundo e esta, em sua religiosidade, busca encontrar sentidos que dêem suporte num processo de interação entre seus membros. Há um entrelaçamento nessas duas unidades, permeando aí conflitos que vão sendo gestados a partir de princípios religiosos eruditos e a sua viabilização na realidade ou seja: a distância entre o “mundo perfeito” apregoado pelo campo religioso e o “mundo imperfeito” encontrado na vida humana.

Esse distanciamento é possível ser observado ao se tomar o documento pontifício, “Carta às famílias”, de 1994, o qual atribui ao matrimônio (esposo-esposa) e à família (filhos) um dom precioso e uma comunhão com Deus cujo bem comum é regido pelo amor, fidelidade, honra e permanência da união até a morte. Os filhos advindos do sagrado matrimônio expressam a harmonização entre a vontade dos pais com a do Criador e, nesse sentido, traz como alerta: “a vontade humana está sempre inevitavelmente sujeita à lei do tempo e da caducidade. A vontade divina é eterna” (p.24). Aqui, é atribuída ao campo humano a imperfeição e, portanto, carregado de riscos e limitações que podem afastar de Deus o qual guarda, em si, fonte genuína de amor que “convida” a viver n’Ele o projeto da perfeição.

Aproximando esse ideário para o campo cotidiano percebe-se que demarca padrões de comportamento que vão sendo compartilhados numa sociedade que ela mesma tem como expectativa enquanto algo desejável. Dessa maneira, quanto mais internalizadas forem as idéias mais dificilmente uma norma será violada. Com esse mecanismo, resguardando os diversos momentos conjunturais, em nossa sociedade pode-se ver diariamente pelos meios de

comunicação que a família não é o difundido espaço de aconchego, ternura e amor, mas de lutas que ficam guardadas no seu interior e sem visibilidade. O casamento, tido como sinalização de amor, afeto e respeito, esconde as relações de poder homem-mulher, adulto-criança, imprimindo dessa forma a bipolaridade perfeito-imperfeito numa relação.

A autora Mary Douglas (1976), em “Pureza e perigo”, discute a ordem e a desordem simbólica as quais são ordenação de uma sociedade que se dá a partir de um sistema de classificação onde a sujeira está associada à concepção de impureza e profanação. Dessa forma, santidade (pureza) e impureza enquanto imaginário estão em pólos opostos, mas podem ser categorias relativas e segundo a autora (1976, p.21), “o que é limpo em relação a uma coisa pode ser sujo em relação a outra e vice-versa”.

Nessa mesma direção, sustenta que a idéia de sujeira expressa num sistema simbólico e, não algo isolado e único, é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas e representa o que está fora de ordem. Ela está relacionada com os sistemas simbólicos de pureza que incluem todos os elementos rejeitados de sistemas ordenados cujo comportamento se expressa na reação de coordenar idéias ou objetos que possam confundir ou contradizer classificações ideais. Esses objetos recebem nomes que serão rotulados como forma de estarem nos seus devidos lugares.

Na cultura, há uma padronização de valores que serve como mediadora da experiência dos indivíduos, valores estes que também são ordenados numa perspectiva coletiva de caráter público, onde a idéia de poluição faz sentido a uma estrutura total de pensamento.

Esse mesmo processo ocorre no campo religioso e segundo Douglas (1976, p.66),

“A santidade é o atributo da divindade. Sua raiz significa “colocado separadamente”. O que mais significa? Devemos começar qualquer indagação sobre o cosmos buscando os princípios de poder e perigo. No Velho Testamento encontramos a bênção como a fonte de todas as coisas boas, e a retirada da bênção como a fonte de todos os perigos. A bênção de Deus torna aos homens possível viver na terra”.

A idéia de perigo aparece a partir da santidade ou seja, afastar-se desta significa a penalização e a aproximação oferece prosperidade.

Um outro ponto importante trabalhado pela referida autora diz respeito ao ritual concebido como atos simbólicos geradores de relações sociais que permitem selecionar experiências e oportunizar às pessoas sua manifestação como ser social. O ritual se refere à ação simbólica e diz respeito ao sagrado onde a unidade é criada por uma separação e ordenação num determinado universo, sendo, portanto capaz de operar mudanças na vida social.

Leach (1983), no texto “Nascimento virgem”, afirma que o mito e o rito não distinguem o conhecimento da ignorância por estarem diante de dogmas e doutrinas que estabelecem uma série de sentidos. Toma o caso cristão do nascimento de Jesus e de Maria, sua mãe, os quais como mediadores guardam a ambigüidade humano-divino ou seja: possuem características anômalas como seres humanos sem pecado e mãe que é virgem.

Diz ele (1983, p.129),

“Pode parecer surpreendente que os homens persistem em expressar crenças formais que são palpavelmente falsas, mas não se chegará a parte alguma aplicando-se cânones de racionalidade a princípios da fé. Tudo o que o analista pode fazer é observar as circunstâncias nas quais o dogma falso é afirmado e estudar de outras maneiras o contexto dessa afirmação”.

Prossegue dizendo que o mito cristão, no campo social representa o sistema patriarcal, onde se admite que os governantes sejam muito superiores aos governados e que a mãe é um ser inferior ao filho já que é um deus. Estabelece uma relação de classe e poder já que o divino se constitui como o poderoso e o humano como impotente perpetuando então o sobrenatural. A mediação que faz, nesse campo é que o homem impotente, é descendente de um deus potente.

Tem-se, aqui, um mecanismo que na busca de desvendá-lo é preciso considerar que, na lógica da divindade, a religião ao compreender um Deus que é Pai comumente aceito e divulgado teologicamente, em nossa cultura, tem as qualidades de um patriarca o qual escolhe uma mulher e se serve dela para se mostrar ao mundo. Essa mulher não é fundamental na lógica religiosa, pois exerce o papel de fazer ver o filho, mas quem age é esse filho. Ela é uma figura secundária, pois importantes são o pai e o filho.

Sendo assim, na medida em que isso se incorpora nas inter-relações gera algumas conseqüências, pois o sagrado ao ser tido como perfeito, modelo, impõe parâmetros os quais quando infringidos são considerados como afronta ao projeto de Deus ou ao próprio Deus ou seja, afrontar a lógica da divindade é um mau comportamento gravíssimo, onde as pessoas não se autorizam a fazê-lo até porque se o fizerem poderão ser “castigadas”.

Uma outra consideração a ser feita diz respeito à lógica de revelação da divindade que se dá pelo patriarcado: Deus se revela a Abraão, que se revela a Jacó, que se revela a Moisés... que no contexto histórico é marcado pela posição de reis, lutadores, dominadores. São essas figuras que em nossa cultura têm destaque, reforçando uma tradição patriarcal.

Nessa lógica, o filho se sobrepõe à mãe, o masculino ao feminino onde a mulher se torna um meio para os homens agirem na história.

Com essa idéia presente, em nossa cultura, fortalecida pela sacralização da família, muitos atos de violência cometidos em seu interior são silenciados, pois rompê-los traduziria atitudes contra a ordem divina, algo fora do “normal”, da ordem, podendo gerar situações insustentáveis.

Pelas considerações feitas, em relação à família, é possível observar que ela ocupa o lugar de mediação num determinado grupo social, e enquanto símbolo presente, na sociedade, favorece a inserção do indivíduo nas relações sociais mais amplas. Esse segmento é revestido de um significado fundamental enquanto produtor e reproduzidor de padrões culturais que garantem funcionamento de uma ordem social.

Encontra-se, nas religiões cristãs, o casamento como uma ação simbólica que demarca novas constituições de famílias, aproximando grupos diferentes e ampliando as relações numa sociedade.

Para que o casamento, enquanto união seja legitimado e legalizado, se estabelece uma relação com o campo jurídico e religioso a partir de um contrato de direitos e deveres que são consagrados pelo ritual religioso que reafirma e confirma a aliança entre o casal e as famílias do mesmo numa perspectiva sagrada.

Na religião católica, a sacralidade oferece um modelo cristão de família nuclear, enquanto experiência desejada, cuja plenitude é possível atingir na medida que consiga “suportar” todas as dificuldades que vão surgindo na convivência familiar. Isso traz o sentido no imaginário coletivo de ser “corretamente” uma família, portanto, compondo um consenso e uma ordem social. Quando essa idealização de família se distancia da realidade cotidiana por não dar respostas efetivas aos

conflitos inerentes às relações intrafamiliares porque tende a remeter suas resoluções no plano do sagrado, cria aí um sentimento de desordem, desorganização e desestruturação em relação ao modelo padrão, portanto, fora de lugar. Diz o documento pontifício, “Sobre a função da família cristã no mundo de hoje” (1982, p.18),

“A família humana, desagregada pelo pecado, é reconstituída na sua unidade pela força redentora da morte e ressurreição de Cristo. O matrimônio cristão, partícipe da eficácia salvífica deste acontecimento, constitui o lugar natural onde se cumpre a inserção da pessoa humana na grande família da Igreja”.

Cabe ressaltar que se a religião imprime sentidos à instituição familiar reafirmando um determinado modelo, por outro, a dinâmica da estrutura produtiva da sociedade põe novos arranjos familiares que acabam por pressionar as igrejas cristãs a reverem seus discursos e a incorporarem as mudanças que vão sendo gestadas até para garantirem sua legitimidade.

Assim, se faz necessário compreender que a família não é um grupo natural e que sua dinâmica relacional não é dada, mas construída a partir das negociações cotidianas entre seus membros e o meio social, tornando-se ora campo de felicidade, ora de sofrimentos e limitações. É exatamente nessa relação que a religião se coloca não como algo fora ou acima da realidade, mas dentro dela e agindo sobre ela.

Destaca-se aqui a concepção presente nas sociedades cristãs, de um Deus-Patriarca, todo poderoso, masculino, revestido de uma força sagrada com autonomia para premiar e punir seus filhos a qual se verticaliza na elaboração do pensamento das pessoas que vivem nessa cultura. Se Deus se revela em homens (Abraão, Moisés...), líderes, com poder sobre os grupos, é desejo de Deus que os homens sejam tratados com tais considerações, revestidos de um empoderamento

advindo da sua condição de masculino. É permeado por esse elemento que foi sendo construído o papel do pai real que se modifica numa realidade complexa em que outros assumem também essa função (professor, padrasto, avô, tio) no cuidado da criança e, na maioria das vezes, revestida por essa categoria de pai.

Os modelos, daí advindos, são interiorizados pelas crianças que vêem, na figura paterna, o herói repleto de capacidades que vai orientar seu trânsito na realidade a partir de um ordenamento social. Dessa forma, se as condições de uma sociedade se modificam, também o papel de pai se altera principalmente numa estrutura mecânica e mercadológica que imprime novas práticas às pessoas, pondo em colapso as maneiras tradicionais de ser pai.

Fica estabelecido, nesse processo um embaraçamento entre o modelo sagrado de Pai apregoado pela religião e as condições reais e objetivas de exercitar tal proposta, criando um distanciamento da autoridade sagrada por se tornar quase impossível a regulamentação de seus preceitos.

Nesse movimento, a figura paterna fica esvaziada de significados e cada vez mais se entrega a Deus-Pai uma função que é do pai real, onde este último se desresponsabiliza de suas atribuições ou seja, Deus passa a ser o pai de todos o que pode ocasionar a falta de visibilidade do ser pai para a filha, ultrapassando o interdito posto na relação paterna.

Segundo Cavenacci (1985, p.221),

“A sociedade atual não é capaz de substituir de modo satisfatório à ação econômica e social do pai. Na função educacional e administrativa que ele desempenha outrora – aliás, em seu próprio rigor -, encontrava expressão, ainda que infeliz, uma exigência que continua sempre a subsistir, e que a sociedade, embora em perigo a família, não consegue satisfazer”.

2.3. Infância: situando-a na história

A palavra infância, segundo Cunha (1982), na terminologia latina vem de *infans-antis*, cujo significado é que não fala, portanto sem voz. Isso remete-a para um lugar sem importância, que ao longo da história em seus vários períodos, vem sendo demarcada pela violência. Registros históricos informam que desde antes de Cristo a criança é penalizada pelos adultos.

Assis (1999), em seu estudo “O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde”, procura compreender a situação da violência contra a criança desde a antiguidade com enfoque na saúde. Para tanto, busca relatos a partir de 2000 a.C. porém, é por volta do ano 1000 d.C. com o desenvolvimento da escrita que encontra material para sua pesquisa principalmente nas civilizações greco-romanas e hebréias.

Observa que a ênfase era dada na disciplina da criança, existindo leis (sec. XIII a.C.) para os filhos desobedientes os quais não obedeciam os pais, cabia aos anciãos puni-los, expondo-os ao apedrejamento até a morte, livrando assim a família de um mal. Cita que estas recomendações estão contidas em Deuteronômio 21,18-21, Provérbios 23,13-14 e Gênesis 37,1-36. Além destas punições a miséria levava à morte inúmeras crianças. Diz ele (1999, p.12),

“Conforme a escassez se mantinha sobre o povo hebreu, novos testemunhos do sofrimento infantil são demonstrados, (sec. VII a.C.), “desfalecem os meninos e as crianças de peito pelas ruas da cidade” (Lamentações 2, 11-12); “os meninos pedem pão e ninguém lho dá. As mãos das mulheres piedosas cozeram seus próprios filhos; serviram-lhes de alimento na destruição de Jerusalém” (Lamentações 4, 4-10).

No mundo greco-romano, o pai desempenha um papel severo e a mãe a indolência. As crianças nascidas, em famílias ricas, eram criadas por uma nutriz e posteriormente sob a responsabilidade de um pedagogo para os devidos

ensinamentos, mas sempre morando com os pais. Na legislação romana, a criança era usada até como forma de reparação de um delito que consistia na entrega do filho, criminoso à parte ofendida. Também era o chefe de família quem autorizava o nascimento do filho tornando-se usual o infanticídio e o aborto. “Cabia ao pai decidir se levantava os filhos no braço (aceitando-o) ou deixava-os no chão, posição que definia a rejeição e abandono”. A população pobre, pela dificuldade em alimentar os filhos, abandonava-os para que outras pessoas os criassem enquanto entre os abastados a rejeição se dava para que os bens não fossem divididos entre muitas pessoas. Os filhos dos escravos tinham a vida decidida pelo amo, pois era ele quem determinava criá-los, enfeitá-los ou afogá-los. Muitas vezes vendiam seus filhos em troca de alimentos. “Contudo, relatos mostram que essa venda era um processo difícil para algumas mães, que os vendiam aos comerciantes, que os compravam ainda sanguinolentos, mal saídos do ventre da mãe, que ainda não teria tempo de vê-los e amar” (Assis, *apud* Veyne, 1992, p.13).

O pesquisador Mesters (1997), registra que no século XIII a.C. a religião de Canaã tinha alguns costumes que envolviam o sacrifício de crianças:

- para que os deuses protegessem uma construção, era necessário sacrificar um filho e enterrá-lo debaixo das fundações,
- em períodos de guerra ou crise, sacrificavam um filho pequeno para conter a ira dos deuses,
- para conter o crescimento dos hebreus, o faraó sentenciou os meninos (Ex 1, 16.22), pois as meninas iriam gerar filhos e dar prazer ao seu senhor,
- acesso à divindade por contato com prostitutas sagradas, ocasionando crianças abandonadas,

- venda de filhos (as) pelos agricultores empobrecidos na condição de escravos,
- desintegração do clã por influência da monarquia (guerras) surgindo viúvas e órfãos pobres,
- marginalização da mulher e das crianças após exílio por ser considerada impura,
- a fome que obrigou mulheres a matarem seus próprios filhos e comê-los (Lm 2,20; 4,10) ou abandoná-los.

Tais práticas eram respaldadas pela religião oficial, onde o controle e a obediência se davam em torno do rei. Constata-se que a relação de dominação e opressão fortemente presentes, na época, submetia a criança à violência e segundo Mesters (1997, p.13), “a nova experiência de vida que o povo hebreu foi tendo em contato com Javé levou a condenar práticas religiosas que causavam a morte das crianças”.

Na trajetória histórica da criança, é possível verificar que a ela foi designada a condição de “não ser” e quase sempre uma pequena parcela da população adulta se colocava na condição de ser resistência não apenas em defesa da infância, mas das condições de vida nas quais eram submetidas. Esse percurso vem ganhando contornos diferentes, alterados pelas conjunturas, mas ainda fundamentados na busca da igualdade, processo este que procura dar visibilidade à criança como sujeito de uma sociedade.

Como a concepção hegemônica da criança é de “ser incapaz”, situações de violência são registradas em todos os continentes e, na história brasileira, isso não foi e não é diferente.

Em nossa realidade, Londõno (1995), em sua publicação “Crianças e jesuítas nos primeiros anos da evangelização no Brasil, (séc. XVI)”, registra que o Padre Serafim Leite teve como atribuição as ações educativas e catequéticas cujo alvo eram as crianças por se constituírem fundamentais para o sucesso missionário. As narrativas jesuíticas informam sobre crianças órfãs vindas de Lisboa em companhia dos padres para as peregrinações, enquanto os meninos indígenas (9-11 anos), eram levados para casas, a fim de serem doutrinados e contribuírem na evangelização de seu povo e no propósito colonizador. A docilidade e a receptividade das crianças pelas pregações dos padres que tinham como mediadores os órfãos de Lisboa acaba por constituir um campo fértil nesse processo.

Diz o referido autor (1995, p.102),

“A pregação da criança é escolhida pelo narrador como metáfora da ação de Deus nas terras distantes, os órfãos missionários eram pois os signos da verdadeira religião.... A condição da criança fazia com que fossem aceitos sem resistência e conseguissem comunicar além da língua, permitindo também a aproximação e aprendizagem das línguas indígenas”.

Posteriormente com a conversão efetiva de algumas crianças indígenas, os órfãos de Lisboa passam a ser uma carga, o mesmo acontecendo com as casas que abrigavam as crianças indígenas que representavam muitas despesas aos jesuítas que tinham em sua opção o voto sagrado de pobreza e receber recursos como auxílio das comunidades, iria ferir tal preceito o que acirra o impasse de como enfrentar a questão. Decidem, em nome da comunidade, da ação missionária possuir bens (casas, terras, escravos, engenhos), mas por volta de 1554 encontram resistência dos pais em entregarem seus filhos aos cuidados missionários, chegando a captarem crianças, ancorando essa ação na fé cristã. Na medida em que foram sendo superadas as barreiras da língua e da desconfiança,

alguns rituais como o do batismo marca a ruptura com o mundo de idolatria e práticas abomináveis como eram consideradas pelos padres, que a partir disso passam a considerar as crianças como anjos até porque romperam efetivamente com suas famílias e comunidades.

No decorrer do tempo, surge a dificuldade de trazer jesuítas da Europa (aprendizagem lenta da língua indígena) o que ocasiona a discussão, na Companhia de Jesus, sobre a possibilidade de incorporar, em seus quadros, os “gentios convertidos” porém na condição de irmãos ou coadjuvantes e não como sacerdotes, pois teriam dificuldade em guardar a castidade, além do que não ocupariam cargos de direção.

Observa-se, aqui, que os nomeados de anjos são retomados por uma imagem que os desqualifica como no início da catequização, onde a criança é olhada como possibilidade aos interesses dos jesuítas e que após a imposição de seus valores, utilizando para tanto diversas estratégias, passam a recolocá-los na vida adulta como pessoas que “não servem”.

É nesse percurso imbricado nas relações sócio-econômicas conjunturais que a infância brasileira, principalmente advinda das camadas populares, tem uma história demarcada por violação de direitos: fome, não acesso à escola, à saúde, ao lazer, dentre tantos outros que submetem o referido segmento à desproteção da vida. As marcas provenientes da desigualdade sócio-econômica gerada pela estrutura capitalista, são irreparáveis e podem ser traduzidas pelas diversas formas de violência: crianças indígenas submetidas à cultura do branco-jesuíta, crianças violentadas física e sexualmente, enfim, dominadas pelo mundo adulto e por uma cultura hegemônica que concebe a infância pobre como algo passível de controle para prevenir a criminalidade, assegurar a ordem social e o

desenvolvimento do país. Em nome desse lema e por ser a criança colocada como um ser que precisa ser moldado – “educada”, muitas atrocidades foram cometidas, retirando-lhe, não raras vezes, a própria vida.

No Brasil, até o sec. XVIII, as ações voltadas para a criança se deram no âmbito da família e da igreja, passando o Estado a assumi-la administrativamente no sec. XIX com caráter social. Cabe ressaltar que na história da assistência, a civilização judaico-cristã assume compromissos de solidariedade e benemerência com o próximo enquanto força moral de conduta. No caso brasileiro, a pobreza era tratada pelo Estado como disfunção dos indivíduos e a competência para cuidar dela ficava atribuída à sociedade civil, principalmente às instituições ligadas às diversas igrejas. A compreensão da assistência era centrada na caridade, isentando o Estado de sua responsabilidade que, dado o modo de produção capitalista, gesta a pobreza. Posteriormente, o Estado passa a desenvolver programas na perspectiva de amortecer os conflitos sociais (Sposati, 1987).

É nesse contexto que para a criança brasileira foi criada, em 1726, a roda dos expostos também conhecida por roda dos enjeitados, modelo este inventado na Europa medieval. O sistema garantia o anonimato das pessoas que levavam os bebês que não fossem desejados. Tinha um caráter missionário, caritativo e estava ligada a Santas Casas, de natureza católica. Segundo Marcílio (1997, p.58),

“Com o aumento da exposição de crianças pelas ruas e casas de família, e as mesmas dificuldades materiais da Câmara para ampará-los, o governador Antonio Paes de Sande enviava petição ao rei, nos anos finais do sec. XVIII, solicitando providências contra os atos desumanos de se abandonar crianças pelas ruas, onde eram comidas por cães, mortas de frio, fome e sede”.

A roda dos expostos foi extinta, em 1959, e a filantropia surgiu para substituir a caridade, sendo fundadas instituições asilares públicas e privadas para atender a infância pobre.

Encontra-se, nesse período, um Estado que desde os anos 30 vem se ligando a grandes interesses em nome de um processo de desenvolvimento que acabou por acentuar as desigualdades sociais visto que, de 1937 a 1945, Estado Novo, Getúlio Vargas assume o governo, propiciando a apropriação definitiva do Estado pela burguesia. Em 1945, com o golpe militar que derrubou Vargas, há uma consolidação da classe burguesa associada ao imperialismo e ao latifúndio com forte presença de interesses norte-americanos.

A negação dos direitos é justificada através da alegação de falta de recursos, como um problema de difícil solução porque a população pobre é volumosa, impedindo a universalização dos serviços. O não reconhecimento desses direitos, no entanto, está dentro da lógica do sistema capitalista que na relação capital – trabalho não questiona a capacidade aquisitiva do salário, mas a incapacidade das pessoas de serem assalariadas, atribuindo a partir daí o conceito de “necessitado”. Os programas implantados para o enfrentamento das demandas sociais foram fragmentados: mulher, criança, idoso, morador de rua, etc, os quais não se articulam, ficando ainda desfocalizada a família onde se encontram presentes esses segmentos.

Assim, em 1927, é promulgado o Código de Menores cuja doutrina é calcada na situação irregular onde sua essência trazia questões relativas ao abandono, destituição do pátrio poder, adoção, delinqüência e assistência, sendo que, nesta última, o caráter dado era punitivo e policial. É criado no Estado, o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, através do decreto – Lei no.3379 de

05.11.41 que vinha respaldar a consolidação do referido código, portanto, com caráter repressivo. Na década de 50, em virtude das denúncias sobre os maus tratos recebidos pelas crianças, no SAM, a sociedade civil se organiza, responsabiliza o Estado por tais condições e reivindica uma nova política de atendimento para as crianças de forma que garantisse seu acesso às políticas sociais básicas. Isso é fortalecido pela Declaração Universal das Nações Unidas – ONU, em 1959.

Com o crescimento dos movimentos populares foram conquistados importantes espaços principalmente de 1962 aos três meses de 1964, durante o governo Jango, compatibilizando a discussão sobre a questão da criança. Entretanto, a forte oposição direitista, em seus discursos reacionários, consegue ter a seu lado setores da classe média, fato este que aliado ao significativo aumento da inflação, fortalece as condições para o golpe militar ocorrido, em 01.04.64, onde os militares estabelecem aliança com o modelo burguês associado aos interesse estrangeiros. A implantação desse Estado autoritário veio acabar com as propostas de reformas reivindicadas, no governo João Goulart, incluindo aí a política para a infância brasileira.

Nesse contexto, é implantado um modelo econômico concentrador de riquezas, achatando salários e fornecendo subsídios ao capital estrangeiro, onde sob a égide da “Doutrina de Segurança Nacional” é reservado à infância e adolescência a extinção do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, mas, na mesma face da moeda, cria-se a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, através da Lei 4513 de 01.12.64.

Esse período da ditadura militar de forte repressão, principalmente no governo Médici que sob o estigma da ordem e da desordem insere aí a criança.

Nessa perspectiva da lei de segurança nacional, o código de menores reafirma a concepção de criança assumida pelo Estado brasileiro.

Após 1975, com Geisel na presidência, surgem questionamentos políticos e exigências de abertura e, no bojo dessas, veio a questão da criança, iniciando uma descentralização de recursos que culminou com a reformulação do Código de Menores em 1980.

A partir de 1981, a FUNABEM começa a atrelar o repasse de recursos, conforme interesses eleitoreiros, período em que a sociedade civil através da imprensa denuncia as arbitrariedades cometidas nos Estados.

As correntes teóricas que deram sustentação a uma prática tradicional partiam do pressuposto de que a sociedade era correta e os “menores” deviam estar se ajustando, se reintegrando a ela. Não eram discutidas as condições de marginalidade em que viviam as famílias das crianças. Até mesmo a designação do termo menor era utilizado para as crianças da classe de baixa renda, cuja alternativa encontrada era as instituições que serviam ao poder como elemento de controle social.

O Estado, portanto, se responsabiliza pelo atendimento da criança através de uma política de internação que culmina no isolamento das relações familiares e da comunidade. À criança pobre dispensava-se um atendimento de pouca qualidade no que diz respeito aos direitos, mas rica em se tratando da repressão e da negação enquanto ser em desenvolvimento, sujeito de direitos.

Frente a isso, a Igreja Católica, por meio da Pastoral do Menor e algumas universidades, desencadeia um momento de repensar as concepções e metodologias adotadas pelos órgãos oficiais. As novas propostas de trabalho conseguem reunir forças, pois, em 1979, inicia-se uma abertura política lenta e

gradual além do que a ONU institui o Ano Internacional da Criança, defendendo a questão dos direitos. Começam a surgir produções teóricas, fóruns de debates sobre a criança e os movimentos sociais organizados assumem espaços cada vez maiores, culminando com a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR¹⁶, em 1985, cujo objetivo é articular os diferentes projetos e fortalecer a luta pelos direitos da criança e do adolescente.

Esse cenário tem, no ano de 1984, a marca por lutas pela redemocratização do Brasil cujo movimento das “diretas já” fortaleceu a emenda constitucional “Dante de Oliveira” que instituía eleições também para o cargo de Presidente da República. No entanto, as elites, inspiradas na abertura política lenta e gradual, saem vitoriosas, definindo o executivo pela via indireta. Tancredo Neves, pela aliança PMDB/PFL, derrotou Paulo Salim Maluf, no Colégio Eleitoral, iniciando a “Nova República”. Este, porém, não assume o poder por ter falecido devido ao seu grave estado de saúde, passando a ocupar a presidência José Sarney, em 15.11.1985.

Em 1986, é realizado, em Brasília o Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua onde são feitas denúncias sobre violência que vivem as crianças no Brasil. Já, em 1987, instala-se a Assembléia Nacional Constituinte, cria-se o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo tema é assegurado no capítulo VII, artigo 227 da Constituição Brasileira aprovada em 1988.

O trabalho por essa defesa continua objetivando a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contrapondo-se ao Código de

¹⁶ A primeira coordenação nacional MNMMR se deu no período de 1986 a 1988 tendo como coordenador o Padre Bruno Sechi que se afasta em seguida passando a assumir tal responsabilidade o Prof.^o Benedito Rodrigues dos Santos integrante do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil/UCG.

Menores¹⁷. Com a organização da sociedade brasileira e inclusive das crianças e adolescentes, em 13.07.90, é aprovada a lei n. 8068 – Estatuto da Criança e do Adolescente e promulgada, em outubro de 1990, pelo presidente Fernando Collor de Melo, revogando-se, portanto, o Código de Menores e orientando as ações na área da infância e da adolescência sob a doutrina da proteção integral.

Conforme artigo 2º, “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA).

A substituição do Código pelo Estatuto traz avanços no que diz respeito à concepção e compreensão da criança enquanto sujeito de direitos se contrapondo ao pensamento sobre a criança como objeto de benevolência.

No cenário brasileiro e também mundial, a criança se torna um ator e não mais o “futuro do amanhã”, mas sim o presente cujo olhar não pode ser adiado para depois visto que sua construção se dá a cada momento, num conjunto articulado de ação na família, sociedade civil e sociedade política e conforme Silva (1992, p.11)¹⁸, “no mundo todo, sem exceção, estão se efetivando investigações com a finalidade de melhorar e renovar os métodos de assistência”.

As questões sobre a infância vão se deslocando gradativamente de uma compreensão menor, enquanto segmento presente na sociedade, para adquirir expressão relevante enquanto ser que pensa, discute e age, cujo direito lhe deve ser

¹⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto concepção que vai sendo incorporada no Estado brasileiro tem como primeiro embate o entendimento sobre criança contido no Código de Menores que estava assentado na perspectiva da segurança nacional. Busca romper com o paradigma da situação irregular para instituir o paradigma da proteção integral na condição de sujeitos de direitos.

¹⁸ Informações oficiais de Sermenkov (URSS), Manchester (Reino Unido) e Chen Jiang Guo (República Popular da China), durante o XIII Congresso da *Asociación Internacional de Magistrados de la Juventud y de la Familia*, realizado em Turim (Itália), em 21/09/90.

assegurado com prioridade absoluta. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem expressar o lugar que a infância deve ocupar.

No contexto da década de 1990, com a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos Conselhos Tutelares previstos no ECA, constata-se um crescente aumento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes cujos rebatimentos têm se revelado desastrosos, pois esse segmento ao longo da história tem sido desrespeitado como sujeito em processo de formação e entendido como ser incapaz que precisa “ser moldado”. Em razão desse pensamento, cotidianamente, são cometidas violências contra as crianças cujas marcas são deixadas nos campos físicos, emocional e não raras vezes culminam com a morte.

Segundo dados do Instituto Sedes Sapientiae¹⁹, três entre dez crianças de zero a doze anos, sofrem, diariamente, algum tipo de maus tratos dentro da própria casa, perpetuado por pais, padrastos ou parentes.

2.4. Violência sexual intrafamiliar na infância

O modo de produção capitalista estruturalmente desigual reproduz essa lógica nas relações intrafamiliares advindo, daí, um poder majoritário do adulto sobre a criança que muitas vezes se expressa pela violência do maior sobre o menor, do mais velho sobre o mais novo, ocasionando atitudes de abuso.

¹⁹ O Instituto Sedes Sapientiae é uma instituição de ensino que mantém cursos de pós-graduação assim como serviços de atendimento à população de baixa renda, na área da saúde mental, em São Paulo.

Azevedo e Guerra (1989) ao se referirem sobre violência sexual contra crianças e adolescentes utilizam o conceito de vitimização porque o adulto aprisiona “o desejo e a vontade da criança” (p. 35), submetendo-a a seus interesses. Instala-se aí a violência interpessoal que “constitui uma transgressão (mais ou menos consciente) do poder disciplinador do adulto, ela exige que a vítima seja cúmplice, num pacto de silêncio” (p. 35). As relações intrafamiliares prevêm o grau de parentesco, afinidade e/ou responsabilidade para com a criança, caracterizando-as como incestuosas.

Nessa concepção, entende-se que abuso sexual intrafamiliar não se caracteriza somente pelos laços de consangüinidade, mas também pela afetividade e responsabilidade, em relação à criança, podendo incluir as pessoas adultas que desempenham papel importante, em sua formação, tais como: pais biológicos, padrastos, padrinhos, avós, irmãos, tios, primos e tutores.

Para as referidas autoras tal situação não é própria da pobreza, de um sistema de estratificação social ou regime político, mas presente, nas várias etnias, credos religiosos e classes sociais, tendo como *locus* privilegiado o lar cuja vítima mais freqüente é a menina.

Os tipos de abuso mais comuns encontrados na faixa etária de sete a doze anos, são a felação, a masturbação, a penetração digital, a relação sexual e o exibicionismo tendo como indicadores psicológicos perturbações do sono, fracasso escolar, segredo, furto, mudanças súbitas de humor, vontade excessiva de agradar, ansiedade, recusa em voltar à casa após a escola, tentativas inexplicadas de suicídio entre outros.

No que diz respeito às estimativas, o pesquisador Ferreira (2000), registra que a verdadeira incidência de crimes sexuais é desconhecida pela

dificuldade em denunciar por fatores como medo, constrangimento, humilhação, falta de compreensão dos familiares, vizinhos e autoridades. Traz dados internacionais dos Estados Unidos da América, onde “acredita-se que uma em cada quatro mulheres adultas americanas experimentou um contato sexual não consentido durante o período da infância ou adolescência” (p. 14). Cita ainda que o tipo de relação incestuosa pai-filha constitui-se, em mais de 75% dos casos.

Diz o referido pesquisador, *apud* Sanches (2000, p. 22),

“A vítima do incesto experimenta maior sofrimento emocional, tornando-se mais vulnerável e suscetível a novas ocorrências. Quando seduzida, pode tornar-se participante ativa do incesto pelo prazer e benefícios que obtém. É comum que os pais consigam o silêncio do filho com tratamento preferencial em relação aos irmãos ou por meio de deferentes graus de ameaça. A criança, poucas vezes, relata o incesto antes de alcançar a adolescência, principalmente pela relação de dependência com os pais”.

Com relação ao Brasil, Azevedo e Guerra (1989) apontaram que 15% das crianças de 0 a 19 anos vivenciam situação de violência sexual, sendo 6 milhões de meninas e 3,1 milhões de meninos.

Uchoa (1994), diz:

“No Brasil, 12% das 55,6 milhões de crianças com menos de 14 anos sofrem anualmente algum tipo de agressão em casa, de acordo com a sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância. Por ano são 6,6 milhões de vítimas de violência, uma média de 18 mil por dia. A cada hora 750 crianças são agredidas, um problema que atinge 12 menores por minuto. O pior é que apenas 40,0% das ocorrências são notificadas”.

Drummond (2003) traz informações sobre o Ministério da Assistência e Promoção Social, governo federal do Brasil, Programa Sentinela²⁰ que executa ações de combate a violência e exploração sexual infanto-juvenil cujo trabalho foi

²⁰ O Programa Sentinela foi criado em 2001 pelo governo federal, ficando sob a coordenação da Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes exploradas ou abusadas sexualmente.

implantado, em 315 municípios. No ano de 2002, realizou 17 mil atendimentos, dado este que merece atenção se considerarmos que o Brasil possui 5 mil municípios e tal índice é advindo de apenas 315 cidades.

Esse mesmo projeto registrou, em 2002, no Estado de Goiás, 246 crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, sendo 200 meninas e 46 meninos onde a faixa etária de 7 a 14 anos apresenta uma maior incidência, 146.

O Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ, em 2002, atendeu 75 novas crianças e adolescentes advindas de 24 famílias o que mostra a incidência de irmãos (os) vitimizados. Desse total, 25,6% a violência sexual é cometida pelo pai biológico, 11,6% por padrasto, 11,6% por parentes e 9,3% por educadores de instituições.

Em pesquisa realizada por Sousa (1997), “Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia”, verifica-se que 43,9% das crianças e adolescentes são abusadas pelo pai, seguido de 30,6% pelo padrasto. A faixa etária de zero a onze anos, constitui 26,1% das vítimas. O local de ocorrência do abuso sexual, em 44,8%, se deu na residência das vítimas, das quais 50,0% apresentam lesões físicas gerais.

O abuso sexual de crianças não é algo novo²¹, mas presente ao longo da história humana; não é algo encontrado numa região geográfica, mas no mundo; não é específico de uma classe social, mas de todas elas e por se tratar de algo ilegal, é um fenômeno com pouca visibilidade e é fortemente marcado pelo silêncio do mundo privado familiar.

²¹ O primeiro estudo científico foi feito na França, em 1860, pelo professor de medicina Ambroise Tardieu. Nos anos 50, os pediatras norte-americanos Kemp e Kemp identificam o fenômeno da violência intrafamiliar.

No Brasil, na década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as denúncias se avolumam, rompendo com o segredo, quebrando o pacto do silêncio a que eram submetidas muitas crianças. No artigo 5º da referida lei tem-se: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

A partir de então, a questão do abuso sexual deixa de ser algo privado, do grupo familiar, tornando-se parte da organização da sociedade civil, objeto de preocupação do Estado. A publicização dos dados trouxe impacto, nas diversas instâncias da sociedade, exigindo atendimento jurídico da situação, sendo criadas, em alguns estados brasileiros, as delegacias de investigação de crimes contra a criança e o adolescente, incluindo Goiás que, em 1998, cria este órgão que será implementado, em 13.06.2001. Cabe ressaltar que os conselhos tutelares, criados, em Goiânia, em 12.06.1991, têm se constituído em um espaço onde as denúncias encontram porta de entrada.

A criança que vivencia o incesto, quando deveria receber proteção, registra na sua formação marcas de violência física, sexual e psicológica que exigem dos adultos não só indignação mas, principalmente da área científica, posturas investigativas que dêem visibilidade a tal fenômeno, compreendendo-o nas suas interfaces para atendê-lo na sua complexidade.

Cabe ressaltar que o Código Penal Brasileiro classifica os crimes sexuais como aqueles contra os costumes, de ação privada, cuja abertura do processo criminal depende da iniciativa da vítima que, quando menor de doze anos,

em caso de suspeita ou confirmação do abuso sexual, deve, obrigatoriamente, ser denunciada ao Conselho Tutelar.

O Código Penal vigente data de 1940, classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como crimes hediondos, cabendo ao agressor cumprir a pena, em regime fechado. Por estupro, artigo 213 do referido Código, compreende-se “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. A violência implica no uso da força física; a grave ameaça diz sobre a promessa de efetuar o mal e a conjunção carnal significa o coito vaginal sendo atribuído às vítimas do sexo feminino.

No artigo 214 do mesmo Código, trata-se do atentado violento ao pudor: “constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”, tais como: mordidas, sucção das mamas, cópula anal ou oral, manobras digitais eróticas. Pode ser praticado contra ambos os sexos.

Ainda com relação ao artigo 224 do Código Penal Brasileiro há a designação da “presunção da violência” válida para a idade inferior de 14 anos, debilidade mental e na condição de alienada, onde a vítima não pode oferecer resistência e o agressor tem conhecimento disso. No caso em que a vítima tenha concordado com o ato sexual, considera tal consentimento sem valor.

O CEPAJ, no decorrer do tempo, tem sido solicitado pelas diversas áreas do poder judiciário a contribuir por meio de recursos técnicos e humanos na condução das decisões de ordem criminal por atender as crianças vitimizadas.

Compreendendo que a violência sexual intrafamiliar requer, dada a sua complexidade a presença das diversas áreas do saber e que a religião é um

elemento presente na cultura, na história da maioria das crianças atendidas no CEPAJ, justifica-se trazê-la para discussão no referido fenômeno.

2.5. No fio do sagrado e do proibido: o tabu

A relação ser humano-sociedade não é dada, mas construída e modificada pelas ações e necessidades humanas que são reguladas pela cultura onde o campo das relações sociais se constitui a partir dos grupos que nela se encontram presentes e que num processo de correlação de forças vão sendo elaborados dispositivos que se fundamentam em valores, normatizando a convivência.

Para Berger (1989, p.23), “o mundo cultural não é só produzido coletivamente como também permanece real em virtude do reconhecimento coletivo”, portanto, socializado e partilhado de um mesmo pensar e agir que responde a determinados problemas postos pela realidade. Nesse sentido, aponta que a religião se põe como elemento de legitimação de uma ordem social porque, o que não se resolve na realidade, remete para o campo sagrado, pois propõe “o que é e como deve ser” a pessoa. Implica aí “um saber socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social” (p. 42) que vai sendo sedimentada pela repetição e lembrança constante.

A religião, nessa ótica, mantém e reafirma uma realidade que preconizada pela maneira como o ser humano a desenvolveu, oferece algo definido e seguro por meio do sagrado, pondo as “impossibilidades” terrenas como “possibilidades” em um outro lugar: o da transcendência. Esses dois espaços

coexistem mediados pelas instituições religiosas que para garantirem sua representatividade e legitimidade incorporam mudanças advindas da realidade, confirmando sua presença a seus seguidores.

Segundo Berger (1985, p. 50),

“Transcendem a morte dos indivíduos e a dissolução de coletividades inteiras, porque se fundam agora em um templo sagrado no qual a história humana é um simples episódio. Num certo sentido, por conseguinte, tornam-se imortais”.

Uma outra fonte que se apresenta pela religião é o sentido que oferece às pessoas ao estabelecer a interface do sagrado com as diversas funções que este desempenha no espaço cotidiano, ou seja, atribui significados que motivam a imitação, o “exemplo”, configurando a divindade em si mesmo, o que lhe dá maior segurança diante dos percalços rotineiros. Essa dinâmica confirma o *nomos* social que quando tomado em percurso contrário causa mal, a *anomia*, por afastar a ordem social e suprema, daí o papel do ritual religioso, em manter rememorada a *nomia*.

Há que se considerar ainda que a religião subsidia fortemente a continuidade da *nomia* social, quando traz a morte para o campo sagrado, possibilitando aos “vivos” continuarem sua existência, num determinado contexto. “Em termos religiosos, a sagrada ordem do cosmos é, repetidas vezes, reafirmada perante o caos” (p. 65).

Observar, nessa discussão, a proximidade entre a ordem sagrada e o social é pensar nos mecanismos de controle que foram sendo elaborados para manter o *nomos* de maneira que no social se encontra o aparato para repressão/coerção e no sagrado o tabu. Entende-se que ambos não estão separados, mas se complementam na regulação do cosmos. Aqui, se reporta à discussão do tabu procurando entender seu funcionamento no processo das relações grupais.

A idéia de tabu, conforme Malamut (1998), se relaciona com a palavra *hērem*, que significa coisa consagrada, interdito cujo sentido é impedir o uso ou abuso de um objeto por parte do homem e entregá-lo irrevogavelmente a Deus” (p. 533). Outra idéia contida se refere a *hāran* para designar “o interdito de alguma coisa para sua total destruição, a consagração compulsória de algo que impede o trabalho de Deus ou a ele resiste e que é amaldiçoado perante Deus” (p. 534).

Em Firth (1987), tabu designa uma restrição ou proibição ritual. Enquanto palavra foi trazida pelo inglês James Cook (1728-1779) ao registrar o comportamento *Tapu*, nas ilhas Tonga, Polinésia, para designar o que era ao mesmo tempo sagrado e proibido. Para os habitantes das referidas ilhas, as coisas sagradas eram revestidas de imenso poder, tornando-as perigosas para as pessoas comuns.

Frazer, *apud* Augras (1989), registra que a idéia de sujeira, poluição está contida na palavra tabu dadas as penalidades que ocorrem, quando de sua violação.

Para Freud (1987), tabu designa “uma série de regras socializadas a que se emprestou uma sansão mística para impedir os indivíduos de cometerem atos para os quais têm uma forte inclinação inconsciente” (p. 1197).

Em Lévi – Strauss, *apud* Augras (1989), o tabu compõe os sistemas de classificação do pensar o mundo, demarca as diferenças de cada povo, onde os sentimentos e comportamentos são definidos a partir do que o grupo social valoriza. Cada grupo funciona como sistema isolado, mas mantém laços e troca com outros grupos, entrando aí o tabu que ao mesmo tempo separa e articula. Traz a questão da mulher que é proibida de se relacionar com alguém do mesmo grupo (família

cultural no sistema totêmico), marcando a idéia de separação e capaz de ser elemento de articulação ao se vincular a um homem de outro grupo.

Essa ambigüidade existente, na figura da mulher, deve ser controlada a partir do sexo já que é ele o ponto de ligação entre os opostos, portanto, objeto de tabu e, por isso não deve ser tocada, pois guarda um poder nessa dualidade.

As diversas leituras feitas sobre tabu, se direcionadas para a criança-menina, levam a perceber que sua sacralização como anjo, pura, assexuada reveste-a de um poder na medida em que é santificada e, portanto, não tocável. A composição do sagrado e do real pode motivar a curiosidade e provocação, pois além de causar um fascínio, quanto mais a pessoa se aproxima do sagrado mais sagrada ela se torna. Como forma de conter tal provocação cria-se o tabu para designar como lidar e se relacionar com o sagrado, estando embutida a idéia de separação, enquanto retirada de um determinado domínio.

Na ocorrência de uma transgressão, ficam imputadas penalidades ao contraventor como possibilidade de reparar e de confirmar a proibição em aproximar-se do sagrado. Advém daí o silêncio uma vez que o sagrado não deve ser violado.

Para estreitar essa discussão ao abuso sexual em meninas é preciso considerar que:

- a idéia de sujeira e impureza se relaciona ao sexo tido como lugar e procriação e, portanto sem nenhum amparo de compreensão uma vez que a criança idealizada é assexuada,
- a diferença que precisa ser demarcada a partir da semelhança é a de que adultos e crianças são semelhantes, na constituição do reino humano, o diferente é ser adulto ou criança,

- a ambigüidade está em ser criança (anjo) e menina (mulher), provocando o fascínio e o temor,
- o poder existente na criança, pelo viés da sacralização, cria leis que estabelecem os limites da permissão. No caso da violação, o limite é posto pelo silêncio.
- a penalidade do tabu, no campo sagrado, se dá por rituais de reparação e, no social, por leis.

O tabu, na sua função, delimita o permitido e numa relação direta o proibido, onde o abuso sexual intrafamiliar é banido, incompatibilizado como uma ordem sagrada e social. Por outro lado, as crianças, em nossa cultura, aprendem desde cedo que pertencem ao pai: “De quem você é?” e na vida adulta ao marido.

Como, no campo sagrado, o Pai-Deus hierarquicamente é o poder maior, isso também se traduz nas relações cotidianas, designando um grande poder do pai sobre a filha num sentimento de pertença. Aqui, o tabu encontra o espaço para demarcar o limite do poder e da aproximação, definindo quais são os comportamentos designados ao pai e que socialmente os reconhece como tais. Transgredir o estabelecido é violar o sagrado e o social cujas marcas são deixadas no sacrário da infância da menina que é o lúdico, o encanto pela vida.

CAPÍTULO III

A FIGURA DE DEUS-PAI E O ABUSO SEXUAL EM MENINAS

“Esse aqui é Deus. Ele ensina as coisas que ajuda nós, só ele pode fazer as coisas mais ninguém” (criança F).

O abuso sexual intrafamiliar vem se tornando assunto na imprensa falada e escrita, apresentando-se fundamentalmente sob duas formas: uma ligada ao sensacionalismo e outra que traz com cientificidade e seriedade a tal questão. As denúncias e campanhas de combate ao abuso sexual têm sido mais freqüentes, mas nem sempre de maneira cuidadosa, pois acabam expondo a criança na medida em que identificam os dados familiares e endereço da mesma. A legislação resguarda a não divulgação de imagens e nome da criança, mas as demais informações permitem localizar quem foi abusada. O rompimento do segredo, que fica no campo privado, requer cuidados ao passar para o espaço público, pois a denúncia revela uma face importante de desvelamento, mas também contraditória, na sua

visibilidade. É preciso não banalizar ou naturalizar uma questão complexa como esta.

Para fins de estudo, buscamos autores que pesquisam a violência contra crianças e adolescentes tais como: Ferrari e Vecina (2002), Sousa (1997), Azevedo e Guerra (1988,1989), Cohen (1993), Faleiros (1998), Roure (1996), Saffioti (1989), Scodelario (2002), que estarão subsidiando nossas reflexões na discussão do tema proposto.

Ferrari e Vecina (2002), em seu texto “Sexualidade e violência”, discutem a sexualidade como característica inerente ao ser humano, construída do nascimento até a morte de forma articulada, em experiências afetivas pessoais e aprendizados sócio-culturais de convivência. Portanto, a questão da sexualidade se dá num processo histórico e na sociedade ocidental passou pelos seguintes momentos:

- valorização do papel feminino, na vida social, onde a sexualidade era compreendida de forma mítica e semidivinizada, permeada pela magia e religião: culto da fertilidade;
- início da civilização cristã (séc.V) que retoma os valores espirituais e morais, valorizando a paternidade, a maternidade e a castidade. O prazer é encarado como pecado;
- concepção de sexo e sexualidade como bens de consumo, onde a liberação de práticas sexuais coincide com a automação do trabalho.

Os homens pensam mulheres como objetos de desejo para prazer e reprodução, perpetuando a sexualidade desigual e as relações de poder/submissão.

De acordo com Ferrari, *apud* Grossi (2002, p.116),

“Por sexo entende-se a categoria que mostra a diferença biológica entre homens e mulheres. Por gênero conceitua-se a construção cultural coletiva dos

atributos de masculinidade e feminilidade (que se denomina papéis sexuais). Identidade e gênero define-se como a categoria que pensa o lugar do indivíduo no interior de uma cultura indeterminada. E sexualidade refere-se a um conceito contemporâneo voltado para o campo das práticas e dos sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos”.

É a partir desse entendimento que as autoras trazem a concepção de criança ao longo da história, ou seja, num primeiro momento é vista como matéria prima que deve ser preparada segundo padrões socialmente determinados; em seguida é concebida como sujeito e objeto no mundo. Em nossa sociedade a forma de se relacionar com a criança é colocando-a como frágil, dependente, impedindo-a de expressar idéias, sentimentos, pelo uso de atitudes impositivas e autoritárias, bloqueando sua capacidade de constituir-se como ser autônomo. Estabelece assim, a relação de poder do mais forte sobre o mais fraco que aliada à visão de sexualidade, em nossa sociedade, motiva a ocorrência de abusos.

Observa-se que uma nova cultura sobre a sexualidade vem se desenvolvendo com maior autonomia e liberdade, mas, ainda, impregnada por padrões desiguais com preponderância do masculino sobre o feminino, coexistindo portanto, a possibilidade do novo e as formas marcadamente tradicionais numa mesma realidade.

Sousa, em sua pesquisa, “Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (1997), realizada a partir das ocorrências feitas na Delegacia Especial e Proteção da Mulher (DPDPM), e notícias veiculadas pelos jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*, na região metropolitana de Goiânia, no período de 1992 a 1996, na faixa etária de 0 a 18 anos, traz dados que merecem atenção:

- na relação de parentesco entre abusador e vítima, 43,9% são pais e 30,6% são padrastos,

- a faixa etária de 4 a 12 anos constitui 31,3% dos registros,
- sexo feminino apresenta um índice de 99,4% de vítimas,
- a denúncia em 54,1% dos casos é feita pela mãe,
- o estado civil do abusador em 33,6% é solteiro e 36,9% é casado,
- 65,5% das ocorrências estavam sob investigação e 10,0% em prisão.

Pode-se observar que as meninas são as maiores vítimas, expressando a questão de gênero, que independe da classe social, etnia, cor, credo religioso, pois, segundo Lima (2001, p.15),

“Ser mulher e ser homem são condições dadas pela diferença sexual, mas essa diferença é normatizada de forma a privilegiar um sexo em detrimento do outro. Gênero, enquanto categoria de análise histórica, questiona as razões pelas quais a diferença sexual se traduz em desigualdade social a partir de um tipo universalizado de homem e de mulher em suas características inerentes. Gênero é um conceito que toma como ponto de partida a refutação do determinismo biológico no que se refere à definição de papéis sociais e de identidade buscando a “desnaturalização” da mulher enquanto pertencente ao eterno feminino, revelando que essa é uma construção dada pelas condições históricas, ao mesmo tempo em que é naturalizada”.

O propósito da pesquisa realizada por Sousa é o de sistematizar dados referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes como ponto de partida para análise sob as diversas formas que vêm sendo geradas no interior de uma sociedade extremamente desigual. As marcas da injustiça social permeiam o interior de cada classe e, em Goiânia e municípios do Estado de Goiás, que inscritos na universalidade das relações sociais, trazem especificidades culturais que podem contribuir na compreensão e intervenção profissional do referido fenômeno.

As pesquisadoras Azevedo e Guerra (1988 e 1989), do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), da Universidade de São Paulo, procuram conceituar violência doméstica e suas expressões física e sexual que rompem com explicações unidimensionais a partir da construção de um sistema interativo ou multicausal.

Registram nesse sentido (1988, p.38),

“Abuso sexual e incesto às vezes costumam ser confundidos, mas não são a mesma coisa. Abuso sexual geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relações sexuais entre dois membros da mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou costume”.

As autoras afirmam ainda que a violência é perpassada por uma relação de poder, caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação cuja ação busca a satisfação sexual de um adulto sem contato físico ou com contato físico, usando ou não a força física. Consideram como incesto não apenas os laços de consangüinidade, mas também a afinidade do adulto com a criança. Indicam a existência, na criança, de sentimentos de culpa, auto-desvalorização, depressão, afetando profundamente a sexualidade, os quais nem sempre são expressos, mas negados ou reprimidos.

Em seu texto (1989), “Vitimação e vitimização: questões conceituais”, afirmam que o conceito de vítima envolve duas idéias complementares: a de sacrifício e a de imposição de dano e para que isso ocorra é necessário a fabricação da mesma. A produção de crianças vítimas se dá por dois processos:

- de vitimação – resultante da violência estrutural advinda da desigualdade social,
- a de vitimização – tem como resultante as crianças em estado de sítio as quais além da desigualdade social convivem com a violência inerente à relação adulto-criança. Essa vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, submetendo-a ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou paixões do adulto.

Definem abuso – vitimização sexual (1989, p.42), como:

“todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.

Prosseguem, definindo incesto como (1989, p.42), “toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de zero a dezoito anos e um adulto que tenha para com ela, seja uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou mera responsabilidade”.

Observa-se que o incesto não fica demarcado apenas pela consangüinidade, mas pelo papel e pela função que o adulto tem para com a criança e que pela sua natureza constitui-se em abuso; em violência interpessoal traduzida pela transgressão do poder disciplinador do adulto, exigindo que a vítima seja “cúmplice”, num “pacto de silêncio”. A vítima passa a viver sob o signo do medo da coação, do medo da revelação, prolongando o processo por vários anos que poderá ser rompido, quando torna pública a violência à qual foi submetida.

Esse contexto do silêncio adquire reforço por meio do campo religioso na relação que se estabelece com a figura de Deus, o Pai transcendente, portador do maior poder sagrado a quem se deve obediência e total respeito. Essa configuração da sacralidade quando remetida ao pai real cujo poder dificilmente é contestado poderá propiciar aí um temor e uma submissão que, se somada ao sexo, também sagrado, marcado pelo tabu, fertiliza o silêncio e favorece sua continuidade.

Denunciar tal situação não é algo fácil nem para a criança nem para a família, pois implica na quebra do silêncio, ou seja, na revelação de uma lei, onde permeia a sacralidade, na qual a criança estava submetida e que não tinha visibilidade por ser impossível de dizer devido às ameaças e/ou sedução do adulto ou por ser a única maneira de contato físico que a criança vivencia em casa.

O papel de proteção que deveria ser exercido em relação à criança é trocado pela invasão de seu corpo. O jogo de ameaças e seduções acaba por aprisionar a menina e se instala aí o silêncio, pois a figura masculina, revestida sob o mito do Pai, quase sempre detém, na organização familiar, um poder maior construído a partir desta imagem, o que proporciona o estabelecimento das leis mas também a possibilidade de burlá-las, conforme seus interesses. A não revelação do abuso significa, portanto, a manutenção de uma família “estruturada” na ordem simbólica e real.

Sair deste lugar silenciado não é algo simples e mecânico, pois sobre a criança recai a desconfiança de que pode estar fantasiando, pondo em dúvida sua credibilidade e para a família recai a representação de espaço de amor e não violência além da fidelidade ao instituído pelo campo sagrado. As crianças abusadas, na sua grande maioria, recebem ameaça física, desamparo, culpa pela separação dos pais, prolongando o período do incesto. As mães nem sempre denunciam seus esposos/companheiros pelo medo do desamparo e muitas vezes culpam as próprias filhas por sedução. Há ainda aquelas que ignoram o fato ou apenas conformam as filhas.

Um fator muito interessante, em nossa cultura, é que desde cedo as crianças são alertadas para tomarem cuidado com as pessoas desconhecidas, mas esta mesma orientação não é passada para os “conhecidos”, e são exatamente estes que aparecem nas estatísticas com maior índice de abusos sexuais ou seja, o risco não está apenas fora do lar, mas principalmente dentro dele e em todas as classes sociais.

As autoras em pauta (1989, p.153-9), registram as conseqüências psicológicas do abuso sexual:

- dificuldade de adaptação afetiva advinda de sentimentos de culpa, autodesvalorização e depressão;
- dificuldade de adaptação interpessoal – recusa no estabelecimento de relações apenas transitórias com homens e tendência a supersexualizar relações com homens;
- dificuldade de adaptação sexual – essa é a área mais afetada e se manifesta ao longo do tempo, após iniciar o relacionamento com um novo parceiro e pode até estar ligada ao “medo de intimidade”. Há perda total ou parcial de motivação sexual ou insatisfação sexual.

Cohen (1993), em seu estudo assim expressa:

“Um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional ou parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo que lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar”.

O referido autor afirma que a vítima, sendo uma criança, a agressão torna-se mais violenta cujo comportamento pode ser expresso por insônia, dificuldades alimentares, mau rendimento escolar, manifestações obsessivas, enurese, transtornos psicóticos. Um outro elemento que perpetua o sofrimento da criança diz respeito ao segredo exigido pelo adulto, possibilitando a repetição e a não punição. Classifica essas famílias como incestogênicas onde os limites básicos das relações intergeracionais não foram estabelecidos. A vítima diante das ameaças e por medo de perder o pouco afeto que conquistou bem como a negação dos outros membros em enxergarem o que está acontecendo na família e principalmente a mãe, ocasiona a cumplicidade do silêncio.

Nesse silêncio familiar, pode-se observar que um dos fatores presentes diz respeito à sacralização da família que ideologicamente é tida como o “lar doce

lar”, o santuário, onde a obediência ao pai é preponderante, portanto, se cala e não se fala. Novamente aqui, é possível que o mito do pai seja sacralizado pela religião no viés de Deus-Pai.

Azevedo e Guerra (s. d.) no “Guia prático para identificar o fenômeno”, dizem que a família incestogênica mantém um sistema de funcionamento onde as interações são manipuladoras da criança vítima, forçando-a ao incesto. Apontam que (p. 10),

“há uma grande confusão ao nível das fronteiras intergeracionais e da identidade de seus membros... No incesto pai-filha, a transgressão das fronteiras é clara no momento em que a filha passa a ser “esposa” do pai, nivelando ao mesmo tempo mãe e filha”.

As pesquisadoras em pauta referem-se ao “terror do abandono” que leva muitas mães a silenciarem pelo medo da rejeição se comportando como se não vissem as evidências do abuso incestuoso.

Faleiros (1998), em seu texto, procura construir indicadores sobre violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de depoimentos, pesquisas e estudos, destacando dimensões que se interligam, quando se trata do abuso intrafamiliar: segredo, medo e vergonha por parte das pessoas vitimizadas, reincidência, repetição da violência, presença da violência em todas as classes sociais, crianças e adolescentes podem ser vitimizados em qualquer idade, impunidade do abusador (muitas vezes perdoado pela família), fuga de casa (vítimas), terapia e acompanhamento multiprofissional. Discute sobre a necessidade de um trabalho para desvelar o imaginário social, as ideologias, as desigualdades sociais e as condições econômicas que fazem com que as ações humanas pareçam fenômenos naturais não produzidos, portanto, pelo próprio homem.

O abuso de crianças e adolescentes é uma relação de exploração, de forças desiguais em situações concretas, expressão da repressão e do autoritarismo, é a escravidão do outro a si. A figura de parente, pai, chefe de família não deve ser motivo para tolerância, devendo a lei criminalizar as agressões. Conforme Faleiros (1998, p.43), “o poder de pai não anula o outro como poder ser e ser de poder. Ao contrário só se legitima ao construí-lo nos limites e padrões civilizatórios dos direitos humanos, incluindo a sexualidade responsável”.

Para esse autor, a pobreza não é o determinante da violência, mas há um processo cumulativo de fragilização social que condiciona a trajetória de relações intrafamiliares violentas. A partir de todas considerações feitas, afirma que a construção de indicadores é tarefa transdisciplinar que acontece, em um processo teórico-prático complexo, pois implica em fundamentos e articulações. Devem possibilitar o combate e o desmonte da violência no paradigma de direitos.

Roure (1996), em seu texto “Vidas silenciadas”, concebe a violência como uma forma de confronto e resistência a um sistema autoritário, excludente e procura compreender com esse entendimento, os diferentes processos de significação que foram historicamente construídos sobre as crianças e os adolescentes pobres brasileiros e sua relação com a prática da violência, embasada na análise de discurso. As ações da violência são conseqüências de um imaginário construído historicamente e o novo, o diferente significa ameaça a um processo de nivelamento da sociedade.

Na composição desse imaginário coletivo, principalmente no mundo ocidental, encontram-se elementos de tradição religiosa cristã fortemente presentes os quais a partir de suas concepções sobre sexualidade e família vão nortear o comportamento das pessoas.

A autora acima referida tem suas pesquisas fundamentadas na análise de discurso, registrando que a construção da história é materializada na linguagem através de marcas que aí se inscrevem, revelando conflitos, contradições, relações de poder e força entre os grupos sociais. Em sua análise, considera os seguintes pontos:

- Linguagem e discurso; a linguagem não é considerada apenas como meio de comunicação, mas um processo de interação social/verbal, mediação que age e transforma. O discurso é um objeto histórico-social-ideológico e a sua historicidade se dá através de sua materialidade, que é a lingüística.
- Ideologia e sujeito: a ideologia dá evidência aos sentidos como únicos, impedindo a construção do novo. A condição de sujeito implica na apropriação da linguagem para produzir sentidos não de forma individual, mas social.
- Ideologia e discurso: o discurso é produzido nas relações entre as classes, num processo de correlação de forças, portanto, deve ser concebido na relação intrínseca entre língua e ideologia.
- Processo discursivo e seus efeitos de sentido: explícita, no discurso a determinação histórica dos processos de significação, os efeitos de sentido que poderão contribuir no processo de transformação/reprodução da sociedade.
- Discurso e o político: os discursos sobre o menino pobre marginal ou o menino negro marginal levam à impossibilidade de se considerar um menino pobre, um menino negro que não seja marginal.

Nas famílias incestogênicas, há um sentimento de “vergonha” e na criança abusada um profundo sofrimento que na maioria das vezes impede a expressão clara pela fala. Compreender as várias expressões que a família e a criança usam para revelar seus sentimentos é fundamental para análise e intervenção do profissional no sentido que o silêncio seja interrompido para dar lugar ao enfrentamento da questão. Nesse sentido, a análise de discurso contribui como forma de interpretar os processos que a criança constrói a partir da situação vivenciada.

A pesquisadora Saffioti (1989) aponta que na sociedade ocidental, em especial na brasileira, estão presentes dois sistemas de dominação – exploração: o patriarcado (subordinação da mulher ao homem) e o racismo (que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social). Nessa relação, o poder define-se com macho, branco e rico, agregando ainda o adulto, colocando-se num sistema antagônico. Diz ela (1989, p.17),

“Os interesses dos negros são antagônicos aos interesses dos brancos. Os homens investem muitos esforços para preservar o *status quo* machista, enquanto os interesses femininos caminham em sentido contrário. De outra parte, entre adultos e crianças não há propriamente contradições. Há uma hierarquia, na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança, a transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança. Trata-se do fenômeno da repetição, responsável pela transmissão dos padrões de conduta adultos às novas gerações. Há, pois, entre o patriarcado – racismo – capitalismo, de um lado, e o adultocentrismo, de outro”.

A concentração de renda, nas mãos de poucas pessoas determina um macropoder e na questão da vitimização, o agressor, mesmo detendo pequena parcela de poder, submete a criança a uma hierarquia como forma de exercício do grande poder que almeja, ultrapassa sua autoridade, formando aí o que a autora denomina “síndrome do pequeno poder” e na classe empobrecida já marcada pelo

abandono material, constata-se uma maior probabilidade de abuso, pois ficam expostas à crueldade – exploração de adultos e outras crianças mais velhas.

Ao fenômeno da acumulação capitalista, Saffioti trabalha com o conceito de vitimação de milhões de crianças resultante da desigualdade social que de maneira atroz as violenta, porém causa um incômodo menor, pois a culpabilização fica no governo e na sociedade, portanto mais abstrata. Quanto ao conceito de vitimização, apresenta-se mais concretamente às pessoas, induzindo-as a pensarem os agressores como monstros ou doentes. No caso do abuso sexual, a punição criminal e o desmoronamento da instituição familiar em seu caráter sagrado. Para as pessoas, a publicização do fato comprometeria a imagem do adulto que a criança vitimizada virá a ser e interfere na possibilidade de “formar” uma família.

Entrelaçado a essa situação, encontra-se o poder do adulto sobre a criança e o poder da figura masculina de pai sobre a mulher/mãe e as crianças, enquanto autoridade maior na família que deve ser solicitada apenas nas situações mais complexas ou complicadas. A rotina fica aos cuidados da mãe que por sua vez desempenha um poder sobre os filhos para “educá-los”. Nessa forma de ser família, muito presente em nossa sociedade, que tem como representação romântica ser um “ninho de amor”, encontram-se algumas dificuldades: o amor não é dado a priori, mas apreendido tanto pela mãe como pelo pai e este último quase sempre disponibiliza menos tempo para estar com o filho, portanto com menos oportunidade de desenvolver tal amor. Embora essa realidade se faça presente, o pai é trazido sempre como uma figura muito importante e com muito poder: premia ou castiga a criança. Essa valorização social do masculino rebate na vida da criança a qual passa a ver o pai como um deus, uma figura mítica.

Isso aumenta e ou confirma o poder já depositado no homem, em cuja ideologia machista a agressividade lhe é própria, a sua posição é de caçador, conferindo-lhe um poder que lhe permite ter atitudes violentas com mulheres e crianças, pois a sociedade ainda é muito benevolente com o macho. O homem encontra condições para desenvolver a violência na medida em que é educado para a guerra, para a competição, para o uso da força e sempre na dominação de uma categoria sobre outra.

Conforme Saffioti (1989, p.60),

“A violação do tabu do incesto constitui fenômeno de enormes proporções em vários países, inclusive no Brasil. E para transgredir esta interdição o homem se vale de qualquer meio. Como ele detém grande poder e é a autoridade suprema na família, merece a confiança dos filhos, ou seja, é a pessoa respeitada, que só deseja o “bem dos filhos”. Nestas circunstâncias, quer o pai adote a abordagem sedutora, quer prefira a abordagem agressiva para manter relações libidinosas de toda sorte, com sua filha, tem pouquíssimas possibilidades de fracasso”.

O incesto confirma a dominação do homem sobre a mulher e de forma mais violenta sobre a criança que na busca do afeto obtém como resposta a violência sexual. Scodelario (2002), em seu texto “A família abusiva”, relata a mudança na família que no século XVIII começa a valorizar a intimidade da vida privada, passando a se unir também pelo sentimento e se responsabilizando pelos conhecimentos e socialização da criança e atualmente esse grupo exerce um papel intermediário entre o indivíduo e a sociedade, possuindo intimidade, organização e dinâmica própria. Os conflitos advindos das relações intrafamiliares (sentimentos de competição, exclusão, ciúmes, amor, proteção) podem construir experiências de realização ou fracasso, chegando, muitas vezes, a se “eleger” um membro da família como o causador de um problema, marcando o agressivo e o bonzinho.

Os conflitos se acirram, segundo a autora, devido à dificuldade de comunicação entre os seus membros, na pouca ou nenhuma possibilidade de expressarem seus sentimentos (mentiras, segredos, discurso confuso). Na agressão sexual, isso se modifica, pois as palavras são carinhosas, carregadas de elogios como parte da sedução, como maneira de aprisionamento, podendo se perpetuar por muito tempo, por medo do agressor e para não romper a unidade familiar. Por estarem fragilizados os papéis de proteção, a criança que teme perder o afeto do agressor, sente-se desprotegida, passa a ter dúvidas sobre as represálias que poderá sofrer por parte da família, receio de que não acreditem nela ou a culpem pelo ocorrido. A combinação desses sentimentos e emoções constrói relações que aprisionam a criança, ocasionando a repetição do abuso e o silêncio.

Para subsidiar as discussões sobre o abuso sexual intrafamiliar, Ferrari (2002), em seu trabalho, “A definição de abuso sexual na infância e adolescência”, afirma que a violência intrafamiliar determina um padrão de relacionamento abusivo entre pai, mãe e filho, que leva ao desencontro, ao estereótipo e à rigidez no desempenho de papéis familiares. Considera a violência sexual como um fenômeno sempre presente na sociedade de forma bastante velada, característica não só deste século e nem apenas de países em desenvolvimento.

Compreende a família (2002, p.89),

“Como uma instituição construída por vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, religiosas, econômicas e afetivas, então a encaramos como uma unidade social emissora e receptora de influências culturais, religiosas e de acontecimentos históricos. Seu sistema comunicacional é próprio e sua dinâmica é indeterminada”.

A autora denomina de famílias disfuncionais aquelas que não conseguem assumir as funções de socialização primária das crianças e a transmissão de hábitos, costumes, valores, idéias e padrões de comportamento,

levando a criança ou adolescente a se submeterem ao abusador por medo e pelo desempenho inadequado de papéis sociais. No que diz respeito à violência incestuosa, quando o convencional não foi respeitado, cria-se uma confusão de papéis sociais dentro da família e muitas vezes a filha assume funções sexuais num papel de esposa, encontrando-se aí a mais penosa “traição”, pois a coação chega ao extremo de sacrificar os filhos. Além dos problemas físicos, produz-se transtornos emocionais tais como: depressão crônica, baixa auto-estima, embotamento afetivo e isolamento social. Os sentimentos vivenciados são de vergonha, degradação, medo, raiva e desconforto. Quanto ao abusador, algumas características são freqüentes: personalidade anti-social, paranóia, impulsividade, baixa tolerância a frustração, sentimentos de inferioridade ou de insuficiência, infância violenta, stress, álcool ou drogas.

Em seu texto, a autora traz o modelo internacional de Finkelhor que aponta quatro condições que levam o indivíduo a cometer o abuso sexual infantil:

- **Motivação:** desejo de manter relações sexuais com uma criança, o que caracteriza a pedofilia. O pedófilo não tem visão clara de seu eu, utilizando a vítima como um eu – objeto idealizado.
- **Superação de barreiras internas:** o adulto que abusa sexualmente da criança tem que superar as inibições que bloqueiam seu desejo de se relacionar sexualmente com tal segmento.
- **Superação de barreiras externas:** distanciamento ou enfermidade da mãe, falta de vigilância, dormitórios comuns, isolamento social da família, mãe maltratada ou dominada pelo companheiro.
- **Superação da possível resistência de crianças e adolescentes:** capacidade que tem a criança e o adolescente para evitar ou resistir a

violência/abuso sexual, dependendo da insegurança emocional da criança, seu desconhecimento sobre o tema, confiança entre criança e aquele que agride (por exemplo, o pai) e a coerção. Quanto mais nova for a criança, mais dificuldade terá em evitar a violência.

Observa-se, nesse sentido, que as chamadas famílias disfuncionais estão localizadas num contexto sócio – histórico, cultural, econômico e religioso que no processo de intervenção calcado numa concepção de mundo provoca diferenças nas relações sociais e diversidade de interesses, ocasionando conflitos que se ligam ao desejo de poder. Assim, numa sociedade marcadamente desigual, na sua estrutura, remete para a superestrutura a gestão de relações desiguais, reproduzindo o poder de dominação entre as classes sociais, prosseguindo aí o domínio do adulto sobre a criança. Nas relações incestuosas, outros elementos como vimos anteriormente se fazem presentes, mas a lógica de estruturação de uma sociedade se insere nas relações intrafamiliares, proporcionando modelos de autoritarismo, exploração, impunidade, abuso cuja ponta do *iceberg* é a criança que na busca de vivenciar seu processo de infância encontra aí seu possível esfacelamento.

3.1. Construindo relações: a regulação pelo tabu

O abuso sexual intrafamiliar esteve e está presente, em nossa sociedade, concretizado na violência contra crianças, onde a religião tem reforçado na figura feminina atitudes de submissão e aceitação. A criança, embora seja revestida de um “anjo”, quando menina guarda o viés do pecado, como a possível porta do mal: a mulher.

Compreender essa ambigüidade requer uma discussão que considere a relação entre as categorias de religião, gênero e violência por comporem uma realidade construída ao longo do tempo.

A religião é um tema discutido por estudiosos das várias áreas do saber por ser uma dimensão que permeia a constituição humana ao longo da história, fazendo com que as relações sociais sejam demarcadas pelas “mãos do divino”.

Nesse sentido, buscaremos em Durkheim (2000), Genep (1978), Lemos (2001), Zacharias (2001), Foucault (2001), Malinowski (1973), Bourdieu (1994), Eliade (2001), Berger (1985) e Otto (1985), os quais analisam as implicações do campo religioso na forma de ser de uma sociedade.

Em Durkheim (2000), a sociedade precede o indivíduo, é composta por partes interligadas que vão compor o todo, as quais produzem os ajustes necessários à vida social regulada pelas normas que fornecem coesão a partir das consciências coletivas vistas como fatos sociais.

Na abordagem funcionalista, para a existência humana, a instituição religiosa é vista como função positiva e por isso continua existindo, indispensável ao bom funcionamento do sistema social porque permite dar plausibilidade a um contexto de sofrimento, impotência e coerção. A religião, portanto, não é a salvação, mas tem como atributo tirar o indivíduo da penúria. Como forma de manter a organização do mundo, divide-o em sagrado e profano, pois a sociedade que favorece o individualismo e o racionalismo tem necessidade de crenças comuns.

A própria ciência revela que o espírito religioso é a transfiguração da sociedade, pois através da história sob as formas de totem ou de Deus, os homens nunca adoram outra coisa que não a realidade coletiva transfigurada pela fé. A

alternativa, portanto, é reconstituir as crenças necessárias ao consenso, importantes como função integradora, pois a religião, ao construir uma ontologia do ser humano, vivendo, em grupo, leva-o a empenhar-se de modo profundo em uma comunidade e ter confiança no grupo social com o qual convive. O elemento usado para isso é o rito, uma vez que estabelece contatos e possibilita a participação de maneira simbólica dos valores fundantes dos grupos sociais que renova não só o sistema de crenças, mas, sobretudo, as convicções sociais que vão dar a dimensão ética no campo social.

Em Durkheim lê-se (1973, p.514),

“as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas: os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos”.

O referido pensador traz também em seus estudos o culto que se apresenta em dois aspectos: negativo e positivo que embora sendo diferentes mantêm estreita ligação ou seja, o negativo diz respeito ao que não deve ser feito em relação ao sagrado (positivo) é fator de impedimento e, portanto, sagrado e profano não podem estar no mesmo espaço visto que “os seres sagrados são, por definição, seres separados. O que caracteriza é que, entre eles e os seres profanos, há uma solução de continuidade” (p.318). É no culto negativo que ocorrem as proibições sobre determinadas formas de agir, indicando uma interdição, o tabu. Quando a interdição religiosa é violada indica desordens materiais e que o culpado deve ser punido porque desrespeitou o sagrado.

Nesse campo, o autor aponta a diferença existente nas interdições mágicas que devem ser separadas porque trazem perigos quando se aproximam (espécies diferentes), enquanto o profano não pode tocar o sagrado.

Conforme Durkheim (2000, p.322),

“Mas o contato pode se estabelecer de outra forma que não pelo tato. Entra-se em relação com uma coisa pelo simples fato de olhá-la: o olhar é um contato. Por isso, a visão das coisas sagradas é, em certos casos, proibida aos profanos... é proibido aos profanos dirigir a palavra aos seres sagrados, ou simplesmente falar em sua presença”.

Observa-se que o culto negativo por ter como característica o impedimento, produz uma forma de controle dos indivíduos, pois aproximar-se do sagrado implica em afastar-se do profano já que as duas formas de viver se excluem. “Para que as idéias não coexistam, é preciso que as coisas não se toquem, não estejam de maneira nenhuma em contato” (2000, p.337). Dessa forma, o sagrado é revestido de uma força contagiante e transgredi-lo significa que o indivíduo é impotente.

Gennep (1978) entende que existe uma incompatibilidade entre o mundo sagrado e o profano, onde a passagem de um para outro requer um estágio intermediário que se estabelece pelos ritos que têm por objetivo “fazer passar um indivíduo de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada” (p.27). São os denominados ritos de passagem humana (nascimento, puberdade, noivado, gravidez, paternidade, funerais, etc.), que se associam às passagens cósmicas (ano novo). Esses ritos se distinguem em positivos, que são vontades traduzidas em atos e negativos que são a negação de um ato, uma proibição, um tabu, um não fazer. O tabu, “só existe na medida em que é contrapartida dos ritos positivos” (p.29), portanto, não é autônomo.

O tabu designa o que é sagrado, proibido, perigoso e sua durabilidade existe até que possa ser conhecido, manipulado, perdendo assim sua capacidade de equilíbrio numa situação dada ou seja, seu impedimento é provisório.

Na relação sagrado – tabu, podemos situar a questão do sexo que no decorrer da história a religião foi remetendo para o campo do sagrado, onde a ambivalência atração e repulsa se tornou presente na vida humana, carregada de mistério e de força. Ao elevá-lo, nesse patamar, se estabeleceu o tabu ou seja, os interditos para poder acessá-lo. Assim, cada cultura elabora os seus tabus em consonância ao *ethos* que a constitui.

Lemos (2001), em seus estudos sobre a “Concepção de sexualidade e reprodução no pensamento católico”, aponta que a Igreja Católica procurou imprimir em sua trajetória histórica, a partir da correlação de forças presentes, em cada época, a idéia de que o casamento eclesiástico se constituía em um espaço legítimo para a relação sexual, normatizando-o como indissolúvel, lugar da procriação e da composição familiar. Observa ainda que as transformações ocorridas, na dinâmica da sociedade, fizeram com que tais preceitos se tornassem defasados porque não conseguiam ser expressões das demandas sociais, ocasionando “um clima de clandestinidade”, o que fez com que os discursos passassem a ser reelaborados.

A redução sobre sexualidade presente no ideário católico mostra uma concepção repressora que vai sendo elaborada a partir do “não dizer”, do silêncio e do segredo sobre o tema, favorecendo a construção de tabus, culpas e comportamentos de discriminação uma vez que separa a sexualidade da nossa existência.

Como mecanismo de reprodução dessa visão de sexualidade, tal religião encontra, na família, um lugar fértil na medida em que deposita, nesse segmento, uma idealização de espaço da felicidade, harmonia, amor, compreensão e que, portanto, deve ser protegida de possíveis desacordos que possam ferir tal imagem.

No incesto pai – filha, os propósitos sagrados contidos na família, na criança e no sexo, trazem a dúvida entre silenciar ou denunciar já que há uma violação da contingência sagrada face à tradição cultural.

O autor Zacharias (2001), em seu texto “O corpo humano: o lugar do encontro com o outro – a sexualidade como vocação para o amor”, discute que o homem compreende a realidade homem na medida em que se abre à realidade mulher e vice-versa, pois a sexualidade divide a totalidade humana que exige reciprocamente onde as diferenças constituem a possibilidade do diálogo e da relação.

Segundo ele (2001, p.617),

“No confronto com a diversidade do outro, o homem e a mulher acolhem a possibilidade de uma relação dialogal. O próprio corpo e o corpo do outro tornam-se o lugar da possibilidade do encontro. Sendo o corpo sexuado, a própria sexualidade torna-se lugar da experiência de estar diante do outro e de poder estabelecer e construir com ele uma relação comunicativa. Toda relação comunicativa tem por finalidade criar comunhão, isto é, colocar em contato a intimidade das pessoas, o ser mais verdadeiro e profundo de cada uma”.

A sexualidade é o lugar do humano, do encontro, do reconhecimento da existência do outro, capaz de mobilizar capacidades afetivas cujos desejos podem ocasionar violência, pois implica em relações, onde cada um espera do outro a sua própria realização que está permeada pelo prazer. O desejo que requer a satisfação de uma necessidade quando permanece em si mesmo é incapaz de reconhecer o outro.

A partir desse entendimento, poderíamos dizer que o incesto retrata um desejo para satisfazer a necessidade do primeiro e que sendo assim a criança enquanto ser relacional, em processo de formação de sua identidade, pode

apreender que o diálogo com a figura masculina se estabelece por esse viés?. Quais as implicações disso na vida adulta?

Tais questões dizem respeito às relações de poder presentes na sexualidade humana e Foucault (2001), em sua obra “História da sexualidade – a vontade de saber”, registra que no século XIX, a sexualidade tem a função procriativa voltada para a família conjugal e que ao assumir esse caráter as crianças são proibidas de falarem sobre sexo, de se manifestarem sobre ele, culminando num processo de interdição. A criança ao se reportar a esse tema é reprimida pelos adultos e, segundo o autor em pauta (2001, p.12),

“Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto fora do alcance do seu poder; desordena a lei; antecipa por menos que seja, a liberdade futura”.

Coloca como preocupação os efeitos produzidos pelo discurso da sexualidade e o poder contido nos mesmos os quais possibilitam o controle no cotidiano. Para sua análise, levanta como um dos pontos a igreja católica que ao institucionalizar o casamento e a confissão define o que é permitido e o que não é, sendo aplicado a todos os fiéis. Valeu-se, portanto, da palavra que continha em sua essência efeitos de domínio, de desinteresse e de retorno a Deus que acabaram por reorientar e modificar o próprio desejo. O corpo é compreendido como um mal, portanto, atinge toda humanidade enquanto o espírito é campo de elevação a Deus.

Essa interpretação trouxe rebatimentos para a criança, pois o discurso sobre sexo passou a ser outro, determinando o que pode e quem pode falar. Tal posição veio sob a égide da “proteção, prevenção, perigo” como uma forma reguladora que se dava de diversas maneiras.

Em Foucault (2001, p.36), “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar dele sempre, valorizando-o com o segredo”.

Para fortalecer esse controle, se estabelece uma aliança entre a ordem civil e religiosa, definindo como graves as situações de estupro, adultério, rapto, incesto, sodomia, homossexualismo, infidelidade, casamento sem permissão dos pais. Os tribunais podiam condenar tais situações, fundamentando-se no aspecto jurídico. Como a relação de poder, enquanto controle e prazer não se separam, é com a medicina, estudando o corpo, que começa a se modificar a discussão sobre sexualidade, mas ainda sob a denominação de “disfunção” do organismo.

Nesse sentido, o autor em questão, afirma que, embora existindo mecanismos repressores e controladores, o poder produz como um dos efeitos o impulso para o questionamento, motivado pelo prazer de desvendar o instituído.

Malinowski (1973), em seu texto “Sexo e repressão na sociedade selvagem”, analisa as modificações que foram ocorrendo na família ao longo do tempo, cuja constituição também se define nos vários “extratos” de uma mesma população, tais como: distribuição de poder, descendência, moradia, divisão do trabalho, fontes alimentares e localização geográfica.

Traz como um dos elementos de estudo as famílias matrilineares, onde o irmão da mãe é que tem autoridade sobre os filhos, mas o tabu o impede de ser íntimo da irmã e da família dela. Ele ocupa a função de chefe, mas não estabelece laços afetivos. No modelo patriarcal, o pai é fonte de autoridade diante da qual os filhos devem se comportar bem e executar o que é mandado. Ele é fonte de castigo e a mãe intercessora que muitas vezes participa das punições impostas aos filhos.

Um outro ponto abordado diz respeito à sexualidade infantil e cita a Melanésia, onde as brincadeiras entre as crianças não são classificadas em “decentes ou indecentes” e o adulto que as praticasse era julgado ridículo e desprezível. Também entre irmãos e irmãs o tabu prescreve que devem ser separados para não existir relações íntimas entre eles. Nas sociedades ocidentais, há uma quebra da sexualidade instalada por um período de latência e esquecimento, mas é na puberdade que a “moça” será preparada para o casamento. O tabu, a proibição do incesto, envolve irmãos e o pai.

Segundo Malinowski (1973, p.165),

“em toda cultura encontramos, em primeiro lugar, sistemas de tabus bem definidos, que separam rigidamente um certo número de pessoas de sexos opostos e excluem categorias inteiras de parceiros potenciais. O mais importante destes tabus exclui completamente do acasalamento aquelas pessoas que estão normal e naturalmente em contato, isto é, os membros da mesma família, os pais dos filhos, os irmãos das irmãs”.

Dessa forma, a combinação de influências culturais é determinante no acasalamento, suficientemente fortes pela instituição do tabu, em controlar e regular os impulsos sexuais. Observa-se que o tabu tem como atributo “agir contra algum impulso inato” (p.169), implicando, portanto, numa seletividade e numa vigilância constante.

O referido autor discorda de Freud que atribui a tentação do incesto “devido ao comportamento inato do lactente” (p.207), pois o incesto em seu entendimento, é incompatível com a vida da família porque causaria a desorganização de seus fundamentos.

Para Malinowski (1973, p.207),

“A tentação do incesto por conseguinte foi introduzida pela cultura, pela necessidade de estabelecer atitudes organizadas permanentes. Em certo sentido é por conseguinte o pecado original do homem. Este tem de ser expiado em todas as

sociedades humanas por uma das regras mais importantes e universais. Mesmo assim o tabu do incesto persegue o homem durante toda a vida, como a psicanálise revelou”.

3.2. Gênero: uma categoria social

O feminino e o masculino são relações construídas na história e na cultura, portanto, em um dado sistema de produção, tendo o campo simbólico – religioso contribuído para demarcar o lugar de cada um deles ou seja: uma oposição. Nesse processo, a menina traz a perspectiva de se constituir mulher, condição inferiorizada em nossa cultura e reforçada pela religião.

Na Bíblia (1 Samuel 21, 5-7),

“... o sacerdote respondeu: não tenho pães comuns à minha disposição. Tenho só pães sagrados. Se seus homens não tiverem tido contato com mulheres, poderão comê-los. Davi respondeu: claro. Sempre que saímos para uma expedição, ainda que seja de natureza profana, nós nos abstermos de mulher. As coisas dos rapazes se conservam sagradas para uma expedição normal. Quanto mais hoje. Então o sacerdote lhe deu pão consagrado, porque aí só havia pão oferecido a Javé”.

Essa citação oferece elementos da separação entre sagrado e profano, onde o feminino é nomeado como tabu, sagrado e intocável e, portanto, deve distanciar-se do sagrado. Tal compreensão é freqüentemente reafirmada se tomarmos a figura de Maria, na qualidade de mãe, virgem e santa, imprimindo aí a socialização da mulher. Nesse mesmo processo, registra-se que Eva, ao tocar a serpente, em sentido figurado, busca o acesso à sabedoria, ousando romper uma ordem estabelecida. Assim se isto é por um lado nomeado como pecaminoso, por outro, é entendido como uma atitude sábia na medida em que reafirma o

conhecimento (ciência) como fonte de explicação para a humanidade, confirmando um poder ao feminino.

Nesse aparato do campo simbólico, foi se construindo a aura sagrada da mulher, portanto, intocável, mantida em distância, propiciando assim a criação do tabu que interdita o tocar e o aproximar-se dessa figura sacralizada. Para reforçar essa dimensão sagrada da mulher busca-se, no papel de mãe, enquanto responsável pela gestação da vida, uma “sublime” atribuição onde o sexo só encontra sentido em seu caráter procriativo.

Assim, se reveste a sacralidade da família: José, na figura masculina, Maria, na figura feminina e Jesus na figura da criança tida como pura e angelical. Observa-se aqui a existência de uma hierarquia no campo sagrado que é remetido como modelo para o interior da família.

É na interação do simbólico e real que foram sendo definidos o que é atributo do homem e o que é da mulher, o que é permitido a um e a outro e até como deve ser cada um, apontando para além do campo biológico, macho – fêmea, como os papéis se estabeleceram e foram sendo gestados numa cultura.

Saffioti (1987, p.8), registra que “a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”.

Permeia a discussão de gênero, a estrutura de uma sociedade onde a diferença de sexo nos torna desiguais, ou seja, se temos um Estado que é expressão da desigualdade social, a diferença homem-mulher é convertida em desigualdade e a lógica de produção e reprodução estrutural se remete e atravessa as relações interpessoais. Portanto, o elemento do poder e a maneira como é

exercido numa estrutura se põe também na relação homem-mulher cujos papéis vão se firmando neste parâmetro, onde historicamente à mulher coube o espaço privado.

Conforme Freitas (2002, p.81),

“Ser mãe foi o principal papel para as mulheres nos discursos que a igreja e a medicina social estabeleceram. Esse papel foi enfatizado, dotando a maternidade de uma aura divina – é dessa maneira que a mulher, de um lado, se recupera do pecado de Eva; e, de outro, cumpre o que seria função “natural”, uma vez que seu corpo é construído visando a maternidade”.

Observa-se que o reconhecimento da mulher se dá no viés da mãe e não na completude de ser humano. Isso retira dela instâncias de participação e decisão no poder maior e responsabiliza-a para o exercício deste no campo interno/privado. Retrata essa condição, o século XVI onde a mulher casada é considerada incapaz juridicamente, precisando do “autorizo do marido”. Também para as crianças essa desigualdade ocorre quando a escola é autorizada para os meninos desde o século XV e para as meninas somente no final do século XVIII. No Brasil, somente na Constituição de 1988, os direitos e deveres no casamento são atribuídos com igualdade.

Na busca de compreendermos a conexão que ocorre na desigualdade presente na estrutura e em gênero, recorreremos a Bourdieu (2001), que traz como uma de suas reflexões a superação do objetivismo causal para analisar as estruturas de dominação localizadas, num processo histórico de reprodução, onde os indivíduos e as instituições se constituem em sujeitos que se articulam numa relação dialética estruturante de uma prática.

Como categoria de mediação num sistema estrutural²² dominante, traz o conceito de *Habitus* e conforme ele (1994, p.60-1),

²² Bourdieu define sistema estrutural como o sistema de papéis, baseado em Redcliffe-Brown.

“um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e das representações que devem ser objetivamente “regulados e regulares” sem ser produto da obediência de regras obviamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, e por terem tudo isto, coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

Tal categoria implica numa prática, em ações onde as percepções que a norteiam são formuladas a partir de vivências passadas que se recriam no presente, portanto, dialeticamente. Tais percepções permitem oferecer elementos novos às situações objetivas postas numa dada realidade que requer mudanças que se consolidam pela exteriorização dos indivíduos, unificando os grupos ou classes, mobilizando interesse em torno do novo. Têm no seu interior a produção de sentidos que são definidos pelas condições objetivas de uma estrutura e pela correlação de forças que aí se põem.

Isso significa que tal mediação presente na dinâmica da sociedade tem, na sua essência, práticas que tendem a se sedimentar e outras que se modificam em situações concretamente vividas na estrutura ou seja, não se trata apenas da reprodução de modelos dados, mas da capacidade dos indivíduos de impor como modo de agir mesmo numa relação de dominação.

Nesse sentido, o autor em pauta, deposita no *Habitus* o papel subjetivo que ele exerce enquanto percepção que não se desloca de ações comuns aos grupos e classes e que interage fortemente num processo de socialização dos indivíduos. Perpassa pelo campo econômico e simbólico num processo de combinação entre ambos e não como bipolares, mas sim como instrumento de determinação de múltiplas relações sociais que produzem significados em um contexto.

Assim, a religião não ocupa um lugar ao lado ou acima de uma estrutura, mas compõe um sistema simbólico enquanto aparelho que se legitima pela produção de discursos que se articulam com o campo econômico que, num processo de interação, vão mediar a base estrutural de uma sociedade, velando as condições que a fundamentam. Isso ocorre no movimento de incorporação das necessidades postas pelos “leigos” que a partir de uma legitimidade acabam regulando as relações sociais da vida cotidiana num discurso que se faz e refaz nas marcas da vontade divina.

O autor considera que a religião processa tal regulação, ajustando as esperanças de vida às oportunidades objetivas, imprimindo uma “manipulação simbólica” das aspirações e produzindo uma forma transfigurada, irreconhecível das relações econômicas e sociais que contribuem a partir do campo simbólico, com o desconhecimento das condições materiais de existência.

É na configuração desse simbólico que a religião desempenha um papel social ao fornecer para as pessoas uma posição determinada de existir como está definida na lógica estrutural, remetendo a experiência religiosa para o campo pessoal. Assim, as pessoas buscam por meio da religião compreender e entender a si mesmas de maneira descolada de mudanças coletivas. A religião acaba por exercer o conformismo pessoal e estrutural, legitimando com esse funcionamento uma determinada condição de existência.

Se por um lado a religião legitima uma estrutura de sociedade, por outro, ela também precisa ser legitimada por sua base de apoio – os leigos. É na organização dessa relação que estrategicamente busca satisfazer os interesses de seus fiéis na luta pelo monopólio, levando a transpor e redimensionar princípios que subvertem uma determinada ordem.

É no interior desse movimento que se torna importante observarmos como a religião veio legitimando o lugar do feminino, numa relação verticalizada, onde a lógica estrutural e estruturante culmina na imposição de uma cultura dominante enquanto sistema simbólico que se articula às condições objetivas de existência, cujo poder avaliza sanções no modo de pensar, agir, sentir, mediadas pelo *Habitus* enquanto interiorização de princípios.

3.3. Menina: o segredo e o sagrado

Na religião, a criança enquanto segmento que compõe o universo sagrado pode ser vista a partir de algumas citações presentes na Bíblia, tais como:

Mt 18, 3-5, “Em verdade vos declaro: se não vos transformardes e vos tornardes como criancinhas, não entrareis no Reino dos céus”.

Mt 18, 10, “Guardai-vos de menosprezar um só destes pequenos, porque eu vos digo que seus anjos no céu contemplam sem cessar a face de meu Pai que está nos céus”.

Mt 19, 14, “Disse-lhe Jesus: “Deixai vir a mim as criancinhas e não as impeçais, porque o Reino dos céus é para aqueles que lhes assemelham”.

Essa imagem de criança adquire referência, quando constitui um modelo designado pelo sagrado e, portanto, um segmento revestido de admiração respaldado pela autoridade suprema.

O pesquisador Otto (1985), registra que o sagrado apresenta duas dimensões: racional, que é a visão objetivada e, a religião onde prevalece o elemento não racional ou seja, a experiência religiosa propriamente dita. Para estudar o sagrado, utiliza a categoria do *numinoso* como um ente que proporciona a

interpretação e a avaliação cujos parâmetros estão relacionados a um objeto que se encontra fora do ser humano. Perpassa a relação objeto/pessoa, sentimentos que são compreendidos através da categoria do *numinoso*, oferecendo uma explicação qualitativamente diferente da vida cotidiana. Encontram-se presentes, nessa relação, elementos de poder, força e preponderância absoluta (*majestas*), os quais são interligados, expressando, em geral, a não plenitude da criatura humana como uma forma de reafirmar o campo sagrado.

Para compor as interfaces do sagrado, demarca as expressões simbólicas (*orgé*), uma vez que despertam sentimentos que ora causam admiração, ora causam medo porque contêm em si algo incompreensível, inconcebível e incomensurável. Torna-se, portanto, portador de uma potência significativa, uma essência a parte do reino humano capaz de definir os contrários como valores não sagrados, uma anomia que tem como base confirmar a preciosidade do sagrado. Daí, a preocupação das religiões em fazer do sobrenatural uma experiência viva que se manifesta através da ação, ou seja, ao remeter uma preponderância absoluta ao sagrado porque é ele quem dá a salvação que se diferencia do profano; oferece aí, por meio da religião, parâmetros comportamentais que vão regular as relações entre os seres humanos.

Se remetermos esta discussão para o segmento criança, observa-se que a dimensão sagrada, nela contida, deveria traduzir respeito, admiração, pois é revestida de uma potencialidade atribuída pela sacralização cuja imagem construída é a da inocência, pureza e da não sexualidade.

Isso, no entanto, quando deslocado do simbólico para o cotidiano/profano mostra haver uma inversão, pois que o desrespeito e a despoticização são rotineiras. Sendo assim, esse caráter sagrado fica

sucumbido ao profano onde as mediações vão ser norteadas pelas concepções que as pessoas têm sobre infância e aqui a experiência viva mostra um hiato entre o ideal e o concreto.

Na questão da criança-menina, pode-se observar que a face sagrada traz no seu interior uma sacralização ainda maior, pois pela sua condição feminina carrega a perspectiva da mulher mãe, santa, reforçando o aspecto intocável contido no sagrado cuja fronteira é marcada pelo tabu.

Nesse sentido, a religião vem dar sustentabilidade à não violação da menina que guarda em si a imagem de mãe como fonte de “puro” que contém a criança menina na sua historicidade, pois é “educada” de acordo com o sexo, iniciando desde cedo a sua formação para exercer o papel da mulher definido pela sociedade. É rotineiro observarmos que meninas brincam de “casinha” e meninos de “carrinhos”, demarcando-se, portanto, os territórios lúdicos do menino e da menina, instalando-se aí, o que é permitido para um e para outro como campos opostos.

Ressalta-se que a oposição sagrado e profano é percebida também na oposição menino-menina nas relações cotidianas na medida em que se estabelece um corte que se define pelo sexo.

A criança idealizada, imaginária, santificada, também se opõe à criança real que é agressiva, agredida, que não é tão angelical, nem tão sagrada, pois ela também constrói relações supostas numa sociabilidade no mundo que vai revelar o real, ou seja: a criança tem uma sociabilidade ou não sociabilidade marcada pelo abandono, agressão, pela fome, pela violência, onde as condições objetivas são determinantes na sua vida.

Eliade (2001), registra como preocupação a oposição entre os dois campos, indicando que a manifestação do sagrado, denominada *hierofania* é algo

que se dá a conhecer e a se revelar cuja passagem ocorre de uma realidade imediata para uma realidade sobrenatural.

Diz ele (2001, p.18),

“Manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se outra coisa, e contudo, continua a ser ele mesmo, porque continua a participar do meio cósmico envolvente. Em outras palavras, para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O cosmos, na sua totalidade, pode tornar-se uma *hierofania*”.

Com essa compreensão, Eliade busca estudar, a partir das sociedades pré-modernas, a potência pela qual é revestido o sagrado em termos de realidade, perenidade e eficácia, elementos estes que dão ao homem religioso o desejo de ser. Para tal discussão, menciona que tanto o homem moderno como o “primitivo”, considerados dentro de uma realidade histórico – cultural, vivenciam a relação sagrado – profano, resguardando as diferenças e intensidades.

É na relação do espaço sagrado que o homem religioso busca orientações prévias para suas ações enquanto realidade absoluta capaz de estabelecer-se como “centro/eixo”, e na experiência profana o espaço é neutro sem diferenciações qualitativas, mas permeado por componentes religiosos. O caráter sagrado também está presente no universo privado da pessoa, pois ao imprimir uma qualidade diferente e única às suas experiências individuais impõe valores que as sacralizam. Há que se registrar a questão da delimitação do espaço físico enquanto lugar do sagrado que o separa do profano mesmo estando presentes concomitantemente numa mesma realidade. Constituem ambos o “cosmos” entendido como obra divina e, portanto, como um universo em comunicação que deve transformar o “caos”. A referência que se faz ao caos diz respeito às ameaças feitas ao cosmos uma vez que este último é a imitação das obras dos deuses – cosmogonia.

Para o pesquisador Berger (1985), em seu texto “O dossel sagrado”, a religião é um forte campo de legitimação na construção do mundo, pois numa dada realidade quando se pretende legitimar algo, se remete para o sagrado dado a sua natureza enquanto tal. Entende que a religião está presente no processo dialético, o que fundamenta a sociedade e este apresenta três momentos interligados: exteriorização (o homem cria produtos materiais e não materiais), objetivação (produtos com identidade própria) e interiorização (produtos influenciam o criador), os quais são construídos pelo homem enquanto estruturantes de sua relação com o mundo. Trata-se de uma construção que é social e o ser humano, no processo de interação sociedade – cultura, produz valores que quando transgredidos também pune por meio de instituições controladoras.

Conforme Berger (1985, p.26),

“As instituições, os papéis e identidades existem como fenômenos objetivamente reais do mundo social, embora eles e este mundo sejam ao mesmo tempo produções humanas, por exemplo a família como institucionalização da sexualidade humana numa determinada sociedade é experimentada e apreendida como uma realidade objetiva. A instituição está lá, exterior e coercitiva, impondo ao indivíduo, nesta área particular da sua vida, seus padrões pré definidos”.

É no interior de uma ordem social que a legitimação se constrói e se solidifica, pois os aspectos subjetivos vão dando o contorno para que uma realidade se defina de uma ou outra maneira. Assim, a religião ao relacionar o mundo social ao sagrado produz sentidos à violência humana, colaborando significativamente para uma determinada estruturação da sociedade. Como elemento que compõe a legitimidade, encontra-se a relação dialética indivíduo – coletivo que na convivência religiosa é traduzido em Deus como o personagem mais confiável e, portanto, com um poder soberano cujos preceitos devem ser remetidos para o espaço humano, resguardando aí certa autonomia da religião em relação à atividade cotidiana.

Uma outra abordagem importante trazida por Berger diz respeito à situação da morte que, se fazendo presente em todas as sociedades, expressa pela religião a possibilidade em continuar a vida em sociedade aos humanos que aqui se encontram pela união com seres sagrados. Essa compreensão sobre a morte traz para o campo religioso um poder que o legitima na objetivação da vida social.

A partir das considerações trazidas pelos três autores observa-se que a relação entre os campos sagrados e a realidade se entrecruzam mesmo havendo um corte entre ambos. Sendo assim, como a imagem de Deus como Pai é remetida para a criança que vivenciou o incesto? Como se dá o deslocamento de pai humano para o pai sagrado?

Essas questões inicialmente nos apontam para a compreensão de que a idealização-sacralização do pai passa pela religião, ao remetê-lo numa hierarquia e relação de poder supremo cuja representação o torna definitivamente o mais importante e onde o seu significado se expressa nos diversos papéis que são legitimados pela autoridade de Deus – Pai. Fica colocada na paternidade uma “divindade” que suscita os sentimentos de admiração, “quase intocável” mas também, o de temor frente ao seu poder.

Há que se considerar ainda que a criança, em seu processo de formação, foi mantida numa situação de vulnerabilidade, de dependência dos adultos cujo status ocupado era o de “inferior”, marcado por relações autoritárias muitas vezes reforçada pela figura de Deus – Pai que se coloca numa perspectiva dominante quando a partir de seu poder supremo submete a figura feminina ao poder masculino e a criança ao adulto.

Em nome dessa inferioridade onde a criança foi colocada, até hoje se constata a violência doméstica cometida pelos responsáveis e segundo Roure (1990, p.80),

“pais e mães, denunciados pela prática da violência ao produzirem sentidos que apontam bater e corrigir como argumento de autoridade no exercício da paternidade/maternidade, reproduzem sentidos ou trazem consigo os efeitos da história de uma imagem, da história de um dizer. Acreditando ser origem e fonte de seus dizeres, retomam sentidos preexistentes numa formação ideológica, discursiva de caráter moral, religioso já esquecida, porém constitutiva. Por isso tudo, o pai reivindica punição e a correção como argumento de necessidade no exercício da paternidade. Argumento que funciona, de forma imaginária e inconsciente, como pressuposto na ascensão desse pai ao estatuto de Pai. Estatuto que por sua vez, é fundamental na constituição de sua posição Pai Deus”.

Essa violência enquanto expressão de uma organização familiar constrói no interior da criança sentimentos de medo, ameaça, angústia, baixa auto-estima e silêncio fazendo com que, na maioria das vezes, permaneça nessa condição. Pode-se perceber desprotegida pelos que a cercam, colocando, aqui, os pais ou adultos responsáveis, revestidos de uma sacralidade originada da religião cuja representação é a de personagens invioláveis.

No que diz respeito ao abuso sexual intrafamiliar, essa situação não se modifica, pelo contrário, se intensifica dado o controle que a figura masculina exerce sobre a criança, valendo-se da imagem do Pai e trazendo para sua pessoa a concepção de um Deus. É como se a figura masculina se revestisse dos pressupostos divinos para si com total poder sobre a criança e que aliado ao imaginário de que a família é “sagrada, a base de tudo”, acaba muitas vezes por ocultar a violência sexual no seu interior, onde impera a lei do silêncio.

Nessa teia funcional, a imagem do que é sagrado contém elementos de força, poder e preponderância absoluta, conforme Otto (1985), os quais se

interligam, dando-lhe um caráter qualitativamente diferente. É nessa direção e com esses mesmos elementos que a figura masculina e o Pai se aproximam do universo da criança, gerando algo invertido, incompreensível e revestido de uma potência. A propaganda salvação que se põe no sobrenatural, num processo de inversão, converte-se no luto do componente lúdico da criança gerador do sentido e do significado de sua identidade.

Prosseguindo nessa reflexão, Eliade (2001) afirma que um objeto ao se revestir pelo sagrado, torna-se outra coisa mesmo participando do meio cósmico, pode-se observar que a figura masculina presente na cotidianidade da criança tende a ser sacralizada a partir da imagem do Pai, ou seja, esse masculino poderá ser o próprio sagrado e a criança enquanto ser relacional aprender que é essa a maneira de “amar” o Pai.

Frente a essas considerações compreende-se que a religião ao ocupar um espaço na constituição da dinâmica da sociedade, produz um distanciamento entre o ideal e o real que fica convertido em “desordem” na medida em que não consegue assegurar a materialização dos preceitos de Deus como Pai e a figura humana de pai. Tal distanciamento traz conflitos internos na família, principalmente, naquelas incestuosas, onde a criança ao buscar o pai como protetor/salvador e referência no seu processo de construção de identidade, encontra o pai agressor sexual que a põe no campo do sofrimento que se aprofunda pela exigência em manter o silêncio.

Assim, a imagem sagrada de pai pode perpetuar na criança o silêncio e o “segredo”, pois compreende-se que o sagrado interage com a cotidianidade numa relação, onde o pai da terra é legitimado pelo protótipo do “pai do céu”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Deus é como pai para mim. Eu só não gosto do filho dele que tá lá embaixo; ele tinha que ser bom, muito bom com Deus. O filho dele que tá lá embaixo é ruim” (criança B).

A reflexão sobre os mecanismos do campo sagrado que constituem o silêncio no abuso sexual intrafamiliar pela figura paterna contra meninas, aponta para um tema com pouca visibilidade e pesquisas principalmente em se tratando da dimensão simbólica. O recorte feito, neste trabalho, diz respeito à discussão sobre violência doméstica contra crianças, situadas em um complexo contexto histórico, onde a religião, enquanto forma ideal, expressa o descontentamento do ser humano por uma sociabilidade que foi construída numa correlação de forças, onde os elementos de dominação e opressão se fizeram presentes.

Para compreender, portanto, a figura de Deus-Pai em meninas abusadas sexualmente pelo pai, a partir dessa pesquisa, tornou-se necessário

considerar que a imagem de tal divindade diz sobre a lacuna presente no papel de pai, ou seja, Deus não é em si mesmo essa falta, mas uma expressão do que está posto na realidade. Na medida em que o gênero humano não consegue construir relações sociais em outros patamares (respeito, justiça, igualdade) remete isso para a idealização e aí tem-se a construção de uma figura masculina idealizada que marca o protesto contra o pai real.

Os desenhos e depoimentos das meninas evidenciam esse processo: registram Deus-Pai próximo delas, recortam o pai real e dão lugar à divindade masculina.

Tal discussão considera e põe o pressuposto de que por um lado é necessário a compreensão das reais condições de vida e as formas conjunturais e, por outro, concomitante, não é possível dar tratamento a essa problemática como puramente individual, intelectual ou moral, pois requer várias referências, categorias para que a abordagem não fique no campo privado, mas vinculada a uma racionalidade histórica e social.

Nessa dimensão, não se pode a priori estabelecer um ideal de criança, pois, enquanto sujeito real presume uma sociabilidade que revela a violência sexual, ou seja, o *ethos* sagrado supõe o *ethos* da vida social. Assim, a religião é um componente no silêncio do abuso sexual intrafamiliar, mas não é ela em si o silêncio. Considera-se, aqui, a sociedade hoje, contemporânea e a criança menina nessa sociabilidade burguesa que quanto mais avanços e conquistas alcançadas do ponto de vista do gênero humano mais distante disto está a individualidade, pois toda produção não se põe na mesma direção em relação ao indivíduo. Tem-se aqui a criança violada não só com o que é sagrado (Pai), mas também do ponto de vista de

sua identificação como gênero humano que extrapola a dimensão psicológica visto que, afeta sua consciência como ser social.

O abuso sexual, nesse contexto, constitui, portanto, mais uma forma de violência onde a menina fica submetida à vontade do adulto, nomeado como agressor. Esse último também nesta ordem social desigual, perversa, carrega um tipo de sexualidade que é posta pela sociabilidade burguesa, onde a alienação perpassa toda condição humana: a consciência que aliena o ser humano de si mesmo, do outro gesta a dificuldade em deslocar-se de si próprio para se reconhecer no outro e se identificar como gênero humano nos diferentes lugares que esteja.

Diz Marx (1999, p.43),

“Onde existe uma relação, ela existe para mim: o animal não se “relaciona” com nada, simplesmente não se relaciona. Para o animal sua relação com outros não existe como relação. A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens”.

Com tal perspectiva, as pessoas são constituídas, produzidas e reproduzidas nas relações sociais, onde, no projeto hoje, hegemônico (capitalismo), em nossa sociedade, produz-se um modo de sociabilidade onde os sentidos e significados têm seus fundamentos na carência, apetência e necessidade, advindo daí a busca entre as pessoas para sobreviverem dada a sua incompletude. O ser humano cria, portanto, relações para suprir suas necessidades que nas condições capitalistas produz a alienação porque não se reconhece no que faz e na impossibilidade desse reconhecimento tem-se a exteriorização que subordina a consciência a uma sociabilidade que é histórica.

No movimento de aproximarmos o abuso sexual intrafamiliar dessa discussão, é possível observarmos que no limite esse fenômeno nega o ideal de

família, de criança-menina, que está posto na sociedade civil nos moldes da sociabilidade burguesa, bem como no campo religioso quando a figura feminina de Maria também é violada no limite de uma ordem patriarcal.

Essa contradição marca pelo veio autoritário uma concepção repressora e moralista que impede a construção de uma autonomia do gênero humano, no parâmetro das relações sociais horizontais. Para tanto se faz necessário um enfrentamento que descortine essas relações fundadas no presente projeto societário, onde o abuso sexual saia do âmbito privado e seja posto no debate público não apenas como denúncia, mas também como processo de emancipação de uma outra sociabilidade.

Para Leal (2002, p.33), “esse caminho é utópico, porém realizável, não somente nos sonhos das crianças e dos adolescentes, mas também dos adultos, por meio da luta política, econômica, social e cultural das sociedades”.

Reconhecer que a figura de Deus-Pai constitui o *ethos* de nossa cultura e que a religião o mantém enquanto cosmovisão, traz como desafio rever a interpretação dos textos sagrados para romper com o engessamento da história, visto que, há uma concentração e centralização do poder patriarcal sagrado. Construir, portanto, uma outra sociabilidade requer uma exegese no campo das divindades que ultrapasse a perspectiva de fornecer sentidos para a vida no mundo e se ponha numa concepção de mundo.

Segundo Coutinho (1972, p.48),

“O “sentimento de mundo” diverge da autêntica “concepção do mundo” precisamente por seu caráter imediatista; enquanto a segunda representa a relação entre a totalidade da realidade objetiva e a totalidade do gênero humano, encaradas ambas de um modo racional, o primeiro conserva-se como puro “sentimento”, isto é, como reação espontânea e sentimental diante da aparência dos processos reais”.

Em tal direção há que se considerar que os fundamentos da divindade paterna e da figura do pai não são dicotômicos, mas se põem numa mesma lógica, de dominação, cuja autoridade exercida denuncia. Por outro lado, a criança tida como frágil e que precisa aprender a respeitar tal autoridade tem outros elementos constitutivos em sua formação (escola, mídia e outros) os quais em conformidade com a ordem burguesa, definem também mecanismos de revolta onde a criança aprende a indagar a família, o pai e o sagrado.

Poderíamos encontrar, nesse movimento, a possibilidade da revelação do abuso sexual pela criança, porém pela ordem social em que vivemos, até porque exerce o controle sobre o que pode e o que não pode ser revelado, o silêncio se mantém dada a supremacia da exploração posta por uma estrutura desigual que em sua hierarquização tem a figura masculina consagrada em Deus-Pai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

ASSIS, Simone G. O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde. *Horizontes*, Bragança Paulista, v.17, 1999, p.11-3.

AUGRAS, Monique. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N.A. *Pele de asno não é só uma história...* um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. *Infância e violência doméstica*: Telelacri. São Paulo: USP, s. d.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BORGES, Zélia M. Aldeia juvenil: um olhar sobre sua história. In: SOUSA, Sonia M.G. (org.) *Infância, adolescência e família*. Goiânia: Cênone, 2001.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato (org.) *Textos de Pierre Bourdieu*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAVENACCI, Massimo. *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma interpretação repressiva*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional: antropologia do poder e simbolismo em sociedades complexas*. Tradução de Sônia Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COHEN, Cláudio. O incesto. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, Viviane N.A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 1993.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Saraiva, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 435.

DEMARTINI, Zélia B.F. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, Ana Lúcia G. et alii (orgs.) *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Tradução de Mônica S.L.Barros e Zilda Z. Pinto. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DRUMMOND, Patrícia. Abuso sexual. *Jornal o popular*. Goiânia, 28.05.2003.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo, Os Pensadores, 1973.

_____. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Goiânia: Kelps, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: *Ser social*, Universidade de Brasília, n.2, junho, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva T. Silveira. (orgs). *Circuito e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. São Paulo: Veras, 2001.

FERRARI, Dalka C.A.; VECINA, Tereza C.C. Sexualidade e violência. In: FERRARI, Dalka C.A. et alii (org.) *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

FERRARI, Dalka C.A. A definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, Dalka C.A. et alii (org.) *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

FERREIRA, Jefferson D. *Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas*. Tese (Doutorado em Medicina). Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, São Paulo, 2000.

FIRTH, R. W. Tabu. *Dicionário de ciências sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 1197.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza C. Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREITAS, Rita de Cássia S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. In: *Serviço social e sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIII, n.71, setembro, 2002.

FREUD, S. Tabu. In: FIRTH, R. W. *Dicionário de ciências sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 1197.

GALZERANI, Maria Carolina B. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, Ana Lúcia G. et alii (orgs.) *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1978.

GOBBI, Márcia. Desenho Infantil e oralidade: instrumento para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, Ana Lúcia et alii (orgs.) *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisas com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

JOÃO PAULO II. *Carta às famílias*. Petrópolis: Vozes, 1994 (Documentos Pontifícios, 256).

- _____. *Sobre a função da família cristã no mundo de hoje*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1982.
- KEHL, M.R. O espaço doméstico e a sexualidade da mulher. In: D'INCAO, M.A. (org.) *Doença mental e sociedade*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- KUYUMJIAN, Márcia de Melo M. Violência, poder e ordem social. In: *Ser social*, Universidade de Brasília, n.2, junho, 1998.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, UFMG, 1999.
- LEACH, E. Ronald. Nascimento virgem. Tradução de Alba Zaluar Guimarães et alii. In: DA MATTA, Roberto (org.) *Textos de E. R. Leach*. São Paulo: Ática, 1983.
- LEAL, Maria Lúcia P. O impacto das ongs no enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. In: MALLAK, Linda S.; VASCONCELOS, Maria G.O. (orgs.) *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Fundação Orsa e Vida, 2002.
- LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (orgs.) *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil*. Brasília: Cecria, 2002.
- LEMOS, Carolina T. Concepção de sexualidade e reprodução humana no pensamento católico. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v.11, n.4, p.629-42, jul/ago. 2001.
- LIMA, Angelita Pereira. *A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- LIMA, Roberto K. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, G.; ALVITO M. (org.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996.
- LONDOÑO, Fernando T. Crianças e jesuítas nos primeiros anos de evangelização do Brasil. *Cultura teológica*. São Paulo, v.3, n.11, p.97-116, junho, 1997.
- LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. In: *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, n.46, dez.,1994.
- MACHADO, Maria das Dores C. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

- MALAMAT, Abraham. Hêrem. In: HARRIS, L.; ARCHER, G.L.J.; WALTKE, Bruce K. (orgs.) *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio L. Redondo et alii. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 533-35.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de José C. Bruni; Marco A. Nogueira. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MATTOS, Gisela O.; MIYAHARA, Rosemary P. Tratamento psicoterapêutico para crianças, adolescentes e famílias em situação de abuso sexual. In: MALLAK, Linda; VASCONCELOS, Maria G. (orgs.) *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Fundação Orsa e Vida, 2002.
- MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MESTERS, Carlos. Criança não é problema! Ela é solução!. In: *Estudos bíblicos*, Petrópolis, São Leopoldo: Vozes, Sinodal, n.54, 1997.
- MONTEIRO, Luiza P. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- OTTO, Rudolf. *O sagrado: um estudo do elemento não racional na idéia do divino e a sua relação com o racional*. Tradução de Prócoro Velasques Filho. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.
- PARO, Carmen R. et alii. Perfil da família goianiense. In: SOUSA, S.M.G.; RIZZINI, I. (orgs.) *Desenhos de família: criando os filhos, a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone, 2001.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PNUD. Informe de *desenvolvimento humano e demais informes anuais*, 1999.
- PROST, A., VICENTE, G. *História da vida privada*, 5: primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lúcia G.; DERMATINI, Zeila B. F.; PRADO, Patrícia D. (orgs.) *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

- ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder nas famílias. In: CARVALHO, Maria C.B.(org.) *Família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, Educ, 1995.
- ROURE, Glacy Q. *Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes*. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. Família e violência: historicidade de uma prática. In: *Estudos*, Goiânia, v.16, n.1, p.57-99, jan/jun, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N.A. (orgs.) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.
- SANTOS, Joseleno V. *A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia: um estudo de depoimentos da CEI*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- SCODELARIO, Arlete S. A família abusiva. In: FERRARI, Dalka C.A. Et alii (orgs.) *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.
- SILVA, Antonio F.A. Das disposições preliminares. In: CURY, Munis et alii (orgs.) *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- SOUSA, Sônia M. G. *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)*. Goiânia: Cerne, 1997.
- SOUSA, Sônia M. G.; RIZZINI, Irene. *Desenhos de família: criando os filhos, a família goianiense e elos parentais*. Goiânia: Cãnone, 2001.
- SPOSATI, Aldáisa. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise*. São Paulo: Cortez, 1987.
- TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.
- UCHOA, M. Violência doméstica atinge 750 menores por hora. *Jornal o Estado de São Paulo*, 20.02.1994.
- VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (orgs.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996.
- ZACHARIAS, Ronaldo. O corpo humano: o lugar do encontro com o outro e com Deus – a sexualidade como vocação para o amor. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v.11. n.4. p.615-28, jul/ago. 2001.